

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

**EDUARDO SILVA BENETTI**

**JOGOS COOPERATIVOS E A PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA EM  
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**BAURU – SP  
2023**

**EDUARDO SILVA BENETTI**

**JOGOS COOPERATIVOS E A PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA EM  
CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre.

**BAURU – SP  
2023**



B465j Benetti, Eduardo Silva  
Jogos cooperativos e a percepção da Justiça Retributiva em  
crianças da Educação Infantil / Eduardo Silva Benetti. -- Bauru,  
2023  
102 p. + e-book

Dissertação (Mestrado profissional - Docência para a  
Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências, Bauru  
Orientadora: Rita Melissa Lepre

1. Educação Infantil. 2. Jogos cooperativos. 3. Justiça  
Retributiva. 4. Moralidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EDUARDO SILVA BENETTI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de 2023, às 09:30 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de EDUARDO SILVA BENETTI, intitulada "**Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças na educação infantil**" e **produto educacional "Jogos Morais"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. RITA MELISSA LEPRE (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educacao / Faculdade de Ciencias de Bauru, Profa. Dra. PATRÍCIA UNGER RAPHAEL BATAGLIA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano / Unesp, Câmpus de Marília, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FERNANDA ROSSI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educacao / Faculdade de Ciencias UNESP Bauru. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. RITA MELISSA LEPRE

Este trabalho é dedicado a todos que me apoiaram ao longo desta minha trajetória de forma direta ou indireta, mas que sempre estiveram ali de alguma forma. Aos meus pais, que sempre fizeram o possível para possibilitar a melhor educação possível. Dedico também a minha esposa Juliana, que sempre se mostrou compreensível e acolhedora nos momentos em que eu me via desnortado e que sempre me apoiou em tudo e continua apoiando, sem ela, nada disso seria concretizado, em especial, a todas as crianças que fizeram parte desta pesquisa, sem elas nada poderia ter acontecido, aos pais que acreditaram e acreditam que a educação será sempre o melhor caminho e abraçaram esta pesquisa comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração aos pais de meus alunos que participaram desta pesquisa e que confiaram seus filhos aos meus cuidados.

Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre, na qual tenho imensa gratidão.

Agradeço a minha esposa Juliana que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e motivando a seguir em frente.

A Deus, por ser a força motriz que permite esperar, perseverar e suportar as turbulências da vida.

Agradeço também a meus pais que me propiciaram a oportunidade de estar vivo e de estudar.

Um agradecimento em especial aos meus alunos que fizeram parte desta pesquisa, saiba que carregarei cada um de vocês em meu coração. Muito obrigado a todos que fizeram parte direta ou indiretamente deste percurso, sem a contribuição de cada um de vocês, nada disso se concretizaria.

**BENETTI, E. S. Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças da Educação Infantil.** Orientadora: Rita Melissa Lepre. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP, 2023.

## **RESUMO**

A moral e a ética sempre estiveram em pauta quando estamos tratando de assuntos como respeito às regras e normas de conduta no campo social, porém, quando nos deparamos com a mesma questão no campo educacional, principalmente ao nos referirmos às crianças pequenas, encontramos um cenário onde, muitas vezes, a mera obediência acaba por se tornar um sinônimo do que deve ser alcançado pelos alunos. Dessa forma, a presente pesquisa dedicou-se a estudar os impactos de uma Sequência Didática (SD) voltada para o desenvolvimento do Juízo Moral na Criança, com foco na Justiça Retributiva e na construção de valores morais. A pesquisa tem cunho qualitativo, baseada na metodologia da Pesquisa-Ação, utilizamos também a análise do tipo de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para analisar as falas coletadas durante a aplicação das historietas morais. Os principais resultados apresentaram evolução nos temas analisados, promovendo nas crianças atitudes mais refletidas através da tomada de consciência, utilizando o diálogo para resolver conflitos, desenvolvendo de forma significativa a capacidade dialógica, ampliando a discussão sobre justiça, optando pela reciprocidade nas sanções. Por fim, os jogos cooperativos se mostraram eficientes na construção de um ambiente cooperativo e recíproco, em que a cooperação tem papel fundamental no cotidiano escolar, proporcionando a construção de valores morais e de ampliar a percepção da justiça retributiva nas crianças da educação infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Jogos cooperativos. Justiça Retributiva. Moralidade.

**BENETTI, E. S. Cooperative games and the perception of retributive justice in children of Early Childhood Education.** Advisor: Rita Melissa Lepre. 2023. 102 f. Dissertation (Master in Teaching for Basic Education) - Faculty of Sciences, Universidade Estadual Paulista, Bauru - SP, 2023.

### **ABSTRACT**

Morals and ethics have always been on the agenda when we are dealing with issues such as respect for rules and standards of conduct in the social field, but when we face the same issue in the educational field, especially when referring to young children, we find a scenario where, often, mere obedience ends up becoming a synonym for what should be achieved by students. Thus, this research was dedicated to study the impacts of a Teaching Sequence (DS) aimed at the development of Moral Judgment in Children, focusing on Retributive Justice and the construction of moral values. The research is qualitative in nature, based on the Research-Action methodology. We also used the Discourse of the Collective Subject (DSC) analysis to analyze the speeches collected during the application of the moral stories. The main results showed evolution in the analyzed themes, promoting in the children more reflected attitudes through awareness, using dialog to solve conflicts, significantly developing the dialogic capacity, expanding the discussion about justice, opting for reciprocity in sanctions. Finally, the cooperative games proved to be efficient in the construction of a cooperative and reciprocal environment, in which cooperation plays a fundamental role in everyday school life, providing the construction of moral values and broadening the perception of retributive justice in children in early childhood education.

**Keywords:** Early Education. Cooperative games. Retributive Justice. Morality.

## LISTA DE QUADROS

|                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – A semente da verdade e Olha o tubarão .....       | 51 |
| Quadro 2 – Construção coletiva de regras .....               | 52 |
| Quadro 3 – “Dança das Cadeiras” e suas variações .....       | 53 |
| Quadro 4 – Jogo do Adivinha .....                            | 54 |
| Quadro 5 – Dramatização .....                                | 55 |
| Quadro 6 – “Me Abraça” .....                                 | 56 |
| Quadro 7 – “Barra-manteiga” e “Ajuda-ajuda” .....            | 57 |
| Quadro 8 – “Polícia e Ladrão” .....                          | 58 |
| Quadro 9 – “Cabra-cega” e “Vendado - partes I e II” .....    | 59 |
| Quadro 10 – “História da serpente” e “Jogo dos iguais” ..... | 60 |
| Quadro 11 – “Casa/Terremoto” e “Queimada maluca” .....       | 61 |
| Quadro 12 – Encerramento .....                               | 62 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>                                                                       | <b>9</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                       | <b>11</b> |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                                                             | <b>16</b> |
| 2.1 O movimento corporal na Educação Infantil.....                                              | 16        |
| 2.3 Os jogos cooperativos e a construção da reciprocidade .....                                 | 22        |
| 2.4 Papel do professor na construção do ambiente escolar .....                                  | 24        |
| 2.5 Breves definições sobre a moral.....                                                        | 27        |
| 2.6 Virtudes e valores morais .....                                                             | 29        |
| 2.7 O desenvolvimento do juízo moral na criança.....                                            | 31        |
| 2.8 A autorregulação e a autonomia .....                                                        | 36        |
| 2.9 A cooperação e justiça na construção da autonomia moral .....                               | 38        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>                                                                       | <b>42</b> |
| 3.1 A Pesquisa-ação .....                                                                       | 44        |
| <b>4 JOGOS MORAIS: O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....</b> | <b>48</b> |
| <b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>                                                            | <b>63</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                              | <b>89</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                        | <b>91</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                          | <b>95</b> |
| APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao Responsável pelo aluno .....         | 95        |
| APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – alunos.....                            | 98        |
| APÊNDICE C – Autorização do uso de imagem e voz .....                                           | 102       |



## APRESENTAÇÃO

Meu nome é Eduardo Silva Benetti, também sou conhecido como Tio Ninja, Japa, Japonês, China, Tio, Du, Dudu, Edu, Duado e mais recentemente, Doodle (uma alegoria para Google), apelido este dado pela filha de minha querida orientadora e amiga Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre.

Todavia, destes apelidos, os que mais me marcaram com toda certeza são Tio Ninja e Tio, respectivamente, caracterizando minha jornada enquanto docente. Tio Ninja foi um apelido dado pelos meus primeiros alunos enquanto estagiário do curso de Educação Física, em Catanduva, do magnífico Projeto Recriar - um projeto social que era voltado para crianças em estado de vulnerabilidade social. Posso afirmar que foi durante este período que eu realmente olhei para as pessoas e me deparei com a necessidade de uma mudança social radical, de forma que pudessem ser garantidas a justiça e a equidade social a todos.

Foram anos de aprendizado e de muitas alegrias em meio a tantos flagelos que nos deparamos ao conhecer cada história. “Temos de matar um leão por dia”, diziam os coordenadores, que sabiam delas e ainda acreditavam na mudança social. Este período, com certeza, marcou muito meu olhar enquanto humano, enquanto futuro professor, mas acima de tudo, me causou desconforto e por conta disso, continuei meus estudos, sempre procurando estar envolvido com escolas da periferia da cidade para que, de alguma forma, pudesse auxiliar na formação destas crianças e jovens que estiveram sob meus cuidados.

Outro apelido que me marcou, e me marca até hoje, é o de Tio e, que me perdoe Paulo Freire, mas é Tio sim, no sentido mais carinhoso da palavra, aquele que está ali para te acolher, abraçar, rir e também para advertir e chamar atenção quando necessário. Mas, que sobretudo, está disposto a ensinar e aprender, ou seja, para fazer Educação em seu sentido mais amplo. Este Tio veio, em princípio, enquanto estagiário, porém ficou mais forte ao ingressar na Educação Infantil no ano de 2008, quando, por ironia do destino, voltei ao projeto no qual eu iniciei e me apaixonei pela educação, que agora era denominado Projeto Amigos da Criança.

Desde então, estou envolvido na Educação Infantil. São mais de 10 anos dedicados à educação e cuidado com os pequenos, marcados por erros e acertos, reflexões, tristezas, alegrias... mais alegrias, com certeza. Porém, foi através deste percurso que hoje me encontro aqui, ainda marcado pelo desconforto que reside na desigualdade social, dentro ou fora das salas de aula. Outros desconfortos foram

surgindo, tais como a necessidade de uma formação adequada que não limitasse as crianças a um espaço definido, que proporcionasse a autonomia motora necessária, bem como a possibilidade de construção de uma convivência ética em sala, na qual, as crianças possam fazer parte das ações que virão a definir conjuntamente as suas rotinas.

Novamente deparo-me com situações análogas ao meu início de jornada: estou mais preparado? Talvez nunca venha a estar, porém, é na coragem de enfrentar o dia a dia que acredito que poderemos avançar para uma educação pautada na convivência ética, que tenha em seus princípios o desenvolvimento moral, não só das crianças, mas dos adultos que estão envolvidos.

Ao longo das páginas que seguirão, muito daquilo que acredito estará descrito, aplicado, praticado e pensado, por uma mente que vai além da visão acadêmica, que tem como objetivo a construção coletiva de conhecimentos e relações entre crianças e adultos, na proposta de uma sala que coopera e que participa, fala e é ouvida, que tem VEZ e VOZ. E por mais que pareça demagogia, que alguns venham a desacreditar desta possibilidade, reafirmo, o caminho da educação é formar cidadãos reflexivos, para isso, é necessário que estes tenham o espaço para exercer a cidadania.

Portanto, convido a todos a se desvencilhar de possíveis pudores e preconceitos. O olhar deve ser de adulto, mas sensível o bastante para entender as crianças e até resgatar a criança que existe em cada um de nós.

## 1 INTRODUÇÃO

A moral e a ética sempre estiveram em pauta quando estamos tratando de assuntos como respeito às regras e normas de conduta no campo social, porém, quando nos deparamos com a mesma questão no campo educacional, principalmente ao nos referirmos às crianças pequenas, encontramos um cenário onde, muitas vezes, a mera obediência acaba por se tornar um sinônimo do que deve ser alcançado pelos alunos.

Muitas vezes, essa obediência é alcançada pela imposição autoritária de professores, tendo como objetivo o pleno domínio da sala de aula. Entretanto, de acordo com DeVries e Zan (1998), uma criança que tem comportamento exemplar e obediente, não pode ser tomada como uma criança moralmente desenvolvida, uma vez que essa relação assimétrica entre professor e aluno acaba impedindo a atividade da criança de forma a construir uma noção mais ampla daquilo que é moral, ficando relegada às imposições e diretrizes previamente expostas.

Ainda na seara do impedimento das ações da criança, outro ponto se mostra relevante: a questão da corporeidade e dos jogos e brincadeiras na escola de Educação Infantil, uma vez que é por meio do corpo que a criança tem os primeiros contatos com o mundo, aperfeiçoa movimentos, ressignifica as emoções e se relaciona com as regras que, muitas vezes, incidem sobre sua corporeidade. Assim, segundo Piaget (1932, 1994), a criança, desde muito nova, é bombardeada por inúmeros regramentos e normas de conduta a seguir.

Os jogos e brincadeiras também exercem uma função principal para a criança, pois permitem assimilar conteúdos escolares, valores morais, conviver consigo e com o outro, através da relação social em sala.

Brincar é uma ação cotidiana para a criança que a impele a tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si e ao outro, partilhar brincadeiras, construir sua identidade, explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura na perspectiva de compreendê-la, usar o corpo, os sentidos, os movimentos e as várias linguagens. (SOMMERHALDER; ALVES, 2011, p. 61).

O brincar pode, portanto, promover contribuições em diversos aspectos da vida da criança e cria condições para que haja compressão dos valores morais que envolvem sua ação enquanto membro de uma sociedade e que tais valores são

importantes para a qualidade da vida pessoal e social. Dentre os valores morais, a justiça ocupa lugar de destaque e sua construção merece atenção.

Considerando essas premissas, a proposta que motivou esse trabalho de pesquisa foi a de aprofundar os estudos sobre os jogos cooperativos e como podem influenciar na percepção da Justiça Retributiva na Educação Infantil. Para tanto, o estudo do desenvolvimento do juízo moral na criança também se faz necessário, uma vez que a percepção da justiça acontece de forma atrelada ao avanço da moralidade infantil.

Compreendemos que a Educação Infantil, etapa educativa abordado nesta pesquisa, é um espaço que se caracteriza pelas suas especificidades e que, baseadas nos eixos estruturantes trazidos pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), as interações e brincadeiras trazem a possibilidade de as crianças relacionarem-se com regras que já conheciam pelo seu repertório, outras novas e outras a serem elaboradas pela coletividade, por meio de uma ação cooperativa.

Para a pesquisa-ação optamos por selecionar uma escola de Educação Infantil de uma cidade de médio porte do interior paulista, a partir desta pesquisa, resultará em um Produto Educacional que conterá sequências didáticas, vídeos ilustrativos de suas execuções e materiais de apoio. Justifica-se a escolha da escola por ser o ambiente laboral do professor pesquisador e também pela equipe gestora considerar, conjuntamente, a relevância do Produto Educacional para as crianças e para a equipe pedagógica. Outro ponto importante que justifica a escolha da referida escola para a pesquisa e aplicação do Produto Educacional foi a de ser um espaço de confiança destas famílias para a educação e cuidado de seus filhos, promovendo um vínculo afetivo entre equipe docente e comunidade escolar. Tal sentimento pode nos sugerir o desejo das famílias em querer uma sociedade mais justa, igualitária, que porventura, não vivenciaram (PIAGET, 2014).

A pandemia de COVID-19 possibilitou novos olhares sobre a função social da escola e sua relação com a criança, o que favoreceu o fortalecimento do vínculo afetivo entre equipe docente e comunidade escolar, detalhe este notado pela grande presença dos pais e/ou responsáveis nesta unidade em especial, principalmente na sala do pesquisador. Desta forma, a escola tem um papel fundamental para o desenvolvimento integral da criança, o que “ajuda os indivíduos a atingir níveis mais elevados do desenvolvimento afetivo, físico, social, moral e cognitivo” (FRIEDMANN, 2012, p. 45).

Ao pensarmos no ambiente escolar, temos um vasto horizonte de possibilidades e frentes para a atuação pedagógica, entretanto, a escolha de um tema tão presente na vida social de todos, reflete a possibilidade de avanços em estudos no campo da Educação em Valores e Educação Moral.

A pesquisa deu-se inicialmente com a proposta de estudar como a Educação em Valores e o desenvolvimento moral são aplicados na Educação Infantil. Desta forma, recorremos aos documentos vigentes como a BNCC (BRASIL, 2018), a LDB (BRASIL, 1996) e observamos que a moralidade ainda é tratada de forma subjetiva através de fábulas com suas morais, de normas de convivência regradas pelo professor. Através desta inquietação, optamos pela pesquisa-ação por meio de uma sequência didática para que assim pudéssemos obter o maior envolvimento dos alunos durante todo o período de aplicação das atividades.

A partir desta primeira observação no cotidiano escolar, lócus de trabalho do professor pesquisador, obtivemos dados suficientes para elaborarmos a hipótese de que os jogos cooperativos na Educação Infantil podem mudar a perspectiva das crianças em relação às concepções de Justiça Retributiva e a construção de valores morais, como cooperação, generosidade, reciprocidade, entre outros, tendo como base os estudos de Piaget (1994). Partindo desta hipótese, tivemos como público alvo, crianças de 5 anos e 11 meses, compreendendo a última etapa da pré-escola, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), sendo sua denominação pela Secretaria Municipal da cidade como Pré-escola II (5 anos e 11 meses).

Iniciamos com um aprofundamento sobre os jogos e brincadeiras que pudessem integrar a Sequência Didática (SD), de forma que o movimento, por meio dos jogos cooperativos, possa favorecer o desenvolvimento do Juízo Moral na criança. A escolha das atividades que compõem a SD caracteriza a intencionalidade voltada à elaboração do Produto Educacional, de forma que possa também auxiliar outros docentes que se interessem pelo tema.

Elegemos alguns pontos para serem avaliados no sentido de possíveis avanços no desenvolvimento moral. Tais pontos foram especificamente pensados para direcionar o processo avaliativo juntamente com as crianças ao longo da aplicação da SD, sendo eles: entendimento e elaboração das regras; qualidade das relações sociais; juízos morais sobre a trapaça e julgamento dos atos alheios. Para tanto, foram escolhidas historietas morais do livro “O Juízo Moral na Criança”, cujas

respostas foram utilizadas como indicativos antes e depois do desenvolvimento da SD, tendo como base o método clínico de observação e argumentação.

Para o Produto Educacional, desenvolvido junto à pesquisa, elaboramos um *e-book* para que as crianças possam interagir com vídeos e fotos e contém a sequência didática a ser vivenciada com a mediação do docente. Optamos pelo *e-book* pela possibilidade da distribuição do mesmo para mais unidades escolares, bem como a proposta da sequência didática que incorpora o formato. Espera-se que ao fim da pesquisa, possa haver indícios que corroborem a hipótese de que os Jogos cooperativos, aplicados de intencionalmente podem influenciar positivamente no desenvolvimento do juízo moral da criança, além de contribuir para o enriquecimento das propostas educacionais da escola.

A partir do exposto, o objetivo geral deste trabalho de pesquisa é o de elaborar, aplicar e avaliar uma proposta de sequência didática que envolva os jogos cooperativos como possível facilitador do desenvolvimento do Juízo Moral de crianças pequenas, com foco na Justiça Retributiva e na construção de valores morais universalmente desejáveis.

Como objetivos específicos definimos:

- Diagnosticar e analisar quais atividades utilizadas são mais propícias para que o juízo moral possa ser desenvolvido e analisado;
- Elaborar como Produto Educacional um *e-book* interativo e que contenha a sequência didática apresentando os Jogos Cooperativos como recurso auxiliar ao docente;
- Aplicar a sequência didática aos alunos de uma escola municipal de Educação Infantil de uma cidade do interior paulista, de forma a identificar os elementos que contribuem para o desenvolvimento do Juízo Moral com foco na Justiça Retributiva e na construção dos valores morais;
- Elaborar, aplicar e avaliar as propostas das atividades elaboradas para a sequência didática e a construção dos valores morais propostos.

No primeiro capítulo faremos uma apresentação geral do percurso acadêmico que veio a culminar nesta Dissertação e Produto Educacional, já no segundo capítulo abordaremos as justificativas e objetivos que fundamentam este estudo, bem como a hipótese construída, no terceiro capítulo, trataremos da fundamentação teórica que tem como base os estudos piagetianos sobre a moralidade e também estudos sobre a psicomotricidade e jogos cooperativos, no quarto capítulo explicaremos a metodologia da Pesquisa-Ação e a organização da sequência didática aplicada e a construção do Produto Educacional denominado Jogos Morais. O quinto capítulo apresenta a análise das respostas obtidas pelo coletivo através da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo e seus desdobramentos a partir desta perspectiva metodológica.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, será abordada as diversas fundamentações teóricas que embasam este presente trabalho, dialogando entre diversos aspectos da educação e culminando em uma proposta alinhada aos jogos cooperativos e o desenvolvimento da moralidade infantil, com foco na Justiça retributiva e na construção de valores morais.

### **2.1 O movimento corporal na Educação Infantil**

O movimento corporal é um dos principais marcos do desenvolvimento na primeira infância, ele marca a capacidade de deslocamento e interação com o meio que cerca a criança, mas também permite o desenvolvimento das ações refletidas ao movimentar-se, dessa forma, o presente capítulo aborda a intencionalidade por trás do movimento. Assim, em uma proposta sistematizada, o professor pode proporcionar atividades que venham ao encontro do desenvolvimento integral da criança.

Ao pensarmos na criança e a sua forma de interagir com o mundo, já nos remetemos à imagem dela brincando, correndo, rindo, enfim, movimentando-se no espaço e a partir dessa imagem é que surge a necessidade de estudar a importância desse movimento corporal no desenvolvimento físico, motor, afetivo, moral, cognitivo e social da criança, ou resumindo, no desenvolvimento integral desse sujeito.

Freire (2011, 2009) e Mattos e Neira (2005) concordam que o movimento corporal deve estar imbuído de intencionalidade, uma vez que é por meio deste corpo que a criança passará a atuar no e com o meio, ressignificando sua realidade através desta interação. Assim, no universo infantil, os jogos e brincadeiras possibilitam que este corpo atue de forma intencional em sua ação, que não será apenas cognitiva, mas também, afetiva, social, motora e moral.

Como abordado acima, o movimento corporal é a forma com a qual a criança atua com a intenção de constituir uma ação onde ela age, interage, afeta e é afetada, cria e recria situações, ou seja, é por meio do movimento que a criança se descobre no mundo, bem como recria esse mundo de acordo com suas ações no meio.



Para Piaget (1978a), o jogo além de favorecer o desenvolvimento dos esquemas mentais, possibilita a socialização das crianças. Embora o autor traga o jogo de forma evidenciada, podemos considerar as brincadeiras, rodas cantadas, além de outras manifestações lúdicas, pois são elementos que representam o universo em que a criança poderá expressar-se e agir ativamente na construção de si próprio através de sua ação motora.

O fato é que, agindo corporalmente, os objetos, o tempo e o espaço têm de ser levados em conta pela criança, e isso parece que garante o elo de ligação entre ela e o mundo na construção do real. O que reforça nossos argumentos de que a escola, na primeira infância, incorre em grave equívoco ao desconsiderar, como recurso pedagógico, o jogo simbólico e as demais atividades motoras próprias da criança nesse período (FREIRE, 2011, p. 43-44).

É pertinente observar a motricidade em desenvolvimento na Educação Infantil, portanto, a criança procura utilizar de sua corporeidade de forma que possa explorar e interagir com o mundo que o cerca, “[...] a tomada de consciência do seu corpo em um meio ambiente, isto é, do lugar e da orientação que pode ter em relação às pessoas e coisas” (MATTOS; NEIRA, 2005, p. 37). Desta forma, os jogos e brincadeiras, bem como rodas cantadas e danças podem proporcionar diferentes sensações e aprendizados diversos que serão assimilados pela criança ao longo do seu percurso escolar.

A ação corporal da criança na Educação Infantil exerce uma função importante no desenvolvimento das demais capacidade e habilidades, conforme traz a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), portanto, se faz necessário conceber que para além da cognição, o desenvolvimento motor atua como elemento que favorecerá as demais funções mentais que a criança irá desenvolver.

Com o movimento corporal, a criança tem a possibilidade de explorar uma diversidade de capacidades, desde ações rítmicas, de coordenação global ou atuando na práxis fina, envolvendo jogos lógico-matemáticos, linguísticos, como trava-línguas, rodas cantadas, jogos culturais, enfim, há uma infinidade de jogos para uma infinidade de possibilidades e que quando bem estruturadas, fazem com que a ludicidade favoreça o desenvolvimento das mais diversas dimensões envolvidas na integralidade da criança.

Talvez não se tenha atentado para o fato de que jogos, como amarelinha, pegador, cantigas de roda, têm exercido, ao longo da história, importante

papel no desenvolvimento das crianças. Lamentável é o fato de que não tenham sido incorporados ao conteúdo pedagógico das aulas de Educação Física. Aprender a trabalhar com esses brinquedos poderia garantir um bom desenvolvimento das habilidades motoras sem precisar impor às crianças uma linguagem corporal que lhes é estranha (FREIRE, 2011, p. 15).

Impor à criança uma padronização motora pode acarretar na desmotivação dela executar determinadas ações, bem como afastá-la da interação necessária para que possam assimilar a proposta oferecida.

Uma criança bloqueada no seu espaço de ação, graças, muitas vezes, à ansiedade de pais e professores por alfabetizá-la, acaba aprendendo a escrita e a leitura que lhe impõem, mas com sérias dificuldades em estabelecer, entre essa aprendizagem e o mundo, um elo de ligação (FREIRE, 2011, p.20).

Logo, na Educação Infantil, o movimento corporal oferece ferramentas importantíssimas para o desenvolvimento da aprendizagem da criança e sua omissão pode acarretar sérios problemas para o desenvolvimento integral da criança. Para que uma proposta de atividade seja realmente produtiva, ela deve incorporar elementos que fazem parte do universo da criança e a partir dela para que assim faça sentido. De toda forma, não estamos aqui apontando para a não definição de objetivos nas atividades corporais das crianças, mas, sim, um alerta quanto a não preocupação com o que a criança pensa a respeito. E construir junto, faz com que a criança se sinta parte do processo, pertencendo àquilo que de certa forma, ela criou. Isso traz uma nova dinâmica nas aulas como um todo.

Embora seja através do movimento corporal que a criança interage com esse mundo, muitas vezes o mesmo é negado, sob o pretexto de que um corpo em movimento é a tradução da indisciplina e que seu aquietamento significa ser um corpo educado. Strazzacappa (2001) nos adverte que, no contexto escolar, o movimento sempre foi utilizado como moeda de troca, ou seja, nos momentos “sérios”, a imobilidade deve reinar, para que caso contrário, não seja punido. Isso reflete a dicotomia entre corpo e mente, que muitas vezes prevalece no seio da comunidade escolar. “A noção de disciplina na escola sempre foi entendida como “não movimento”. As crianças educadas e comportadas eram aquelas que simplesmente não se moviam” (STRAZZACAPPA, 2001, p. 70).

Esse silenciamento dos corpos infantis é resultado de um não entendimento das possibilidades do desenvolvimento a partir do movimento corporal, bem como

de uma construção social em que a criança deve permanecer em silêncio, imóvel em sua cadeira, reproduzindo regras que ela em si desconhece. Conforme Figueiredo (2009, p. 20): “A escola silencia a ação corporal-verbal que não esteja de acordo com as normas estabelecidas. Assim procedendo, está criando um homem, uma mulher para a passividade, para a submissão, para aceitar as regras do jogo”.

A passividade que se pretende criar silenciando o movimento corporal nos direciona para uma estrutura social que visa a submissão daqueles que estão inseridos diretamente nela, refletindo nas estruturas escolares, onde a norma estabelecida é imposta às crianças e seu não cumprimento é passível de coerção pelos seus responsáveis.

Para Durkheim (2015), as diretrizes morais são definidas pela sociedade, sendo que o sujeito deve submeter-se a estes ditames passivamente. Esta proposta de submissão às regras pode ser observada na ideia de obediência e imobilidade imposta aos corpos infantis no meio escolar onde ainda impera a assimetria de poderes e a relação unilateral entre professor e aluno. Esta relação de imposição de regras, muitas vezes nem faz sentido à criança e atinge diretamente as possibilidades de reflexão crítica sobre normas e regras, uma vez que é mero seguidor de regras.

Isso nos leva a uma importante reflexão: o movimento corporal, pensado de forma sistematizada e estruturada, pode favorecer o desenvolvimento da moralidade em crianças? Ao pensarmos nisso, podemos refletir sobre Piaget (1994) que nos traz que a criança, desde cedo, é imersa em uma gama de regras impostas pelos adultos e pensando nas dimensões da integralidade da criança, o desenvolvimento moral acaba ficando aquém quando observamos os currículos na Educação Infantil. Gomide (2010, p. 17) acrescenta que “[...] O ensinamento do comportamento moral, infelizmente, não tem sido prioridade na Educação Infantil moderna[...]”. Iremos refletir sobre a moralidade mais profundamente em outro tópico.

Temos de levar em conta também que a criança brinca, joga e interage mesmo sem uma ação coordenada e dirigida do professor, pois para elas, jogar é a sua expressão cultural e de acordo com Vasconcelos (2010, p. 16): “O homem é esse jogo de movimento, de procura de sentido para sua condição humana. Buscá-lo nada mais é que fazer a busca do prazer ou de auferi-lo sempre que possa, elevando-o, cada vez mais, a sua condição de humano”.

Logo, podemos compreender que embora a Educação Infantil faça dos jogos e brincadeiras o objeto da ação para e com as crianças, devemos pensar que o prazer envolvido é muito pertinente e utilizar esse parâmetro para avaliar o impacto das ações sistematizadas favorece a interação entre criança, professor e meio.

Assim, o movimento corporal faz parte da cultura da criança e traz consigo uma inteligência que Piaget (1978a) define como inteligência prática e o educador não pode desconsiderar isso na formulação das interações para com a criança, bem como o fato de que a partir do jogo simbólico, ela passa a representar, iniciando uma conceituação.

Aliás, quase não se atenta para o fato de que a inteligência não é um elemento exclusivamente racional, pois, antes que surjam no indivíduo as primeiras representações mentais, já se manifesta nele um nível elevado de inteligência corporal, que prossegue mesmo após estruturar-se o pensamento (FREIRE, 2011, p. 18).

Logo, para compreendermos a criança e tudo o que está envolvido no desenvolvimento integral da mesma, se faz necessário compreender a importância do movimento corporal, suas especificidades, uma vez que o corpo é o nosso primeiro e mais versátil brinquedo (SOMMERHALDER; ALVES, 2011), permitindo com que a criança usufrua de todas as suas capacidades sem o tolhimento de sua liberdade de movimentar-se, conseqüentemente, de interagir com o mundo que está a sua volta.

Portanto, a criação de ambiente favorável para que o movimento corporal possa acontecer sem cerceamento, possibilitando a exploração do ambiente, objetos, interagindo com adultos e outras crianças, fará com que esse sujeito ativo tenha plenas condições de se desenvolver de uma maneira lúdica.

Seguiremos estudando a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento integral da criança

## **2.2 Os jogos e as brincadeiras**

Neste capítulo abordaremos a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento integral da criança, bem como estudaremos também a diferença entre os jogos de exercício, jogos simbólicos e os jogos com regra.

Para que possamos apresentar mais fielmente a proposta do estudo, faremos um paralelo entre os jogos e brincadeiras e o movimento corporal, uma vez que há

certa intimidade entre ambos. Os jogos e brincadeiras estão presentes na história da humanidade, conforme Huizinga (2008) afirma em *Homo Ludens*, dessa forma, o jogo também carrega a cultura humana envolvida, principalmente nas transformações do próprio jogo:

Assim como nós inventamos, criamos, transformamos e/ou reproduzimos uma infinidade de jogos e brincadeiras, também somos inventados, (re)criados, transformados por eles. Nesse sentido, o valor do jogo (assim como de outros elementos da cultura) para nossa aprendizagem e desenvolvimento é inestimável (SOMMERHALDER; ALVES, 2011, p. 12).

Logo, para a Educação Infantil, a utilização dos jogos e brincadeiras consiste numa vasta possibilidade de ações que envolvem o campo da ludicidade, que perpassará pelo campo motor, social, afetivo, moral, cognitivo, enfim, há a construção cultural e histórica a partir desses elementos. Friedmann (2012) nos apresenta que a criança incorpora elementos do mundo através dessa interação.

Piaget, por sua vez, em “A formação do símbolo na criança” (1978a) define o jogo de três formas: o jogo de exercício; jogo simbólico e o jogo de regras.

Para Piaget, os jogos de exercício:

Certos jogos não supõem qualquer técnica particular: simples exercícios, põem em ação um conjunto variado de condutas, mas sem modificar as respectivas estruturas, tal como se apresentam no estado de adaptação atual. Logo. Somente a função diferencia esses jogos, que exercitam tais estruturas, por assim dizer, em vazio, sem outra finalidade que não o próprio prazer do funcionamento (1978a, p. 144).

O jogo de exercício tem a finalidade de responder ao prazer motor, de movimentar-se, sem levar em consideração outros esquemas representativos que farão parte dos demais tipos de jogos caracterizados pelo autor, além de construções e aprendizagens rudimentares, é também a primeira forma de jogar que aparece no desenvolvimento da criança. Seguindo para o jogo simbólico,

Ao invés do jogo de exercício, que não supõe pensamento nem qualquer outra estrutura representativamente lúdica, o símbolo implica a representação de um objeto ausente, visto ser a comparação entre um elemento dado e um elemento imaginado, e uma representação fictícia (PIAGET, 1978a, p. 146).

O jogo simbólico, dessa forma, acontece na possibilidade de evocar elementos que não existem naquele espaço, mas que estarão presentes no ato de

jogar da criança. E por fim, o jogo de regras, que por sua vez “supõe necessariamente, relações sociais ou interindividuais [...]. A regra é uma regularidade imposta pelo grupo e de tal sorte que a sua violação representa uma falta” (PIAGET, 1978a, p.147-148).

Compreendemos, assim, que o jogo de regras constitui no regramento/regulamento elaborado em grupo ou trazido através da cultura passada pelas gerações precedentes e que quebrar tais regras, incide em uma falta passível de punição. Como veremos mais à frente, as relações sociais e a elaboração das regras exercem forte influência no desenvolvimento da moralidade na criança.

Por sua vez, Antunes (2017, p. 7) traz a seguinte definição:

O brinquedo supõe, na relação com a criança, a indeterminação quanto a seu uso, ou seja, sem regras fixas; o jogo, por sua vez, inclui intenções lúdicas; muitas vezes é não literal (por exemplo, a boneca não é literalmente filha da criança, mas “é como se fosse”); estimula a alegria e flexibilidade do pensamento, mas mantém um controle entre os jogadores e, portanto, uma relação interpessoal dentro de determinadas regras.

Existem diversas outras definições que poderiam ser abordadas aqui, o que de fato não é o objetivo proposto, todavia, há alguns pontos entre as definições apresentadas que é o aspecto lúdico. Os jogos e brincadeiras têm a característica lúdica, ou seja, que traduz alegria, prazer. A criança vê o mundo como um imenso parque de diversões e é a partir dos jogos e brincadeiras que ela poderá interagir com o mundo que a cerca (SOMMERHALDER; ALVES, 2011). Logo, os jogos e brincadeiras podem assumir diversos objetivos na estrutura educacional, mas quando sua principal função deixa de existir, a criança em si será mera reprodutora, sem estar realmente imersa na proposta.

Assim, os jogos permitem com que as crianças possam experienciar diversas situações que farão com que elas venham a refletir sobre qual ação deve ser a mais propícia para tomar e desenvolvendo a cooperação, o respeito mútuo e outros tantos valores morais. Logo, vamos abordar a seguir a importância dos jogos cooperativos para o desenvolvimento integral das crianças.

### **2.3 Os jogos cooperativos e a construção da reciprocidade**

Abordaremos neste capítulo as contribuições que os jogos cooperativos promovem para o desenvolvimento moral da criança, na construção da

reciprocidade e do respeito mútuo, mostrando que a cooperação permite uma troca de experiências de forma mais respeitosa e não excludente.

Não é novidade a ninguém que a sociedade está marcada pela intensa competição, ser cada vez melhor não em relação a si mesmo, como um processo de autovalorização, mas ser melhor do que o outro, ter garantido condições mínimas de embate nas mais diversas camadas da sociedade, o fará ser e ter destaque. Mas até que ponto essa proposta vale a pena? Orlick (1989) já nos mostrava a quão perniciosa é esta intensa exposição a ambientes competitivos e o quão desumanos podemos nos tornar em prol de tal competitividade.

É fato também que não há como excluir a competição por completo, ou talvez fingir que ela não existe, afinal, está impingido em todas as áreas da vida humana, seja no trabalho, na escola, enfim, em todos os lugares. Mas por que então optar pela cooperação enquanto o mundo vai na contramão? Em primeiro lugar, embasados pela teoria piagetiana, a cooperação age na tomada de consciência dos sujeitos, ou seja, passamos a pensar em todas as possibilidades possíveis, consequentemente, avaliando outros pontos de vista, descentrando e olhando o outro como parte de um contexto maior. Além do fato de que constitui todo um funcionamento da inteligência individual voltada à reciprocidade (PIAGET, 2014).

Em segundo lugar, os jogos cooperativos permitem que as pessoas enfrentem os desafios e conflitos de um modo diferente, sem a necessidade de um vencedor, olhando para o bem coletivo, resolvendo de forma civilizada, humana e ética (BROTTO, 2013).

Nesse sentido, resgatar, recriar e difundir os Jogos Cooperativos é um exercício de potencialização de valores e atitudes, capaz de favorecer o desenvolvimento da sociedade humana como um todo integrado em todos os seus diversos campos de atuação: escolas, empresas, comunidades, famílias, ONG's, governos e etc. (BROTTO, 2013, p. 62).

Assim, a escolha pelos jogos cooperativos não se dá unicamente pelo jogo em si, mas pela possibilidade de avançar no campo dos valores morais, em especial, a Justiça Retributiva, permitindo com que a criança reflita sobre as ações envolvidas no jogar junto, na convivência, consequentemente, desenvolvendo atitudes de reciprocidade e respeito mútuo.

A troca de experiências proporcionada pelos jogos cooperativos permite a estas crianças o valor de participar, de estar cooperando, auxiliando o outro a atingir

os mesmos objetivos comuns, em comunidade. Permite também a expressão de virtudes e defeitos, habilidades, dificuldades, uma visão integral do ser humano, sem que com isso haja apontamentos (BROTTO, 2013).

Piaget (1994, 2014) já afirmava que os avanços no juízo moral na criança acontecem nas relações sociais e concordamos com estas afirmações, principalmente em um ambiente lúdico, no qual o respeito mútuo impera na troca com seus iguais. Tendo em mente isso, a seguir, veremos o quão importante é o professor no papel de conhecer o mundo infantil, a criança, o papel do movimento no desenvolvimento de seus alunos e acima de tudo, reconhecer os jogos e brincadeiras como possibilidades palpáveis na construção de um ambiente lúdico favorável para a plenitude de tal desenvolvimento da reciprocidade e de outros tantos valores morais.

A seguir, veremos a importância do professor na organização e construção de um ambiente escolar que seja seguro, respeitoso e que permita que a criança aja ativamente na interação com o meio.

## **2.4 Papel do professor na construção do ambiente escolar**

Ao pensarmos na estrutura da educação e nos agentes envolvidos no ato de educar, não podemos desconsiderar a participação do professor e seu papel na construção de um ambiente favorável para que a criança possa usufruir de todas as possibilidades existentes naquele espaço, seja de mobilidade, seja de exploração. Sendo este tão central quanto o aluno na construção de um ambiente propício para o desenvolvimento da criança. A Educação Infantil deve ser um espaço que favoreça o desenvolvimento integral da criança e que seja um local onde há a possibilidade de conhecer-se melhor e que ainda a estimule na superação dos desafios psicomotores que se apresentarão ao longo de seu percurso educacional, partindo de um pressuposto planejado, organizado e sistematizado para as múltiplas possibilidades de ação.

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico. Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças (OSTETTO, 2000, p. 176).



Um currículo bem estruturado para a Educação Infantil deve levar em conta as especificidades que são tão pertinentes às crianças, bem como uma estruturação de espaços, ambientes e saberes que devem permear não somente o desenvolvimento cognitivo, mas as demais dimensões que formam a integralidade humana da criança. Para tal, é necessário compreender que existem diferenças significativas entre espaços e ambientes. De acordo com Horn (2009), a definição de espaços está relacionada à estrutura física, mobiliário adequado para a acessibilidade da criança, enquanto para pensarmos em ambiente, levamos em conta a organização para proporcionar estímulos e interações que favoreçam o desenvolvimento da criança.

Pensar o ambiente, por outro lado, é considerar as interações: criança/criança, criança/adulto, criança/espaço, criança/tempo de permanência na instituição de educação infantil, criança/relação com os elementos do espaço. As questões que envolvem o espaço têm influência sobre o ambiente e este, por sua vez, incide sobre o espaço (DURLI; APARECIDA BRASIL, 2012, p.124).

Portanto, embora estejam intimamente ligados, não podem ser tomados como sinônimos e ambos exercem grande papel no que tange às possibilidades de desenvolvimento da criança.

Outro ponto que está diretamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem da criança é a estruturação dos espaços, que em sua grande parte, consiste em espaços inadequados que contemplam apenas as visões adultocêntricas daqueles que estipulam o que deve ou não ser proposto às crianças. Sommerhalder e Alves (2011) aponta para a necessidade dos professores em oferecer atividades lúdicas, bem como materiais específicos, mas sem exageros, possibilitando que as crianças possam inventar, interagir e criar brincadeiras.

Ainda podemos considerar o impacto que o estímulo proposto pelo professor pode gerar na criança, sendo esse, talvez, um dos fatos mais importantes para motivação das crianças em participarem ativamente nas atividades. É importante, que a ação motora não seja vazia de intencionalidade, mas deve promover reflexão e permitir com que a criança busque em seus conhecimentos prévios formas de executá-lo, promovendo avanços significativos. Portanto, o professor deve olhar para o currículo de forma atenta, mas “o referencial a ser considerado para o aprendizado é a própria criança” (VASCONCELOS, 2010, p.49).

É importante ressaltar que nem todas as escolas de Educação Infantil contam com o profissional de Educação Física, restando ao pedagogo todo o encargo de proporcionar um ambiente que favoreça todo o desenvolvimento motor das crianças que estão ao seu cuidado. Não restam dúvidas que a falta de formação adequada do profissional pode influenciar negativamente no desenvolvimento motor dessas crianças, uma vez que toda a lógica da escola está pautada no desempenho cognitivo e cada vez mais cedo busca-se uma precocidade na alfabetização, seguindo os ditames neoliberais da produção e mão de obra barata, deixando de lado que a Educação Infantil deve ser pautada no desenvolvimento integral da criança. Conforme a Lei n.º 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos apresenta:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 11).

Novamente, embora haja uma possível falha na formação docente, principalmente em se tratando da importância do momento corporal na formação integral da criança, não podemos deixar de apontar para a formação continuada, processo esse que pode minimizar a lacuna formativa existente, e refletir sobre a elaboração de um currículo que contemple o movimento corporal das crianças de forma livre, possibilitando que a criança cumpra seu papel ativo na construção do conhecimento. Dessa forma, o professor tem um duplo papel formativo, o de dar conta de elaborar uma proposta educacional que trabalhe as diversas dimensões que compõem a criança, sem focar exaustivamente na dimensão cognitiva e também da sua própria formação. Freire (2004) ressaltava em seu livro “Pedagogia da autonomia” que o professor que não leva a sério sua formação não tem competência moral para lidar com sua sala e que esse professor dificilmente conseguirá auxiliar os seus alunos a avançarem em seus conhecimentos se ele mesmo está preso na ignorância.

Sendo professor, principalmente na Educação Infantil, deve-se conhecer a especificidade dessa fase e saber disso possibilita realmente que o trabalho ganhe uma dimensão outra que avance no desenvolvimento daquela criança que estará a seu cuidado, saber que o primeiro contato com o mundo a sua volta é através do corpo, abre possibilidades de compreender o mundo infantil e como o conhecimento

se dá através desse corpo, entretanto, embora haja diversos estudos apontando para o caminho inverso, há ainda um forte embate contra esse corpo que se movimenta e aprende.

Embora conscientes de que o corpo é o veículo através do qual o indivíduo se expressa, o movimento corporal humano acaba ficando dentro da escola, restrito a momentos precisos como as aulas de educação física e o horário do recreio. Nas demais atividades em sala, a criança deve permanecer sentada em sua cadeira, em silêncio e olhando para a frente (STRAZZACAPPA, 2001, p. 69).

Foucault (2004) fala sobre a docilização dos corpos, em especial, os corpos infantis, uma vez que é muito mais tangível observar a necessidade do movimento nessa faixa etária e ao impedi-los de movimentarem-se, domamos seus corpos, tornando-os suscetíveis à dominação que conseqüentemente, no Ensino Fundamental, ainda reina. O sentido fabril, na educação pode ser muito bem visto nessa pretensa dominação, imponho limites, momentos e situações específicas onde a criança poderá agir pelo seu próprio corpo e mesmo assim, ainda com limitações acerca da liberdade de onde, como e com quais objetivos deverá mover-se.

Dessa forma, o professor se depara com um leque de aspectos que devem ser ponderados na sistematização de suas aulas e que devem ser previstos nos documentos oficiais da escola, uma vez que a criança é um sujeito ativo do conhecimento e todo o aparato material disponível para ela seja realmente pensado para garantir sua ação, ou seja, salas adequadas, materiais acessíveis e na altura da criança, entre outros aspectos tão importantes quanto. Portanto, por mais que a proposta de uma pedagogia construtivista seja pautada na centralidade do aluno no processo de ensino-aprendizagem, a mediação do professor é imprescindível para que os estímulos sejam adequados e que favoreçam a ação ativa dessa criança.

A seguir, passaremos a estudar de forma mais apropriada o que é o desenvolvimento moral na criança e o que uma educação pautada em valores morais pode favorecer durante esse percurso, ou seja, durante a Educação Infantil.

## **2.5 Breves definições sobre a moral**

Há muitos anos que o significado da moral vem sendo estudada, sobretudo, numa proposta de convivência ética numa sociedade cada vez mais plural. É notório

que embora haja uma diversidade de estudos desde a época de Platão, o assunto nunca chegou a encerrar-se em si, dada sua importância na construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, iremos nos debruçar sobre as origens etimológicas da palavra moral para que possamos avançar no tema.

A palavra moral tem como origem a palavra *mos ou mores*, que significa costumes, normas, leis e está relacionada como agir e portar-se em uma determinada situação na sociedade. Vasquez (1990, p. 14, grifo do autor) define moral como:

Certamente, *moral vem* do latim *mos ou mores*, "costume" ou "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem [...] modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito.

A moral é um conjunto de juízos atribuídos às ações das pessoas a fim de conferir valor. Piaget (1994) compreende a moral como um conjunto de normas e regras que norteiam a ação das pessoas. Dessa forma, podemos afirmar que a moral é um conjunto de valores elaborados sobre uma determinada ação, pessoa ou situação que confere juízo moral.

[...] um juízo de que um certo tipo de agir é bom ou mau, e, neste sentido, de que algo deve ser permitido ou proibido, não se deixa fundamentar empiricamente. A experiência jamais nos mostrará que torturar um homem é algo mau, nem sequer poderíamos dizer o que significaria pretender fundamentar empiricamente algo assim como isto. A única coisa que podemos fundamentar empiricamente é um juízo que diz que homens deste ou daquele círculo cultural, desta ou daquela classe social consideram (ou consideraram) um tal tipo de ação como má ou censurável (TUGENDHAT, 1996, p. 14-15).

Para La Taille (2006), moral é todo sistema de regras e normas que determinam como agir, já que para ele, todo sistema moral pressupõe um sentimento de obrigatoriedade que, ao não ser seguido, acarreta em sanções. É importante deixar claro que a moral existe em todo o processo civilizatório e que foi mudando ao longo do tempo, dessa forma, as regras e normas tidas como aceitáveis para um determinado período histórico, não necessariamente será perpetuado em outro, podendo assim, ser revisto, repensado ou abandonado ao longo do tempo, logo, a moral é um fato histórico (VASQUEZ, 1990).

Ainda refletindo com Vasquez,

Mas a moralidade é histórica precisamente porque é um modo de comportar-se de um ser - o homem - que por natureza -é -histórico, isto é, um ser cuja característica é a de estar-se fazendo ou se autoproduzindo constantemente tanto no plano de sua existência material, prática, como no de sua vida espiritual, incluída nesta a moral (VASQUEZ, 1990, p. 25).

A moral não é inata ao homem, ou seja, não nasce com ele, mas é um processo educativo que, quando bem desenvolvido, pode proporcionar mudanças significativas na forma de relacionar-se com o outro, possibilitando o surgimento de uma sociedade pautada nos direitos humanos universalmente aceitos, que visa a justiça e o bem comum. Seguiremos aprofundando o tema abordando as virtudes e valores morais como centro de discussão.

## 2.6 Virtudes e valores morais

Como podemos constatar, a moral é um sistema de regras e não é inata ao homem, trazendo-o assim para o processo histórico na produção das regras estabelecidas por uma sociedade. Nesse ponto, podemos elencar que as regras estabelecidas, determinam também valores aceitáveis para a sociedade e para o homem como, por exemplo, ser bom ou mau, virtudes e vícios morais com os quais o homem deve lidar e estabelecer para si próprio como aceitáveis ou detestáveis, tais quais a reciprocidade, justiça, prudência.

Nesse tocante, é necessário aprofundar um pouco mais a discussão sobre esses dois termos, uma vez que eventualmente ocorre o uso inequívoco entre eles.

Podemos definir que virtude moral é a disposição do caráter em fazer o bem (TOGNETTA, 2003, p. 44), seguindo a reflexão:

A palavra “virtude”, quando é empregada filosoficamente, serve para traduzir a palavra grega Arete [...], quando se fala das virtudes dos seres humanos enquanto seres humanos, isso seja compreendido funcionalmente; fala-se das propriedades do caráter dignas de aprovação (louváveis). A virtude existe no caráter, isto é, numa disposição da vontade de querer o bem, o que de sua parte é definido por uma regra [...] (TUGENDHAT, 1996, p. 245).

Aristóteles em “Ética a Nicômaco” nos traz a seguinte definição de virtude:

Mas a virtude que devemos estudar é, fora de qualquer dúvida, a virtude humana; porque humano era o bem e humana a felicidade que buscávamos. Por virtude humana entendemos não a do corpo, mas a da alma; e também à felicidade chamamos uma atividade de alma (2015, p. 13).

Portanto, é notório que a virtude é o que aproxima o homem da humanização em si, possibilitando as ações virtuosas e o afastando dos vícios sociais. As virtudes possibilitam ao homem a reflexão diária, favorecem o desenvolvimento de um juízo, bem como um comportamento moral mais humano e ético.

Comte-Sponville reitera nosso pensamento acerca das virtudes morais possibilitarem uma ação mais justa e questiona: “O que é uma virtude? É uma força que age, ou que pode agir. Assim a virtude de uma planta e de um remédio, que é tratar, de uma faca, que é cortar, ou de um homem, que é querer e agir humanamente” (2009, p. 7). Em seu preâmbulo afirma que as virtudes podem ser ensinadas mais com o exemplo do que com livros (COMTE-SPONVILLE, 2009) e, de certa forma, uma vez que exemplificado com uma ação, é possível que o outro venha a refletir e a questionar seus próprios valores, gera uma descentração de si próprio e possibilita que a partir da reflexão, possa avançar em sua moralidade.

Quanto ao conceito de valor, o mesmo está ligado à ideia de valorar algo ou uma situação, tipo bom ou mau, a exemplo: “é muito bom esse perfume”, bem como valorar moralmente uma determinada situação ou ação: “mentir me faz uma pessoa má”. Dessa forma, a construção de um valor se dá pela convivência com as formas em que esses valores são apresentados ao indivíduo, novamente, seguindo a ideia apresentada sobre a aprendizagem das virtudes, o exemplo possibilita o contato com o sistema de valorações morais, o que pode incidir em assumir uma diversidade de valores, os quais podem ser moralmente aceitos ou não.

Exemplificando mais adequadamente, “valor é a qualidade abstrata preferencial atribuída pelo sujeito suscitada pelas características inerentes de determinado objeto que satisfazem as necessidades e interesses daquele”. (PEDRO, 2014, p. 493).

Podemos, assim, entender que parte de uma situação abstrata, subjetiva para que possamos então, interiorizar um determinado valor. É válido ressaltar que o conceito de valor pode derivar diversos entendimentos, não sendo unicamente o moral.

[...] Um “bom” relógio é um relógio que realiza positivamente o valor correspondente: o da utilidade; ou seja, que cumpre satisfatoriamente a necessidade humana concreta à qual serve. Um “bom” relógio é um objeto “útil”. E algo análogo podemos dizer da água quando a qualificamos como “boa”; com isso, queremos dizer que satisfaz positivamente, do ponto de vista de nossa saúde, a necessidade orgânica que deve satisfazer. E um “bom” poema é aquele que, por sua estrutura, por sua linguagem, realiza

satisfatoriamente, como objeto estético ou obra de arte, a necessidade estética humana à qual serve.

Em todos estes casos, o vocábulo "bom" sublinha o fato de que o objeto em questão realizou positivamente o valor que era chamado a encarnar, servindo adequadamente ao fim ou à necessidade humana respectiva. Em todos estes casos, também, a palavra "bom" tem um significado axiológico positivo - com relação ao valor "utilidade" ou ao valor "beleza" -, mas não tem significado moral algum (VASQUEZ, 1990, p. 128).

Portanto, é possível compreender que nem tudo que se tem valor necessariamente tem valor moral, entretanto, já no campo da moralidade, podemos compreender que são produções humanas. Vasquez (1990) diz que somente aquilo que tem significado humano é que pode ser qualificado e avaliado como moral, logo, comportamentos, atitudes, intenções de grupos e/ou individuais podem ser avaliados como valores morais, pois pode ser assumida uma responsabilidade moral por eles. De toda forma, os valores e as virtudes morais devem fazer parte da formação integral do indivíduo e, sobretudo, na formação da criança.

Logo, entendemos que a vontade também exerce uma função primordial na ação virtuosa e Piaget (1999) define a vontade como uma regulação reversível, dessa forma, regulando as tendências inferiores e superiores.

Podemos assim, considerar que tanto a moral, quanto as virtudes e os valores morais não permanecem exclusivamente no campo cognitivo do sujeito, mas correlacionam-se também com o campo afetivo, que serão regulados por ambos, cognição e afetividade. É importante levarmos em conta tais aspectos, tendo em vista que o presente estudo tem como objeto o desenvolvimento do juízo moral em crianças pequenas e conhecer o papel da afetividade no desenvolvimento da criança, se faz necessário.

## **2.7 O desenvolvimento do juízo moral na criança**

Embora a BNCC não trate diretamente de Educação em Valores ou Moralidade na Educação Infantil, notamos algo neste sentido nos campos de experiências, mas ainda assim, de uma forma sucinta. Dessa forma, este capítulo se dedica a explicar acerca do desenvolvimento do juízo moral na criança e suas implicações na convivência social da criança.

Como vimos anteriormente, a educação deve ser um processo ativo, portanto, a Educação em Valores deve seguir os mesmos moldes, ou seja, através da interação desse sujeito (em especial as crianças) com uma diversidade de situações

conflituosas, que possibilitem que esse sujeito, por meio da mediação adequada do professor - avance no quesito moral. Não nos referimos a imposições, nem tampouco a uma ideia moralista, todavia, a construção ativa da moralidade. Nessa perspectiva, Diaz-Aguado (1999, p. 10) reflete:

Na atualidade, é necessário oferecer pontos de referência sólidos para poder garantir uma educação moral que nos ajude a conviver em uma sociedade democrática e pluralista. Já que aquilo que alguns autores vêm chamando de o “paradoxo da educação moral” vai resultar particularmente complexo nas situações interculturais, é necessário conjugar, ao mesmo tempo, a conservação da identidade de uma cultura com a integração de culturas diferentes.

Educar em valores é mais do que imprimir seus próprios conceitos morais para outras pessoas de forma coercitiva, sem reflexão, tão puramente pelo “achismo” de conter uma verdade absoluta. É necessário que haja respeito mútuo para que a construção moral aconteça e a escola assume um importante papel quanto ao desenvolvimento moral de capacidades para exercer a solidariedade, o respeito e a liberdade, mas isso não é somente um desafio encontrado nas instituições de ensino, mas de toda uma sociedade (DIAZ-AGUADO, 1999). Portanto, podemos entender que o desenvolvimento moral parte da reflexão individual sempre considerando o social, permitindo que o indivíduo possa elaborar e construir racionalmente princípios e valores morais (PUIG, 1988).

Puig (1988) nos apresenta três modelos de Educação Moral que podem ser encontrados em escolas, sendo um baseado na concepção absoluta de valores, que em suas palavras é definido como:

Valores e normas que costumam impor-se com a ajuda de algum poder autoritário e que pretendem regular minuciosamente todos os aspectos da vida pessoal e social. Esta postura recai em explícitas e insistentes práticas educativas. Práticas que têm como principal finalidade a transmissão unilateral dos valores e normas a serem respeitados (PUIG, 1988, p. 19).

Ou seja, é através da coação que essa concepção é imposta, muito presente em sistemas educacionais nos quais há a presença da visão autoritária do professor e os alunos apenas reproduzem aquilo que lhes é mandado, tais quais máquinas na linha de produção. O referido autor nos apresenta um segundo modelo, que é baseado na concepção relativista dos valores e segue:



[...] Esta postura fundamenta-se na convicção de que o acordo, em um tema como o dos valores, é uma questão simplesmente eventual, já que não há nenhuma opção de valor preferível em si mesma às demais, mas sim valorar algo é tomar uma decisão baseada em critérios totalmente subjetivos. [...] É assim porque as circunstâncias pessoais e do contexto determinam a opção que cada sujeito prefere ou considera mais oportuno tomar [...] (PUIG, 1988, p.19).

Portanto, o modelo baseado na concepção relativista permite assumir determinadas concepções de valores de acordo com cada situação, o que não reflete em si um desenvolvimento moral mas, sim, o oportunismo de agir de determinada forma a cada determinado momento para justificar seus pontos de vista. Entretanto, ambos os modelos carecem da construção racional que é tão necessária na educação em valores e ao tratarmos do desenvolvimento moral em crianças, devemos entender o percurso que se faz desde a anomia até a autonomia.

E há o terceiro modelo, este defendido pelo autor “ao propor um modelo de Educação Moral que respeita a autonomia dos sujeitos e ao mesmo tempo é orientado por critérios racionais” (PUIG, 1988, p. 20). Logo, afasta-se dos conceitos relativistas e autoritários e permite o respeito às mais diversas opiniões, de forma que se conceba diálogos construtivos caracterizados pela pluralidade de ideias existentes na sociedade.

Piaget (1994) e seu livro “O juízo moral na criança” é talvez o marco, na Psicologia, para o estudo da moralidade na criança, sendo estudado meticulosamente a partir da perspectiva do jogo, concluiu que há três momentos do desenvolvimento da moralidade: a anomia, a heteronomia e a autonomia.

A anomia é a ausência de regras, Piaget (1994) define como pré-moral momento este em que a criança não tem uma compreensão das regras e suas condutas e ações são puramente motoras, nessa fase, Piaget traz o conceito da inteligência motora, em que a criança reproduz determinados movimentos através da imitação, iniciando os primeiros avanços cognitivos, a criança imita e reproduz através de uma ritualização, simplesmente pelo prazer motor que o ato concede. Após essa fase inicial, o autor traz a definição heteronomia ou a moral do dever. Assim,

À moral de heteronomia e do dever puro corresponde, naturalmente, a noção de expiação para aquele cuja lei moral consiste, unicamente, em regras impostas pela vontade superior dos adultos dos mais velhos, é claro que a desobediência dos pequenos provoca a cólera dos grandes, e esta

irritação se concretiza sob a forma de um sofrimento qualquer e “arbitrário” infligido ao culpado (PIAGET, 1994, p. 176).

Podemos notar, portanto, que a moral heterônoma consiste exclusivamente pelo respeito unilateral, motivado pelo amor e medo que a criança tem dos pais, de crianças maiores e/ou dos responsáveis, ou melhor dizendo, a criança entende as sanções recebidas como expiação a uma determinada ação considerada errada. A heteronomia também é vista pelo lado do respeito unilateral, evocando novamente a figura de um ser superior à criança, dessa forma, as sanções por expiações são validadas pela criança, através dessa estrutura criada entre o ser superior que manda e a criança que obedece.

Partindo para a autonomia, podemos considerar que se dá início quando a criança consegue coordenar pontos de vista, possibilitando uma autorregulação, portanto: “Precisamente, o conceito de autonomia concebe que a pessoa é capaz de defender os seus próprios critérios sem ser influenciada pela opinião da maioria ou pela pressão daqueles que têm mais poder de um certo ponto de vista” (BUXARRAIS, 2020, p. 18).

É fato que só se é possível atingir o estágio de autonomia quando há capacidade de descentrar-se, de sair de si próprio para analisar a perspectiva de outrem. Assim afirma Tognetta ao se referir à descentração:

À medida que esse sujeito concebe diferentes possibilidades, afigura-se um progresso em seu sistema de significações que lhe permite entender outros pontos de vista. Uma construção lenta; porém, contínua. Somente há coordenação de pontos de vista diferentes quando se coordenam ações, quando essas são reconstituídas no campo representativo, comparadas, e então generalizadas, portanto, ações reversíveis (2003, p. 53).

Entretanto, para que seja possível a descentração, é necessário que haja um avanço no desenvolvimento cognitivo do sujeito, de forma que o equilíbrio nas estruturas mentais possibilite a tomada de decisão a partir de outros pontos de vista, afastando-o da visão egocêntrica, tão presente na moral heterônoma. Assim, retomando o pensamento de Tognetta, podemos compreender que:

Nessa concepção, só é capaz de coordenar pontos de vista aquele sujeito capaz de se descentrar, o que significa, de fato, um pensamento capaz de justapor-se a outro, de ir e vir, utilizando-se de um instrumento cognitivo, chamado reversibilidade. Quando é possível tal pensamento, torna-se recíproca a condição para a regra. Se há reciprocidade, estaremos próximos da autonomia, ou um autogoverno porque o sujeito há não pensa por um

instrumento que lhe é exterior (às ordens do adulto ou da autoridade), mas por um instrumento interno que vai além da interiorização, legitimando, enquanto seu, esse juízo que agora lhe é próprio. Ir e vir em plano de pensamento é conseguir pensar no que o outro pode estar pensando, em suas razões para determinar ação, e voltar-se a si próprio analisando o que tal ação ou ideia tenha engendrado em si mesmo (TOGNETTA, 2003, p. 31).

Assim, para que ocorra a autonomia, é necessário o desenvolvimento cognitivo, ou seja, é necessário que haja construção para que os esquemas cognitivos avancem. “Na realidade a lógica e a moral são inteiramente paralelas” (PIAGET, 1994, p. 291), todavia, Piaget afirma que embora haja tal relação entre o desenvolvimento moral e a cognição, muitos permanecerão heterônomos.

O autor considera que a afetividade também influencia no desenvolvimento moral do sujeito

Para a afetividade, o mesmo sistema de coordenações sociais e individuais produz uma moral de cooperação e de autonomia pessoal, em oposição à moral intuitiva de heteronomia característica das crianças [...]. Os instrumentos mentais que vão permitir que esta dupla coordenação lógica e moral, são constituídos pela operação, no tocante à inteligência, e pela vontade, no plano afetivo (PIAGET, 1999, p. 42-43).

Mas o que significa essa vontade que influencia essa moralidade na criança? Piaget define como:

O ato da vontade consiste, portanto, não em seguir a tendência inferior e forte (ao contrário, fala-se, neste caso, de um fracasso da vontade ou de uma “vontade fraca”), mas em reforçar a tendência superior e frágil, fazendo-a triunfar (1999, p. 56).

Essa vontade está diretamente ligada aos interesses que o sujeito desenvolve e que podem ser mutáveis, necessitando regulação interna para que supere a tendência inferior e forte, que consiste em lutar contra algo que deseja em detrimento do dever. Segundo Piaget, a vontade é comparada a uma operação. Compreendemos assim, que todo o processo de desenvolvimento da autonomia, consiste também num processo de autorregulação, assunto que trataremos a seguir.

Faz-se necessário explicar que embora o indivíduo atinja a autonomia moral, isso não quer dizer que ele optará à revelia por seguir ou não às leis e normas estabelecidas, incorrendo assim nos valores relativos, como vimos anteriormente. Ademais, as normas são compreendidas e refletidas pelo processo da razão, tornando-o capaz de agir sem que haja o medo tão presente na moral heterônoma, dessa forma, o respeito mútuo rompe com as leis impostas e possibilita a criticidade

moral, o sujeito legitima, assim valores morais integrados em seu juízo (TOGNETTA, 2003).

## **2.8 A autorregulação e a autonomia**

O desenvolvimento moral é um processo que depende de diversos fatores, entretanto, está sujeito aos mesmos processos de equilibração para que os esquemas cognitivos formados possam estar prontos para essa nova ótica. Piaget concebeu toda uma teoria, conhecida como “Teoria da Equilibração”, que dispõe em esclarecer a gênese do conhecimento e os processos cognitivos que levam aos avanços na aprendizagem, bem como a compreensão de conceitos sociais que permeiam o sujeito e seu desenvolvimento moral. Para o autor, uma nova aprendizagem se dá a partir dos desequilíbrios que o sujeito está submetido, passando por uma assimilação, conseqüentemente uma acomodação, por fim, equilibrando novamente, dessa forma, autorregulando os esquemas mentais. Portanto, nos disporemos a adentrar um pouco mais nesse campo, de forma a esclarecer todos esses processos.

O equilíbrio definido por Piaget (1999, p. 127) é definido por uma estabilidade, porém, isso não significa que haja imobilidade, pois “Diremos que há equilíbrio quando estas perturbações exteriores são compensadas pelas ações do sujeito orientadas no sentido da compensação”, logo, o equilíbrio consiste na atividade. Esse equilíbrio vale também para a moralidade em si, quando o autor diz que “O equilíbrio moral de uma personalidade supõe uma força de vontade de caráter para resistir às perturbações, para conservar os valores aos quais se tem apego etc.” (PIAGET, 1999, p. 127). Podemos compreender que para alcançar a autonomia moral, o sujeito passará por diversas situações que exigirão contínuas equilibrações e que deverão estar ativamente ligadas ao processo pelo qual se dará a autorregulação.

Como parte do processo, temos a assimilação, que significa que só acontece, quando o sujeito se vale de algum objeto para um determinado fim e que este foi incorporado a um esquema de ação ou cria um esquema de ação baseado nas possibilidades de aplicação para com o objeto (PIAGET, 2014).

Toda assimilação consiste já, e isso desde o nível sensório-motor, em ligar os dados atuais a elementos anteriores, pois assimilar e modificar o objeto em função da ação e do ponto de vista propriamente ditos, ou seja, em

função de um "esquema"; ora, esse esquema possui uma história e se constitui pela aplicação repetida do ato a outros objetos, aos quais o objeto presente é, portanto, assimilável. Mas essa assimilação sensório-motora dos objetos sucessivos entre si não supõe nenhuma evocação, pois o objeto anterior só age sobre o objeto presente de maneira implícita e pela intermediação de um simples esquema de ação, isto é, de uma repetição motora (PIAGET, 1978a, p. 351).

A assimilação é, em suma, a capacidade de utilizar objetos para uma situação a partir de estruturas já elaboradas anteriormente, através da repetição. Isso nos leva à acomodação, sendo essa, a capacidade de usar as informações obtidas pela assimilação para um novo fim, mudando sua estrutura inicial.

[...] o papel da acomodação se torna decisivo: o modelo diferencia, com efeito, o esquema de assimilação, o que constitui uma acomodação ativa e não passivamente sofrida, e esse esforço acomodados tende a um fim que não é de utilização, ou seja, de assimilação à ação propriamente dita, mas, ao contrário, de cópia e adequação, o que mostra de novo o papel da acomodação (PIAGET, 1978a, p. 351).

Podemos dizer, então, que toda vez que um esquema é modificado em função dos objetivos, há uma acomodação. Assim, a acomodação sucede à assimilação, possibilitando então, o equilíbrio dos esquemas cognitivos do sujeito. Todo esse processo, desde o desequilíbrio, passando pela assimilação, acomodação, até um novo equilíbrio possibilita que o sujeito se autorregule. Esse processo de equilíbrio é definido por Piaget (1971) como autorregulação, ou seja, permite que o sujeito se valha da reversibilidade garantindo que haja conservação do conjunto, no caso do desenvolvimento moral, essa autorregulação acontece quando o sujeito consegue descentrar-se de si, analisar os fatos, mas mantendo ainda sua criticidade reflexiva acerca dos mesmos. Piaget define a descentração como:

A descentração, origem de regulação, culmina neste caso em um equivalente intuitivo das operações inversas, em particular, quando as antecipações e reconstituições representativas vierem a aumentar sua amplitude, tornando-a quase instantânea, o que se produz cada vez mais no nível das "intuições articuladas" [...] Bastará, portanto, que a regulação venha a atingir compensações completas (aliás, essa é justamente a tendência das intuições articuladas) para que a operação apareça por isso mesmo: as operações nada são, efetivamente, além de um sistema de transformações coordenadas e que se tornaram reversíveis, independentemente de suas combinações (2013, p. 186).

E todo esse processo só ocorre pelo fato de o sujeito estar ativamente se autorregulando, o que possibilita tais avanços, seja no campo da inteligência, seja no campo da moral. A partir dessas explicações, podemos agora avançar nos estudos sobre a moralidade, em especial nas questões acerca da cooperação e da justiça sob a ótica das crianças.

## 2.9 A cooperação e justiça na construção da autonomia moral

Piaget ao longo de sua obra, constatou que existem duas morais, sendo a primeira a moral heterônoma, ou a moral do dever e a segunda, a moral autônoma, ou como por ele chamada, moral da cooperação. Essas duas morais também nos trazem dois conceitos de respeito, a saber: o primeiro como respeito unilateral, muito presente na moral heterônoma, prevalecendo a relação de poder e coação do adulto ou criança mais velha para com os menores, refletindo no exercício de poder do primeiro para com o segundo; também existe a relação de respeito mútuo, em que ainda existe a ideia da figura de autoridade, porém sem o exercício da coação, há uma tomada de consciência da criança em aceitar respeitar o adulto ou a criança mais velha, porém, sem o exercício da coação.

Entretanto, para que compreendamos todo o processo, é necessário aprofundarmos o que consiste em cooperar. Logo, cooperar é, para Piaget<sup>1</sup> (1978, p. 226, *apud* ARAÚJO, 1999, p. 103), “toda relação entre dois ou  $n$  indivíduos iguais ou que se acreditem como tais, dito de outra forma, toda relação social na qual não intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio”. A partir dessa fala, podemos entender que cooperar é o ato de operar conjuntamente, mais especificamente, no campo das relações sociais, em um espaço de respeito mútuo, através da reciprocidade, todavia, esse processo incorre a partir da capacidade de descentração intimamente ligada às operações reversíveis, característica das operações formais. Esses processos todos estão também relacionados com o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos.

O desenvolvimento da consciência lógica e moral é fruto de condições psicossociais presentes na interação do indivíduo com a sociedade e o mundo. Ao confrontar o sujeito com terceiros, a cooperação funciona como elemento catalizador dos processos de tomada de consciência e permite ao

---

<sup>1</sup> PIAGET, J. *Escrits Sociologiques. In: Études Sociologiques*. 2. ed. Genebra, Droz. (public. orig. 1976). *In: Revue Européenne de Sciences Sociales*, tome XIV, nos 38-39, pp. 44-197, 1978.

indivíduo normalizar a razão e os equilíbrios funcionais da atividade mental (ARAÚJO, 1996, p. 105).

Portanto, em função das relações sociais recíprocas, o sujeito se torna capaz de descentrar-se e a partir desse momento, a cooperação entre as novas perspectivas assumidas opera, possibilitando a autorregulação. Assim, temos em um primeiro momento a coação, presente primeiramente junto aos pequenos, ainda em processo de desenvolvimento cognitivo e moral e avançando, temos o processo de desenvolvimento da autonomia, da moral da cooperação. E embora haja uma tendência para a cooperação (ARAÚJO, 1996), para muitos, a heteronomia estará presente até na vida adulta, favorecidas por diversas relações sociais e familiares (PIAGET, 1994).

Outro processo que Piaget constatou, foi a questão da justiça. Durante suas pesquisas, foi possível comprovar a forma com que as crianças compreendem o que seria uma ação justa. Ao longo de suas pesquisas, o autor pode constatar dois tipos de justiça, que por sua vez, estão intimamente ligadas com o desenvolvimento do juízo moral.

A noção ou sentimento de justiça, “embora podendo, naturalmente ser reforçado pelos preceitos e exemplo prático do adulto -, é, em boa parte, independente destas influências e não requer, para se desenvolver, senão o respeito mútuo e a solidariedade entre crianças” (PIAGET, 1994, p. 156).

Nesse trecho, Piaget (1932) afirma que não basta a exemplificação dos responsáveis da criança, aliás, é pouco inócuo tais exemplificações, em especial quando firmado pelo respeito unilateral e a imposição moralista, ou como já abordado antes ao referenciarmos Puig (1988), pela imposição de valores absolutos, é necessária uma convivência ética e harmônica, que consiste no respeito mútuo e que dê voz àquilo que a criança compreende, sem coagi-la. Portanto, o exemplo não deixa de ter seu mérito, mas ele não deve prevalecer ante as ações morais que possibilitem a solidariedade, em especial, aquelas que possibilitam a interrelação entre as crianças.

A primeira definição de justiça a nos ser apresentada ao longo de seu estudo é a Justiça Retributiva e uma íntima relação com as sanções expiatórias, ou punições expiatórias. De fato, a relação entre a justiça retributiva e as punições se dá quando há necessidade de retribuição equivalente ao valor da falta, algumas crianças consideram como justa, uma ação que tende a ser mais severa, tanto

quanto for mais grave sua falta (PIAGET, 1994). Poderíamos exemplificar aqui uma agressão, na qual a justiça retributiva equivaleria uma agressão pela outra. Piaget (1994, p. 158.) nos pontua que “Há, de fato, em certas noções da retribuição, um fator de transcendência e de obediência, que a moral da autonomia tende a eliminar”. Para o autor, as sanções expiatórias têm um caráter de arbitrariedade, ou seja, pouco importa a relação entre a falta e a punição, o mais importante é a proporcionalidade entre a falta e o sofrimento imposto, conforme aponta Piaget (1994). O autor apresenta algumas sanções por reciprocidade que apresentam noções de justiça retributiva, porém, um pouco mais avançadas, como o caso da repreensão e a relação da ruptura do elo social causado pela falta.

Neste caso, se a regra for violada, não há a necessidade de impor uma punição que cause dor, porém é necessário que a criança compreenda que sua ação rompeu um elo social baseado no respeito mútuo e na cooperação, fazendo-a compreender que determinadas atitudes rompem com a estrutura social mutuamente constituída.

A repreensão então, não precisa mais de um castigo doloroso para ser reforçada: reveste sua intensidade na proporção em que as medidas de reciprocidade fazem compreender ao culpado o significado de sua falta [...] há relação de conteúdo e de natureza entre a falta e a punição (PIAGET, 1994, p. 162).

Piaget também trouxe algumas classificações acerca das sanções por reciprocidade, as quais o autor classifica da mais a menos severa. A exclusão momentânea ou definitiva, que segundo Piaget, é a forma mais comum de punição praticada pelas crianças. Seguindo, temos as Consequências Diretas dos atos, que é a punição que tem por objetivo educar através da experiência natural, ou seja, está ligada diretamente ao ato. Piaget usa o exemplo da criança que não foi buscar o pão e na hora do jantar, não havia o suficiente, sendo como consequência direta, ela ficar sem o pão. Encontramos também a Privação da coisa/objeto abusado, que busca privar a criança de utilizar um brinquedo na qual ela quebrou. “Há aqui uma mistura de elementos análogos àquelas que caracterizam as duas variedades anteriores: é uma espécie de ruptura de contrato decorrente do fato de que as condições do contrato não foram observadas” (PIAGET, 1994, p. 163).

E por fim, temos a Reciprocidade Simples que “consiste em fazer à criança exatamente o que ela fez” (PIAGET, 1994, p. 164). A exemplo de quando você



solicita que a criança lhe faça um favor e ela se recusa, porém, quando a mesma lhe pede, o seu pedido também não é atendido, fazendo-a compreender a questão da reciprocidade dos atos.

Portanto, a percepção da justiça como parte necessária para o desenvolvimento do juízo moral, deve ser pautado em uma educação em valores e ter espaço privilegiado nas escolas, possibilitando que a criança avance não somente nos aspectos cognitivos, mas sobretudo, nos aspectos sociais, afetivos e também morais, haja vista que uma criança moralmente desenvolvida terá condições de refletir criticamente sobre diversos assuntos, avançando assim, em seu desenvolvimento integral.

### 3 METODOLOGIA

Embora a ciência como um todo esteja avançando constantemente, o ser humano ainda traz surpresas. Em especial quando tratamos de valores morais e éticos, os campos de estudo tornam-se vastos e abre-se um leque imenso de pesquisas, tal qual a nossa se desprende a fazer, bem como a curiosidade inerente ao homem, buscamos ampliar a nossa compreensão de mundo, podemos traduzir a grosso modo de aprendizado, ou seja, os mistérios do mundo nos instigam e fazem com que avancemos mais e mais. Este é um dos princípios do aprender.

No entanto, aprendemos porque possuímos uma compreensão finita, o que equivale a considerar não apenas que as questões que colocamos partem de uma pré-compreensão inicial como também que se procura alargar o horizonte de compreensão que as respostas podem proporcionar. É assim que se justifica o aprender: ele parte sempre de um entendimento prévio que justifica a colocação das questões e ambiciona alargar ou solidificar a compreensão que temos de nós e do mundo (HELENO, 2001, p. 37).

Partindo da ideia de que a aprendizagem é o resultado do processo de equilíbrio majorante das estruturas mentais, passando para uma condição na qual houve uma superação de conhecimentos mais básicos para outros mais avançados e considerando também que a própria moralidade é tratada por Piaget (1994) como um processo de desenvolvimento contínuo e coletivo, utilizamos o método clínico piagetiano, ou seja, baseada na observação e interpretação e argumentação, buscando compreender o indivíduo e na intervenção, quando necessário, para obter maiores avanços no estudo. Trabalhamos com a hipótese de que os jogos cooperativos na Educação Infantil possam favorecer uma maior percepção da justiça retributiva e na construção de valores morais na criança.

A faixa etária de 5 anos a 5 anos e 11 meses compreende a pré-escola, como definida pela Emenda Constitucional n.º 59/2009 e incluída em 2013 na LDB, definido assim, como ensino obrigatório. Para que pudesse ser pesquisada a hipótese apresentada, utilizamos algumas historietas morais contidas no livro “O Juízo Moral na Criança” de Piaget (1932/1994), abordando os itens selecionados para estudo que são: respeito com o outro, entendimento sobre justiça, qualidade das interações sociais, capacidade dialógica e generosidade, apresentaremos aos alunos e a partir das respostas colhida, elaboramos uma Sequência Didática (SD)

que contém jogos e brincadeiras, que por sua vez, foram organizados de forma intencional, sistematizando saberes para aplicação a *posteriori*.

Assim, para que possamos avançar, é necessário explicar brevemente o que é uma SD:

O termo *Sequência Didática* se trata de um conceito e uma ideia que expressam e movimentam diferentes perspectivas teóricas no âmbito da área de Educação[...], ela é considerada uma unidade de conhecimento dentro do referido campo do saber; e relaciona-se com outros conceitos, considerando, é claro, a abordagem teórica em questão (COSTA; GONÇALVES, 2022, p. 361, grifo do autor).

Dessa forma, a Sequência Didática tem como objetivo organizar as atividades de forma sistematizada e intencional de forma a atingir um objetivo previamente definido.

Para o início da aplicação, fizemos um levantamento de dados, com diálogo com as crianças, até a título de convite e explicação da proposta de pesquisa, a intervenção com a SD e a recontagem das historietas, de forma que pudéssemos coletar as respostas para análise.

A SD foi aplicada em uma sala, de Pré-Escola II, que consiste em crianças de 5 anos a 11 meses, conforme abordado anteriormente, totalizando 20 participantes. A SD tem em sua elaboração atividades pré-elaboradas e também momentos em que as propostas dos alunos, que são os sujeitos da ação e protagonistas, foram acolhidas e estruturadas pelo coletivo da sala, de forma cooperativa e colaborativa. A SD tem sua elaboração respaldada pela BNCC (BRASIL, 2018) e demais documentos legais. Ficou decidido pela sala, em uma roda de conversa, que as atividades seriam aplicadas dois dias na semana, sendo quarta e quinta os dias selecionados e que coincidem com os dias em que há maior fluxo de alunos.

Para além do objetivo central da pesquisa, que é constatar o avanço da percepção da Justiça Retributiva, também nos deteremos em analisar a construção de valores morais, para tal, desenvolvemos fichas individuais com os seguintes temas: Generosidade, capacidade dialógica, respeito com o outro, justiça e interação social. Além destas fichas, também coletamos dados através do relato particular das crianças, relatório individual e geral do progresso das atividades e também fotos e vídeos.

Para discutirmos os resultados obtidos ao longo da aplicação, se faz necessário explicar que, embora tenhamos 20 crianças participantes na pesquisa, o

professor pesquisador respeitou a flutuação da frequência na rotina escolar dos alunos, desta forma, nos propusemos então a conjecturar os dados obtidos sob a perspectiva da metodologia do tipo do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Entendamos o que significa DSC:

[...] o conceito do Discurso do Sujeito Coletivo, que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas [...] consiste, basicamente, em analisar o material verbal coletado extraindo-se de cada um dos depoimentos, artigos, cartas, *papers*, as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chaves das ideias centrais ou ancoragens semelhantes compõe-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 15-16, grifo do autor?).

Através destes discursos, foi possível analisar os dados de forma que as individualidades tomem corpo e que a coletividade fale diretamente sobre aquilo que compreende. Com efeito, esta proposta tecerá entendimentos mais coerentes sobre a intervenção metodológica apresentada.

Ao final da proposta da SD, espera-se observar uma evolução no desenvolvimento do juízo moral das crianças e corroborar que uma proposta educacional voltada para a Educação em Valores, estruturada de forma intencional, favorece o pleno desenvolvimento da moralidade infantil.

Desta forma, elaboramos uma SD de forma sistematizada e intencional, contendo um total de 20 atividades que abordam tanto o movimento refletido e intencional deste corpo como meio para interagir com a proposta pedagógica estruturada, seja através da coordenação motora fina, preparando o material, seja através da coordenação motora global, agindo e interagindo diretamente com os jogos e brincadeiras. A SD durou uma média de três meses e as atividades relacionadas foram aplicadas duas vezes na semana, sendo que algumas vezes, repetia-se os jogos e/ou brincadeiras em outros dias de acordo com a solicitação da sala, o que nos apontou um engajamento importante para a conclusão da pesquisa.

### **3.1 A Pesquisa-ação**

A pesquisa teve como característica a ação metodológica de Pesquisa-ação, uma vez que tem como principal objetivo a interação entre todos os envolvidos, possibilitando mediar saberes e situações, além de possibilitar uma avaliação

objetiva sobre a proposta inicial. “A ação educacional a ser estudada e estimulada pela pesquisa-ação deve contribuir para transformar processos, mentalidades, habilidades e promover situações de interação entre professores, alunos e membros do meio social circundante” (THIOLLENT; COLETTE, 2014, p. 212), portanto, ao entendermos que o princípio da autonomia moral está pautado na construção coletiva de valores morais pelo próprio sujeito, considerando novos pontos de vista e passando a conceber o outro para além das suas próprias convicções, a proposta de Pesquisa-ação converge para um mesmo ponto em comum, que é a possibilidade de construção de conhecimentos por meio da interação com a proposta pedagógica apresentada.

Os princípios da pesquisa-ação predispõem os participantes ao reconhecimento da diversidade, já que eles estão diretamente envolvidos na preparação e na concretização de sua própria formação, escolhendo tanto o conteúdo como os procedimentos (THIOLLENT; COLETTE, 2014, p. 208).

Portanto, ao escolhermos e a Pesquisa-ação, temos como objetivo maior a ação ativa dos participantes, ou seja, um processo contínuo de reflexão individual e coletiva sobre o que fazer a partir deste novo conhecimento, desta nova percepção da compreensão e corroborando, a pesquisa-ação aponta que “durante esse processo, os objetivos de conhecimento e de ação estão entrelaçados e que a relação entre os objetivos é variável. No entanto, aponta que, com maior conhecimento, melhor a ação é conduzida” (MENDONÇA MENEZES *et al.* 2020, p. 3). Através deste entrelaçamento metodológico, firmamos a aplicação do Produto Educacional em sala de aula.

Através da definição da estratégia metodológica baseada na Pesquisa-ação, inicialmente fizemos uma roda de conversa para que pudéssemos dialogar sobre a proposta pedagógica a ser apresentada através da SD, definimos que os dias de aplicação seriam quartas e quintas, que coincidem com os dias de maior fluxo de alunos, tendo em vista que quanto maior o volume de alunos participando, maior seria a possibilidade de análises e a posteriori, uma avaliação mais efetiva da SD e sua aplicabilidade. As eventuais mudanças de dias que ocorreram e/ou repetição de uma determinada atividade ocorreram em comum acordo com todos, respeitando assim o voto da maioria e esclarecendo aqueles contrários aos solicitantes, uma vez que também é necessário atender a demanda curricular do segmento.

A Pesquisa-ação foi selecionada como estratégia metodológica pelo fato de que a SD estruturada teve como objetivo não apenas a observação e análise de dados de forma passiva enquanto o grupo realizava as atividades subsequentemente, mas pelo fato de que estamos falando de uma sala de Educação Infantil e que o envolvimento do professor-pesquisador para com o grupo pesquisado define uma ação ativa durante todo o processo, podendo assim “organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada” (THIOLLENT, 2011, p. 22), indo ao encontro do método clínico piagetiano.

Através da pesquisa-ação, é possível a participação ativa dos participantes, sendo este o principal fator que qualifica a estratégia metodológica (THIOLLENT, 2011) e mais “a participação é sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado” (THIOLLENT, 2011, p. 21). Portanto, há um considerável elo que se constrói nesta mútua troca de participações, possibilitando a constituição de fato, de uma pesquisa-ação, principalmente para que haja reciprocidade entre todos os envolvidos na pesquisa.

Desta maneira, compreendemos serem válidos alguns pontos a serem considerados sobre a Pesquisa-ação e seus principais aspectos:

- a) há uma ampla e explícita interação entre os pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridades dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e conhecimento ou “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados (THIOLLENT, 2011, p. 22-23).

A aplicação da SD teve total participação da sala, respeitando os casos em que a criança não se sentia disposta a participar, todavia, manteve-se o espaço aberto para que entrasse na atividade sempre que quisesse, fortalecendo os vínculos sociais do grupo e, acima de tudo, o respeito pela sua liberdade em

escolher participar neste momento ou não. Passaremos a descrever como foi a SD e suas atividades escolhidas.

#### 4 JOGOS MORAIS: O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DO PRODUTO EDUCACIONAL

As relações do processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, enquanto processos que se interligam, devem proporcionar às crianças condições para que a aquisição do conhecimento seja potencialmente estimulado e favorecido, dessa forma, a proposta construtivista trouxe uma visão que não delimita o aluno como tábula rasa, nem tampouco como detentora de todos os conhecimentos de forma inata, mas concebe que tais conhecimentos são construídos, através da interação do sujeito para com o objeto (BECKER, 2001).

Seguindo o raciocínio de Becker (2001), o professor tem papel importantíssimo na sala de aula, uma vez que ele tem de conhecer seus alunos e seus conhecimentos prévios e permitir que este objeto de conhecimento seja explorado pelas crianças, levantando hipóteses, dialogando, interagindo diretamente com o objeto. Portanto,

[...] ele sabe que há duas condições necessárias para que algum conhecimento novo seja construído: a) que o aluno aja (assimilação) sobre o material que o professor presume que tenha algo de cognitivamente interessante, ou melhor, significativo para o aluno; b) que o aluno responda para si mesmo às perturbações (acomodação) provocadas pela assimilação do material, ou, que o aluno se aproprie, em um segundo momento, não mais do material, mas dos mecanismos íntimos de suas ações sobre esse material [...].Ele acredita que tudo o que o aluno construiu até hoje em sua vida serve de patamar para continuar a construir e que alguma porta se abrirá para o novo conhecimento - é só questão de descobri-la; ele descobre isso por construção.[...] portanto, aprendizagem é, por excelência, construção; ação e tomada de consciência da coordenação das ações. Professor e aluno determinam-se mutuamente (BECKER, 2001, p. 23-24).

E em íntimo diálogo com a proposta trazida pelo autor, a SD traz esta visão construtivista, uma vez que, conjuntamente com o método clínico piagetiano, possibilitamos a criação de hipóteses sobre as atividades organizadas, a interação ativa com o objeto e uma retomada para que seja possibilitado uma tomada de consciência a respeito de cada proposta. Ou seja, a proposta tem como objetivo causar o desequilíbrio dos esquemas cognitivos, conseqüentemente, chegando a uma autorregulação, que fará com que este sujeito venha a refletir antes de agir (PIAGET, 1977).

E para que o diálogo entre os pressupostos piagetianos e o ensino e aprendizagem possam estar interligados, a educação prevê diversas formas de organizações didático-metodológicas que, quando bem direcionadas, possibilitam ao



professor diversas formas de intervenção a fim de obter os melhores resultados possíveis acerca de uma disciplina ou assunto abordado. A partir dessa possibilidade organizacional com fins educacionais, optamos pela possibilidade de organizar a proposta das atividades em uma sequência didática (SD), mas no que consiste essa forma de organização?

As sequências de atividades de ensino/aprendizagem, ou sequências didáticas, são uma maneira de encadear e articular as diferentes atividades ao longo de uma unidade didática. Assim, pois, poderemos analisar as diferentes formas de intervenção segundo as atividades que se realizam e, principalmente, pelo sentido que adquirem quanto a uma sequência orientada para a realização de determinados objetivos educativos. As sequências podem indicar a função que tem cada uma das atividades na construção do conhecimento ou da aprendizagem de diferentes conteúdos e, portanto, avaliar a pertinência ou não de cada uma delas, a falta de outras ou a ênfase que devemos lhes atribuir (ZABALA, 2014, p. 20).

Portanto, as SD podem ser concebidas como estratégias para organização de ensino com o intuito de possibilitar a articulação entre cada atividade, a fim de lhe atribuir foco específico, além de possibilitar uma avaliação mais concisa. Dessa forma, as SD são um conjunto de atividades sistematizadas e intencionais que têm um objetivo em comum, que é promover a possibilidade de avanço no processo de aprendizagem de determinado conteúdo programático aquele aluno ou classe.

A SD traz também como característica a sistematização de um bloco de atividades que tem como objetivo o processo de ensino-aprendizagem de uma determinada proposta pedagógica, sendo este bloco organizado por atividades articuladas e estruturadas entre si com um objetivo educacional específico. Esta sistematização permite ao educador uma avaliação processual, possibilitando que sejam feitas mediações ao longo da SD (ZABALA, 2014).

A partir desta perspectiva, concebemos que para estruturarmos um bloco de atividades que venham articular a proposta do movimento na educação e a educação em valores, com foco no desenvolvimento do juízo moral na criança, seria necessária uma estrutura sistematizada que possibilitasse ações intencionais ao longo de todo processo, justificando assim a escola da SD como mais viável para a aplicação do Produto Educacional.

A SD foi composta por um total de vinte aulas que foram pensadas e organizadas de forma a permitir que o movimento fosse priorizado, aqui vale uma ressalva que para falarmos de movimento na Educação Infantil, temos de levar em

consideração que estamos falando de jogos e brincadeiras que envolvem o movimento corporal de forma intencional, partindo de uma ação refletida (MATTOS; NEIRA, 2005). Partimos do pressuposto de que a SD poderia favorecer a avaliação processual necessária para fazermos, caso necessário, intervenções na estrutura das aulas, além de possibilitar as mediações ao longo de cada atividade, facilitando a compreensão das crianças e possibilitando que participem ativamente em cada atividade.

Nesse sentido, uma Sequência Didática se revela como sendo um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, sobre um tema. Ao citarmos a Sequência Didática como instrumento pedagógico para a formação educacional dos alunos, estamos falando de uma maneira de organizar os tempos e espaços da prática educativa (DEMETRIO; RIBEIRO; PLÁCIDO, 2022, p. 11).

Foi imprescindível estruturar uma SD que tivesse como propósito um processo gradual de avanço nas atividades, não pensando em uma sistematização que partisse do mais simples ao mais complexo, mas de uma sensibilização ao tema moral, até o ponto no qual as crianças pudessem refletir sobre as suas condutas e ações, além de tomar consciência das ações dos outros, ou seja, possibilitando uma descentração a ponto de que sejam pensados alguns atos além dos seus.

Para que iniciássemos a SD, fizemos a aplicação de historietas, tendo como base o Método Clínico Piagetiano, entretanto, fizemos uma adaptação ao método e aplicamos de forma coletiva, fazendo as intervenções com o grupo. Quanto às historietas utilizadas para a aplicação do pré-teste, utilizamos duas contidas no livro "O Juízo Moral na Criança", sendo a primeira historieta sobre a responsabilidade coletiva e comunicável.

HISTÓRIA IV. Num pátio de escola, o professor permitiu às crianças de uma classe brincarem com o que havia num celeiro, mas com a condição de recolocarem tudo em boa ordem antes de saírem. Um apanhou um ariete, outro uma pá e cada um saiu para seu lado. Um menino pegou um carrinho de mão e foi brincar sozinho num caminho, de modo que quebrou o carrinho. Voltou então, sem que o vissem, e escondeu o carrinho de mão no celeiro. À noite, quando o professor olhou se tudo estava em ordem, encontrou o carrinho de mão quebrado e perguntou quem fora. Aquele que o fizera não disse nada e os outros não sabiam quem era. Que deveria fazer o professor? (Punir toda a classe ou ninguém?) (PIAGET, 1994, p. 181).

A segunda historieta foi escolhida por tratar-se de noções sobre a cooperação e justiça e como as crianças compreendem as sanções e o peso envolvidos, pautando na reflexão ativa das crianças.

HISTÓRIA I. a) Um menino brincava em seu quarto, enquanto seu pai trabalhava na cidade. Depois de algum tempo, teve vontade de desenhar. Mas não tinha papel. Lembrou-se então que na escrivaninha de seu pai havia belas folhas brancas numa gaveta. Foi sorrateiramente procurá-las, encontrou-as e tirou todas. Quando o pai voltou, verificou que a gaveta estava em desordem e acabou por descobrir que haviam roubado o papel. Foi, logo em seguida, ao quarto do menino e viu no chão todas as folhas rabiscadas com lápis de cor. Então, muito zangado, deu uma boa surra no menino.

b) Eu vou contar agora uma história, que é quase a mesma, mas não totalmente (repetimo-la em traços gerais, salvo a última frase), pois, aqui acaba de outra maneira. O pai não o puniu. Explicou-lhe apenas que não estava certo. Disse-lhe: Quando vocês não está, quando vai à escola, se eu roubasse brinquedos de seu armário, você não gostaria. Então, quando eu não estiver, você não deve nunca mais roubar meu papel. Isso não me agrada. Não é bonito fazer isso.

Agora, estes dois meninos, depois de alguns dias, brincavam cada um em seu jardim. Aquele que fora punido estava em seu próprio jardim e aquele que não fora punido também brincava em seu próprio jardim. Então, cada um encontrou um lápis de cor. Era o lápis de cor do pai deles. Lembraram-se imediatamente de que o pai dissera, ao meio-dia, que perdera o lápis de cor na rua e estava aborrecido, porque não poderia mais achá-lo. Pensaram então que, se escondessem o lápis de cor, ninguém saberia de nada e não haveria punição.

Muito bem! Um dos dois guardou para si o lápis de cor e o outro o levou ao pai. Adivinhe qual foi que o devolveu: será que foi aquele que fora bem punido devido ao papel ou aquele ao qual apenas foi explicado? (PIAGET, 1994, p. 171).

A aplicação foi gravada, além de anotadas as contribuições relevantes das crianças acerca de cada temática sugerida nas historietas. A partir deste primeiro momento, a primeira atividade foi apresentada.

### Quadro 1 – A semente da verdade e Olha o tubarão

(continua)

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 1 - TEMA:</b> Sensibilização ao tema moral e moralidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC)</b><br><b>(EI03EO01):</b> Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.<br><b>(EI03CG02):</b> Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. |

### Quadro 1 – A semente da verdade e Olha o tubarão

(conclusão)

|                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Respeitar ao outro; ter capacidade dialógica, interação social, falar em público; superar a timidez; expressar-se livremente e atentar-se. |
| <b>Conteúdo:</b> Leitura livro “A semente da Verdade” e brincadeira “Olha o Tubarão”                                                                                   |
| <b>Avaliação:</b> Avaliação processual e formativa, baseada no método clínico piagetiano, intervindo e possibilitando a reflexão.                                      |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A primeira atividade trata-se de uma sensibilização ao tema moralidade, momento em que utilizamos o livro “A Semente da verdade” e a primeira atividade motora é a chamada “Olha o tubarão” que consiste em deslocar-se livremente pela sala ou qualquer outro ambiente, imaginando ser um “mar”, ao sinal do professor “Olha o tubarão!”, todos devem se posicionar dentro de um arco (ilha). A cada nova jogada, um arco é removido, possibilitando que as crianças cooperem para que estejam todas dentro do arco. A brincadeira continua até que sobre apenas um arco e que todos consigam cooperar para que estejam “salvos” do tubarão, dentro do arco.

### Quadro 2 – Construção coletiva de regras

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 2 - TEMA:</b> Construção das regras da sala                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EO07):</b> Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.<br><b>(EI03CG01):</b> Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Respeitar ao outro; ter capacidade dialógica, interação social, generosidade, justiça, noção de regras e normas; falar em público; superar a timidez, expressar-se livremente; atentar-se; ter pertencimento e trabalho cooperativo.                                                                                                           |
| <b>Conteúdo:</b> Construção coletiva das regras de convivência da sala                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Avaliação:</b> Avaliar a interação entre todos os alunos, as propostas e reflexões que possibilitaram chegar até tais regras.                                                                                                                                                                                                                                           |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A segunda atividade tem como objetivo a construção coletiva de regras e, para tal, nos baseamos em Rheta DeVries e Betty Zan e o livro “A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola” (1998), no qual as autoras apontam algumas estratégias positivas para que a classe contribua de forma ativa na elaboração de regras de convívio e normas de convivência. Para tanto, organizamos uma roda de conversa e foi apresentada a ideia de regras, em especial aquelas que podem favorecer o convívio coletivo de todos, diminuindo até os riscos de conflitos. Os alunos foram convidados a apresentar regras que considerassem boas para todos e não apenas para eles. Também houve a preocupação, nesse contexto, de não induzir a uma determinada regra, possibilitando que todos pudessem contribuir. O professor foi o escriba das crianças. Após esta roda de conversa, totalizamos treze regras de convivência, que foram transcritas em cartolina e fixadas em sala. Para maior fixação das regras elaboradas, dividimos a sala em pequenos grupos e solicitamos que as crianças encontrassem figuras que representassem as regras criadas, que em seguida, foram coladas junto às cartolinas.

Neste momento, ficou combinado que os conflitos seriam resolvidos pelo coletivo e todos concordaram, o que nos possibilitou um processo muito mais democrático de resolução e intervenção na proposta da SD.

### Quadro 3 – “Dança das Cadeiras” e suas variações

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 3 e 4 - TEMA:</b> Criação de jogos pelas crianças                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EF02)</b> Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmo.<br><b>(EI03CG03)</b> Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, cooperação, respeito mútuo; possibilitar que a criança crie seus próprios jogos e regras; ampliar a noção de pertencimento, criatividade e imaginação.                                                                                          |
| <b>Conteúdo:</b> “Dança das Cadeiras Competitiva” / “Dança das Cadeiras Cooperativa” e Criação de jogo – regras e formas de jogar                                                                                                                                                                |
| <b>Avaliação:</b> Avaliar se houve compreensão acerca da exclusão de crianças em jogos competitivos e compará-los com os jogos cooperativos e a proposta de todos estarem juntos.                                                                                                                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A terceira atividade tem como princípio a criação de jogos pelas crianças, isso envolve não apenas a atividade em si, mas todo um sistema de regras que seja válido para todos. A atividade foi dividida em duas aulas (terceira e quarta), sendo a primeira a compreensão das regras da brincadeira “Dança das Cadeiras”. A brincadeira consiste em dispor as cadeiras em um círculo ou em outra disposição na qual as crianças possam rodar em volta delas, faltando apenas um, de forma que uma criança ficará sem sentar. É colocada uma música bem alegre e as crianças passam a rodar. Ao pararmos a música, as crianças tentam sentar e a que ficou em pé, deixa a brincadeira momentaneamente. A atividade decorre até que fique uma criança.

Na quarta aula (continuação da construção de jogos), fizemos uma breve roda de conversa para discutir a sensação de ser excluído da brincadeira na aula anterior. Foi feito o questionamento se seria possível brincar de “Dança das Cadeiras” sem excluir ninguém. A partir desta provocação, sugerimos a variação da “Dança das Cadeiras Cooperativa”, que em um primeiro momento, segue a mesma organização da versão anterior, porém, apenas é retirada a cadeira, as crianças precisam se organizar de forma que todos estejam sentados na mesma cadeira.

Após brincarem, foi perguntado se eles conseguiriam criar uma brincadeira e as regras da mesma. No processo colaborativo, utilizaram a mesma brincadeira, porém com a variação de partes do corpo. Entretanto, a forma organizacional das cadeiras é diferente e torna-se necessário fazer um círculo maior, com espaçamento entre as crianças, onde elas irão rodar, mas neste momento, não há sinal para que sentem, mas indicação de quais partes do corpo seriam colocadas na cadeira. Eles denominaram “Dança das Cadeiras - partes do corpo”.

#### Quadro 4 – Jogo do Adivinha

(continua)

| Aula 5 - TEMA: Clarificação de valores morais e “Jogo do Adivinha”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br/> <b>(EI03EF01)</b> Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.<br/> <b>(EI03TS02)</b> Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</p> |

## Quadro 4 – Jogo do Adivinha

(conclusão)

|                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, cooperação, respeito aos outros, generosidade, interação social, capacidade dialógica; refletir acerca dos valores morais diversos; expressar seu entendimento, clarificação de possíveis ideias torpes acerca dos valores morais. |
| <b>Conteúdo:</b> Leitura livro e/ou vídeo “Pinóquio” e Discussão sobre valores morais a partir de imagens. Desenho do valor que mais se identificou.                                                                                                                                |
| <b>Avaliação:</b> Avaliar quais os conhecimentos prévios e construídos ao longo da atividade que possam se fazer compreender em desenhos ou falas. Mediar falas e ações para reforçar e melhorar a compreensão do assunto pelas crianças.                                           |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para a quinta aula, apresentamos a história do Pinóquio, tanto em formato de vídeo, como na proposta de contagem e recontagem de história. Esta atividade teve como objetivo a clarificação de valores. Apresentado os vídeos e contado as histórias, reunimo-nos novamente em uma roda de conversa para que pudéssemos discutir os valores morais envolvidos e, para reforçar, utilizamos algumas imagens colhidas no Google para fomentar a discussão e fazemos o “Jogo do Adivinha”, no qual as crianças deveriam adivinhar o que cada imagem representa e se esta competia com algo correto (valores morais) ou não.

## Quadro 5 – Dramatização

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 6 - TEMA:</b> Dilemas morais e dramatização                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br>(EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.<br>(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, cooperação, respeito aos outros, generosidade, interação social, capacidade dialógica, superar a timidez; refletir acerca da moralidade, criatividade, imaginação, resolução de conflitos.                                                     |
| <b>Conteúdo:</b> Dramatização ou <i>Role Playing</i> sobre as historietas morais                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Avaliação:</b> Analisar e avaliar as respostas e quais seriam as motivações para tais escolhas, construir um diálogo aberto para interação coletiva e cooperativa.                                                                                                                           |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os dilemas morais e a dramatização foram temas da sexta aula. Para que o dilema fosse compreendido, utilizamos uma das historietas de Piaget (1994) para que, a partir dela, fosse elaborado um texto para a dramatização com três diferentes finais, possibilitando que a classe refletisse e apontasse qual seria o mais adequado na perspectiva deles. Dispusemos diversos materiais para auxiliar na caracterização e contamos diversas vezes a forma dialogada da historieta. Pedimos para que as crianças que tivessem interesse em participar da dramatização se vestissem e reproduzissem a história, enquanto os atores atuavam. A atividade repetiu-se diversas vezes, até que todos os interessados em atuar fossem atendidos.

### Quadro 6 – “Me Abraça”

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 7 e 8 - TEMA:</b> Cooperação, respeito aos outros                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EO01)</b> Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.<br><b>(EI03EO07)</b> Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, cooperação, respeito aos outros, interação social, capacidade dialógica, resolver conflitos, construção de regras, entendimento sobre valores morais.                                                                                                                          |
| <b>Conteúdo:</b> Brincadeira “Me Abraça” competitivo, Brincadeira “Me Abraça” cooperativo.                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Avaliação:</b> Questionar às crianças qual das duas versões foi mais interessante e por quê? Sugerir a criação de novas regras que possibilitem brincarem juntos.                                                                                                                                                            |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As aulas sete e oito tratam do tema respeito, colaboração e generosidade com foco na brincadeira “Me Abraça”. A atividade é uma proposta de pega-pega, que para permanecerem salvos, é necessário abraçarem-se, porém, algumas crianças poderiam não se sentirem confortáveis com abraço, portanto, sugerimos a ideia de darmos as mãos. Na aula sete, foi utilizada a regra excludente, ou seja, cada criança que tivesse sido pega, deveria sentar e aguardar todos serem pegos e a brincadeira recomeçar. Na aula subsequente, ou seja, a oitava aula, solicitamos como poderia ser feita a mesma atividade sem que ninguém fosse excluído, chegando assim na proposta de troca de pegadores toda vez que alguém fosse pego, ideia proposta pelas crianças, tirando o caráter excludente.



### Quadro 7 – “Barra-manteiga” e “Ajuda-ajuda”

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 9 e 10 - TEMA:</b> Interação social e trabalho em equipe                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03CG02)</b> Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.<br><b>(EI03EF01)</b> Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, interação social, desenvolver o senso de equipe, construir noções de justiça e honestidade, equidade nas ações do jogo                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Conteúdo:</b> “Barra-manteiga”, “Ajuda-ajuda” e “Ajuda-ajuda Corrente”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Avaliação:</b> As crianças compreenderam a necessidade de serem justos na brincadeira? Qual das atividades as motivaram mais?                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Seguindo, nas aulas nove e dez, trouxemos as brincadeiras “Barra-manteiga” e “Ajuda-ajuda”, que por sua vez, tiveram o objetivo de desenvolver noções de justiça, interação social e honestidade. A brincadeira “Barra-manteiga” consiste em separar as crianças em duas fileiras, com distância mais ou menos de 5m uma da outra, um de cada equipe faz a brincadeira da pedra, papel e tesoura para decidir qual começa. Feito isso, a equipe que irá começar a brincadeira correrá até a outra e seus participantes estarão com as mãos voltadas para cima. Ao aproximarem-se, baterão nas mãos daqueles que estão com elas voltadas para cima e gritarão “Barra-Manteiga” e correrão novamente aos seus lugares. As crianças que forem pegas antes de chegarem no local de partida, passarão a integrar a equipe que as pegou. Organiza-se novamente com todos os participantes e inverte-se. Aqueles que bateram não mão agora ficarão com elas voltadas para cima e aqueles que pegaram, deverão bater nas mãos e fugir.

Na aula seguinte, brincamos de “Ajuda-ajuda”, que consiste em ter um pegador e a cada criança pega, passa a ajudar. Porém, as crianças apontaram que era uma brincadeira muito rápida, então sugerimos uma variação, que é o “Ajuda-ajuda Corrente”, que consiste em o pegador, ao pegar uma criança, vai se formando uma corrente, na qual apenas as extremidades podem pegar. É importante que não se rompa a corrente formada. Outro detalhe que as crianças apontaram é que em

um espaço muito grande, fica difícil brincar com essa variação. Durante a brincadeira, é entoada uma música.

*“A corrente / Pega gente / Quem tem medo,/ Sai da frente”.*

#### **Quadro 8 – “Polícia e Ladrão”**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 11 e 12 - TEMA:</b> Resolução de conflitos, cooperação e trabalho em equipe.                                                                                                                                                                                                   |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EO03)</b> Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.<br><b>(EI03EO07)</b> Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a justiça, cooperação, respeito aos outros, construir a criticidade sobre as ações ilegais, senso de equipe, possibilitar a reflexão sobre ações justas na sociedade.                                                                            |
| <b>Conteúdo:</b> Confeção de máscaras, quepes policiais e brincadeira “Polícia e Ladrão”.                                                                                                                                                                                              |
| <b>Avaliação:</b> Durante a confecção das máscaras e quepes policiais, houve momentos de cooperação? Qual das formas que as crianças mais gostaram de brincar: como ladrões ou como policiais?                                                                                         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nas aulas onze e doze, organizamos a brincadeira “Polícia e ladrão”, sendo que a primeira aula foi usada para organizar e confeccionar os apetrechos usados para a brincadeira, que são o quepe policial e a máscara. Na outra aula, usamos todo espaço escolar para a brincadeira, elaboramos também uma “cadeia” que foi organizada pelas próprias crianças. A brincadeira se dá na divisão da classe entre policiais e ladrões. Inicialmente, explicam as regras da brincadeira e formam-se combinados de até onde pode ser usado para esconderem-se, pensando assim na segurança de todos. Após isso, pede-se para que as crianças que estão como policiais fiquem de costas enquanto as que estão como ladrões se escondem. Ao sinal, os policiais saem à procura das crianças e as que forem presas, vão para cadeia. Após todos serem presos, trocam-se os pais.

### Quadro 9 – “Cabra-cega” e “Vendado - partes I e II”

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 13 e 14 - TEMA:</b> Altruísmo, solidariedade e cooperação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EO01)</b> Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.<br><b>(EI03EO03)</b> Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.<br><b>(EI03CG05)</b> Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Estimular a cooperação, respeito aos outros e generosidade; possibilitar o trabalho em equipe, o altruísmo e a capacidade de empatia.                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Conteúdo:</b> “Cabra-cega”, “Vendado - Parte I e “Vendado - Parte II”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Avaliação:</b> Nos momentos de possível queda ou perigo, houve ação das crianças? Conseguiram compreender que existem pessoas com deficiência e que é possível que todos participem das brincadeiras dentro de suas limitações?                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As aulas treze e quatorze têm como atividades a brincadeira “Cabra-cega” e o jogo “Vendados” e sua variação, que foi desenvolvido em duas formas de jogar. Inicialmente, fizemos uma roda de conversa para perguntar quem conhecia a brincadeira “Cabra-cega” e a maioria respondeu que conhecia e pedi para explicarem. Feito isso, o professor foi o primeiro a brincar. A aula treze tem como atividade a “Cabra-cega”, uma brincadeira em que o pegador está vendado e os demais participantes devem fazer sons e o pegador deve se guiar para tentar pegar os demais. Quem for pego, passa a ser pegador. Nesta mesma aula, começamos a explicação da primeira variação do jogo “Vendados”. Na aula quatorze, voltamos a abordar a primeira variação, o jogo é dividido em duplas, sendo uma das crianças vendadas e a outra tinha como objetivo guiá-la por toda a escola, em diferentes níveis de acesso, buscando mostrar a realidade de pessoas com deficiência visual e que também gostam de jogar. Ao final do passeio pela escola, trocam-se as vendas e repete-se o passeio guiado. A sua variação necessita de algo que os motive à conquista coletiva, no caso, usamos um pacote de balas. Para este jogo, as crianças ficarão dispostas em um círculo e, ao centro, terá uma pessoa totalmente vendada. Neste círculo, estará rodando o pacote de balas totalmente embalado, de forma que seja necessário habilidades manuais para abri-la.

A regra é que todas as crianças devem tentar abrir, com o máximo de silêncio possível, e quando fizerem barulho, a pessoa no centro aponta a direção. Acertando, a criança que estava com o pacote toma o lugar de quem estava ao centro. O jogo continua até que o pacote seja aberto. Após isso, as crianças precisam dividir por igual o conteúdo do pacote.

#### Quadro 10 – “História da serpente” e “Jogo dos iguais”

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 15 e 16 - TEMA:</b> Generosidade, empatia e repúdio à discriminação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>(EI03EO02)</b> Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.<br><b>(EI03EO05)</b> Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.<br><b>(EI03CG02)</b> Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Desenvolver o respeito aos outros e generosidade e capacidade dialógica; ampliar o repertório vocálico; desenvolver empatia e repudiar discriminação, ofensas, etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Conteúdo:</b> “História da serpente” e “Jogo dos iguais”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Avaliação:</b> As crianças conseguiram compreender que embora diferentes, há situações que nos deixam em pé de igualdade, como nos momentos de tristeza, de alegria? Qual é a percepção deles em fazer parte de um coletivo?                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Chegamos às aulas quinze e dezesseis. Na primeira aula, temos a brincadeira cantada denominada “História da serpente” na qual as crianças ficam dispostas pela sala e o professor começa a andar e a cantar.

*“Essa é a história da serpente; que desceu do morro; para procurar um pedacinho do seu rabo...Hei, você também, Faz parte do meu rabão”.*

Ao final da música, o professor aponta para uma criança, que passa por entre suas pernas e segura na camiseta. A brincadeira continua até que todos passem por entre as pernas dos participantes e finalizem o rabo da serpente. Na aula dezesseis, temos o “Jogo dos iguais”, que tem como objetivo desenvolver a compreensão acerca das emoções e embora as motivações possam ser diferentes, precisam ser acolhidas por todos. O professor perguntará quais crianças querem participar e selecionará inicialmente duas, podendo ser feita também com todas. Entretanto,

essa primeira parte será em dupla. A partir disso, as crianças deverão falar as principais diferenças e similaridades entre eles. Anotando tudo. Depois, lançará perguntas como. “Há diferença entre a tristeza que sentimos, se houver, qual seria?” A pergunta visa reconhecer as diversas motivações que levam aos sentimentos e mais, que devem ser acolhidos e respeitados por todos. Deve-se levar a uma discussão e esclarecimento de eventuais dúvidas.

Após este momento, o professor deverá escrever algumas frases como: “Quem tem cabelo? Quem tem dois braços? Quem já ficou triste? Quem fica alegre com um abraço?”. O chão deverá estar previamente marcado com faixas, sendo o início e a chegada. A cada similaridade, as crianças avançam com um salto; a cada diferença, retrocedem. É importante que haja mais semelhanças para que todas as crianças em momentos distintos possam chegar à linha delimitada. Ao chegarem, o professor convidará as crianças para refletirem suas diferenças e similaridades e a possibilidade da comunicação não violenta para resolução de conflitos, além da compreensão dos sentimentos alheios.

#### **Quadro 11 – “Casa/Terremoto” e “Queimada maluca”**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aula 17 e 18 - TEMA:</b> Capacidade de resolução de problemas, respeito aos outros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):</b><br><b>EI03EO07)</b> Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.<br><b>(EI03CG05)</b> Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.<br><b>(EI03EF06)</b> Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. |
| <b>OBJETIVOS AMPLIADOS:</b> Desenvolver o respeito aos outros, generosidade e capacidade dialógica, interação social e justiça; estimular a formação integral da criança, respeito aos direitos dos outros, empatia e capacidade de resolução de problemas através da comunicação não violenta.                                                                                                                                                             |
| <b>Conteúdo:</b> “Casa/Terremoto” e “Queimada maluca”                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Avaliação:</b> Houve algum momento de conflito? Conseguiram resolver? Qual brincadeira motivou mais a turma?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Chegamos às aulas dezessete e dezoito que apresentarão “Casa/Terremoto” e “Queimada maluca”. Na brincadeira “Casa/Terremoto”, o professor irá dispor em

um espaço amplo diversos bambolês, que serão considerados “casa” e as crianças irão ficar dentro deles. Ao sinal “Terremoto”, todas deverão correr e trocar de bambolê. Neste momento, o professor retirará um bambolê, fazendo com que fique mais de uma criança dentro. A brincadeira segue até que haja apenas um bambolê e todos tenham que entrar nele.

O jogo “Queimada maluca” consiste em dividir duas equipes, uma ficando dentro de uma área delimitada e outra em volta com a bola. O objetivo é passar a bola entre os participantes da equipe que está fora da área delimitada, até que consigam queimar alguma criança que esteja dentro. Quando queimada, a criança passa a integrar a equipe que a queimou. Após todos serem queimados, inverte-se. Pode ser usado mais de uma bola.

## Quadro 12 – Encerramento

|                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aulas 19 e 20 - TEMA:</b> Capacidade dialógica, interação social e justiça.                                                                 |
| <b>OBJETIVOS:</b> Respeitar aos outros; praticar a generosidade, capacidade dialógica, interação social e justiça.                             |
| <b>Conteúdo:</b> Aplicação das historietas morais, desenho livre sobre a atividade que mais gostaram e brincar com as atividades mais votadas. |
| <b>Avaliação:</b> Avaliar o desenvolvimento do juízo moral e a concepção da Justiça Retributiva pautada nos cinco parâmetros estipulados.      |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As duas últimas atividades pautam-se na aplicação final e encerramento da SD. O professor aplicará novamente as historietas morais que foram utilizadas no começo, seguindo os mesmos trâmites iniciais, anotar e gravar as falas das crianças para que se possa fazer uma comparação pré e pós. Na última atividade, serão distribuídas folhas em branco e será pedido que as crianças desenhem qual atividade mais gostaram. Após esta etapa, observando a mais desenhada, repete-se a brincadeira.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é dedicado a análise das respostas das crianças acerca das historietas morais aplicadas através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Estas historietas abordam a Justiça Retributiva e por meio destas respostas, obtivemos informações sobre as concepções de valores morais e moralidade que as crianças apresentaram previamente e após o término da aplicação.

Ao analisarmos a primeira historieta moral aplicada e quais seriam as formas de agir do professor frente ao brinquedo quebrado e a impossibilidade de descobrir quem teria feito, encontramos os seguintes discursos:

Eu acho que o professor não deve colocar a sala toda de castigo, só o menino que quebrou deve ficar de castigo, mas se não conseguir encontrar, é bom colocar uma câmera ou preparar uma armadilha para descobrir quem foi (ANA BEATRIZ)<sup>2</sup> .

Desta maneira, o coletivo compreende que o professor não pode punir todos e até traz algumas formas de tentar descobrir quem foi que quebrou, como sugerido, colocar câmeras e até montar uma armadilha a ponto de que não haja punição ao grupo. Piaget (1932/1994) afirma que as crianças percebem quando uma ação injusta, no campo da Justiça Retributiva, é aplicada, reforçando o que o discurso coletivo traz quando não se acredita ser justa a punição coletiva. Porém, ainda quando o professor acaba por argumentar a ausência de um culpado, temos já uma ação que vai ao encontro do descoberto por Piaget e a responsabilidade coletiva.

O professor pode ficar bravo com a sala e deixar todos sem brincar até que o culpado se entregue ou alguém conte quem foi (NICOLLE).

De acordo com Piaget (1994), quando ele afirma que crianças com menos de sete anos consideram justa a ação do professor em deixar a sala toda ser punida, tal fato vai ao encontro também de punições tanto quanto mais severas, conforme notado nesta faixa etária. Retomamos, a partir destes discursos, a proposta piagetiana, que embora as crianças menores percebam ações injustas cometidas pelos adultos, as mesmas acabam considerando-as como corretas.

---

<sup>2</sup> O nome da criança atribuído ao DSC representa a criança que teve a fala na qual os demais tomaram como base na construção coletiva.

Em seguida, partimos para a segunda historieta moral, que tem como tema a criança que gostaria de desenhar e pega escondida a folha de sulfite na mesa do pai, acaba deixando bagunçado e recebe uma punição. Na mesma historienta, há uma variação em que a criança encontra a caneta e se encontra no dilema de devolver por conta da punição ou pela explicação. Ao analisarmos as contribuições que a sala ofereceu, podemos perceber o seguinte discurso:

Eu entregaria a meu pai, porque ele explicou que não é certo fazer isso e eu sou bonzinho. Eu até peguei escondido, mas agora vou pedir: "Por favor, posso usar?" E usar certinho as coisas (LORENA MIRIÃ).

Embora, entre as respostas obtidas tenhamos algumas que vão ao encontro das respostas que Piaget (1994) encontrou em seu estudo, encontramos uma maior confluência entre os avaliados que diverge um pouco, apresentando-se no DSC supracitado, que representa uma reflexão acerca da explicação do pai e até uma forma de se desculpar, o que pode nos remeter a um processo reflexivo de aprendizado sobre a honestidade, tanto quanto à falta cometida, quanto ao seu novo posicionamento frente ao ato.

A honestidade é um valor moral imprescindível e desenvolvê-lo é um importante passo não só na construção do caráter do sujeito como também em seu comportamento, sobretudo, em seu juízo moral. Gomide (2010) apresenta uma diversidade de significados à honestidade, todavia, alguns pontos em comum são a retidão de caráter, a abstenção da mentira, respeito aos outros e a si mesmo, entre outros pontos abordados. O que desponta, ao observarmos a DSC, é que, não foi excluída a falta inicial em si, que é a de mexer nas folhas do pai sem autorização, entretanto, a reflexão de devolver o objeto perdido e a possibilidade de não errar mais, faz com que este valor possa ser melhor trabalhado.

A possibilidade da criança refletir sobre o assunto permite que ela construa um panorama que concebe a não necessidade de ser coagida para que reflita sobre seu erro e que, a partir deste ponto, tenha condições de refletir em um momento oportuno sobre suas faltas. O DSC, aponta para uma resolução não punitiva, "[...] dessa forma, a criança, portanto, precisa ser educada para a convivência e cooperação, sendo exigido, para este processo, a mediação do meio, da cultura e de seus agentes (LEPRE, FERREIRA, 2020, p. 1571).



A mediação se fez importante aliada na tomada de consciência das crianças e consequentemente no desenvolvimento de sua moralidade, em especial em crianças pequenas, tendo em vista que elas apresentam dificuldades na adoção de perspectiva distintas as suas, já que foca apenas em um lado da história. Em suma, o professor tem o papel de fazer emergir durante as discussões todos os pontos possíveis de análise (DEVRIES; ZAN, 1998).

Desta forma, o processo de mediação, em especial na escola, pode promover ambiente seguro para que haja o pertencimento destas crianças em todo o processo reflexivo sobre faltas, punições, participações no diálogo e na resolução de problemas, ao expor pontos de vista, ideias, portanto, na promoção da autorreflexão, da autopercepção e da autorregulação.

A aplicação do DSC pode nos mostrar que as respostas obtidas convergem ao constatado por Piaget (1994), embora há algumas diferenças nas respostas obtidas, é possível compreender que neste primeiro momento, quaisquer punições aplicadas à classe tomariam a proporção de justas. Outro ponto que se destaca é que mesmo com a possível punição da autoridade, o discurso aponta para uma possível reflexão, em especial para a honestidade, mesmo que *a posteriori* da ação.

Analisaremos também o DSC apresentado nas diversas atividades contidas na SD elaborada para o Produto Educacional. Como já abordado, a primeira atividade se dá através da contação da história “A Semente da verdade” e da brincadeira “Olha o tubarão”, tendo como principal tema a sensibilização à moralidade, toda a proposta do Produto em si e a dinâmica utilizada, bem como os combinados de dias e formas organizacionais. E ao analisarmos o conjunto, encontramos os seguintes discursos.

Não é legal mentir para conseguir as coisas, eu prefiro falar a verdade (DAFNY).

A brincadeira “Olha o tubarão” é legal porque todos podem brincar juntos sem sair ninguém. Eu também gosto porque é divertida (DAFNY).

O primeiro trata-se da história e sobre a honestidade como valor moral e o ato de não mentir. Entretanto, embora o discurso venha ao encontro do esperado, nos parece mais uma resposta mecanizada e sem interiorização, uma vez que já é de praxe receberem a norma de que mentir é errado, que é feio, que Deus castiga e etc. O que nos remete mais uma vez à Piaget (1994), em especial à justiça

imane, à Justiça Retributiva e a quantidade de regras impostas à criança desde que ela veio ao mundo. Podemos considerar também que a relação adulto e criança possa incidir em normas e regras que muitas vezes não são coerentes com o que a criança conhece, ou ainda, são a elas impostas de forma unilateral, desta maneira, permeando-a com os valores absolutos abordados por Puig (1988).

Para além da atividade lúdica, as respostas pós-brincadeira foram um momento a parte, uma vez que traz um discurso mais elaborado. Como a brincadeira propõe a cooperação desde o princípio e obriga que a criança elabore estratégias para que todos estejam dentro do círculo, os alunos apontaram para o fato da brincadeira ser divertida, entretanto, ela só é divertida porque ninguém sai e todos estão envolvidos na proposta.

[...] Aliás, felicidade é um estado que só é possível quando é desfrutado, não apenas por um ou alguns, mas por todos, sem exceção. [...] Viver em sociedade é um exercício de solidariedade e cooperação destinado a gerar estados de bem-estar para todo mundo, em níveis cada vez mais ampliados e complexos (BROTTO, 2013, p. 36).

É sabido também que, nesta faixa etária, ainda temos uma autocentração grande das crianças e a atividade cooperativa vem ao encontro de uma descentração necessária, pois cria oportunidades de resolverem problemas básicos como diferentes pontos de vista e a necessidade de organizarem-se com um mesmo objetivo, como o da brincadeira em si. Freire (2011) contribui afirmando que a escola tem papel fundamental no processo de permitir que a criança tenha liberdade em agir, propiciando espaço onde ela venha a cooperar e desenvolver suas habilidades corporais, cognitivas e morais.

[...] o que parece interferir neste desenvolvimento é o tipo de interações estabelecidas nos ambientes em que a criança vive. Dessa forma, para que a criança construa sua própria autonomia moral, que é a capacidade de governar a si própria, é necessário que ela esteja inserida em um ambiente de respeito mútuo, em que o autoritarismo do adulto seja minimizado, e os indivíduos que se relacionam considerem-se como iguais e respeitem-se reciprocamente (VINHA, 2000, p. 18-19).

Portanto, não é somente apresentar a brincadeira em si, mas permitir que haja esta liberdade em agir é que possibilita que as crianças avancem em sua moralidade e nos demais aspectos tão necessários, como na sua corporeidade e no

desenvolvimento de competências e habilidades permeadas pela BNCC (BRASIL, 2018).

A segunda atividade da SD propõe a construção de regras de convivência e a tomada de consciência sobre a importância delas para o bom convívio da sala entre os alunos e todos os demais membros da comunidade escolar.

A gente não sabia o porquê de existir regras, elas ajudam para vivermos melhor na sala e para nos proteger também. Então, ter regras é bom, principalmente as que nós construímos (LARA).

Para as crianças é muito claro seguir regras, uma vez que, como abordado anteriormente, elas já são expostas a uma gama imensa de normas de conduta e convivência, porém, fica claro no DSC que elas pouco conhecem a sua necessidade, nem tampouco a possibilidade de participação ativa na elaboração das mesmas, ficando a cargo, muitas vezes, da reprodução passiva de regras impostas unilateralmente pelos professores e/ou responsáveis.

O que se faz claro e notório é que houve um grande envolvimento na elaboração das regras da sala, principalmente pela sensação de pertencimento causado e da nítida sensação das crianças terem feito parte da elaboração de um todo. Tal pertencimento, possibilita que elas desenvolvam a descentração de si próprios e não julguem, mas sim, participem de uma proposta de resolução.

Desejamos salientar que até mesmo com pouca idade, as crianças podem aprender questões morais, tais como respeito pela propriedade, orientações para não machucar os outros e ajudar vítimas de agressão. [...] Desejamos que elas reconheçam a injustiça quando veem, que prefiram o justo ao injusto e se sintam compelidas a falar contra a injustiça (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 48).

Portanto, tona-se evidente que a atividade vem ao encontro não somente do objetivo traçado anteriormente, mas também ao que tange os documentos oficiais, como a LDB (BRASIL, 1996) e a BNCC (BRASIL, 2018), quando abordam a educação integral das crianças como componente necessário para uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo do processo da aplicação, notou-se também que as reuniões da classe, em especial as utilizadas para resolver problemas, apontaram para sanções menos rígidas, as quais demonstram maior inclinação à reciprocidade.

Vale ressaltar que embora de certa forma, algumas regras aparentem ser estruturadas, elas não deixaram de passar pela mediação do professor, todavia, as

mesmas foram reforçadas pelas crianças, uma vez que a proposta da construção de regras tem como objetivo a compreensão e sentido pelos alunos.

Já a terceira e quarta atividades são complementares em si, pois tratam da criação de jogos e suas respectivas regras pelas crianças. Têm como objetivo maior a conscientização da necessidade de regras justas a todos, de forma que todos consigam se divertir sem que haja a tristeza de alguns. Utilizamos duas formas da brincadeira “Dança das cadeiras”, sendo a sua versão clássica e excludente e a sua versão cooperativa. A partir destas duas versões, as crianças, com a mediação do professor, criaram a “Dança das cadeiras - Partes do Corpo”, brincadeira esta que apresenta regras e formas de jogar não excludentes, porém não é cooperativa. Ao analisarmos o DSC, encontramos três grandes discursos que poderão nos nortear nas discussões sobre estas duas atividades.

Para eu brincar de “Dança das cadeiras”, entendo que não preciso correr em sala, que é uma das regras que criamos, mas a “Dança das cadeiras” que tira crianças não é legal (DAFNY).

Não sou boa nessa brincadeira que sai crianças, fiquei bem triste. Mas gostei mais da “Dança das cadeiras” cooperativa, é legal e não tira ninguém da brincadeira (DAFNY).

Quando a gente precisou criar uma brincadeira, a que criamos foi a “Dança das cadeiras partes do corpo”, que também é bem legal e não tira ninguém da brincadeira. E também criamos as regras dela para brincar. Mas eu gosto da outra brincadeira também quando eu ganho (LARA).

É possível notar no primeiro discurso que há uma reflexão sobre as regras criadas na atividade anterior e, como apontado, a sensação de ter feito parte da elaboração de uma regra de convivência reflete na forma que as crianças entendem as possibilidades de brincadeira. É necessário ressaltar que a brincadeira foi aplicada em dois espaços diferentes, sendo a sala (onde ocorreu tal reflexão) e na quadra, momento em que se puseram a um deslocamento mais rápido. Corroborando com o DSC, Vinha (2000, p. 47) afirma que “não adianta tentarmos ensinar os valores simplesmente com lições de moral, sermões, ditados populares e censuras, e outros [...]. Uma criança aprende o que vive e se torna o que experimentou”. Portanto, obtermos este discurso aponta para o impacto significativo que a experiência vivida traz para a tomada de consciência, em especial ao juízo moral da criança.

Já no segundo discurso, podemos encontrar o mesmo impacto, todavia, de uma forma negativa, condizente com as propostas de brincadeiras excludentes que marcam muitos jogos. Logo, é necessária uma proposta lúdica, que tenha jogos e brincadeiras que sejam voltadas para o pleno convívio em sociedade, de forma harmoniosa e cooperativa. Brotto (2013) propõe uma questão importante para raciocinarmos, que é o fato de que, desde cedo, somos levados a crer que a competição é a melhor forma de brincar e que cooperar não tem graça.

Estivemos, durante muito tempo, nos educando, treinando e nos preparando para não nos mostrarmos aberta e autenticamente ao outro, dissimularmos, não nos expormos como somos intimamente sob o risco de revelar nossas “fraquezas” e, então, sermos atacados e derrotados pelos “temíveis adversários” [...] os outros seres humanos (BROTTO, 2013, p. 56).

Qual será a forma que desejamos conviver em sociedade? Uma que procure respeitar todos os seres, auxiliando-se mutuamente, partindo da reciprocidade e do entendimento de outros pontos de vista, ou perpetuarmos um *status* de competição vigente na atual sociedade? Outro ponto que podemos observar é que a educação deve ser um espaço transformador que proporcionará condições de superar a sensação de fracasso que muitas vezes se instala.

No que diz respeito ao terceiro discurso, é possível notar a sensação de pertencimento da criança ao coletivo, uma vez que o fato de estarem integrados ao grupo e construírem coletivamente uma proposta de jogo que *a posteriori* fora validada por todos, faz com que haja maior engajamento e maior nível de reflexão de todos, neste ponto, concordamos com Brotto sobre

[...] a reflexão criativa, a comunicação sincera, a tomada de consciência por consenso e a abertura para experimentar o novo, todos podem descobrir que são capazes de intervir positivamente na construção, transformação e emancipação de si mesmos, do grupo e da comunidade onde vivem (2013, p. 76).

Foi possível notar em diversas outras oportunidades o interesse das crianças em se mostrarem proativas e participativas, sugerindo brincadeiras, ações e reflexões. Vale destacar, abaixo, uma que foi interessante pela complexidade apresentada.

Coloca uma bola para cada um e na outra ponta, coloca uma cadeira, eles têm que girar na cadeira e ao sinal, tem que correr para sentar na bola, tentando se equilibrar (KAUAN).

Gostaríamos de ter executado esta brincadeira, porém, não tínhamos material disponível para todos. Entretanto, esta brincadeira surgiu pela possibilidade de falar, de ser ouvido e mais, de serem acatadas as ideias, mesmo que posteriormente venha a se comprovar que não deu certo. Desta forma, reforçamos o princípio de respeito e cooperação, bases para um convívio social: “reforça-se aqui a ideia de que uma sociedade realmente democrática, que reconheça crianças [...] como sujeitos de direitos, deve garantir sua participação no processo de tomada de decisões coletivas” (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p.16).

Portanto, para que seja realmente possível o desenvolvimento da moralidade, é necessário que o ambiente escolar seja democrático e que venha a ouvir as vozes das crianças que, por muitas vezes, são silenciadas e suas ações regidas pela visão adultocêntrica e autoritária do professor. Caso contrário, serão meras reproduzidoras dos impositivos norteados e não refletirão criticamente acerca das propostas pedagógicas, nem tampouco terão autonomia para fazer sugestões e apontamentos que se adequem à realidade da sala de aula na perspectiva do aluno. Neste sentido, cabe ao professor fazer a mediação entre as ideias, explicar seu ponto de vista e acolher as demais, possibilitando a tomada de consciência dos alunos, pois, segundo Piaget “[...] a tomada de consciência parte, em cada caso, dos resultados exteriores da ação, para somente em seguida engajar-se na análise dos meios empregados e, por fim, na direção das coordenações gerais (reciprocidade, transitividade, etc.)” (1978b, p. 173).

É fundamental não definir o que cada um deve fazer, agir, pensar, pois além de não estarmos proporcionando um espaço democrático no qual o respeito mútuo opere, deixamos também de proporcionar momentos de autorregulações e autopercepções que são importantes neste processo de tomada de consciência da criança.

Na sequência, a atividade cinco propõe um “Jogo do Adivinha” iniciado com a contação da história do Pinóquio e com a recontagem pelos alunos (também há a possibilidade de usar o vídeo da Disney). A partir deste ponto, selecionamos previamente figuras que representam valores morais e, a partir da reflexão da história, as crianças “adivinham” o que cada uma significa. A proposta tem como

principal objetivo clarificar os valores morais e proporcionar uma reflexão sobre os mesmos na realidade da sala de aula. Ao final, foi proposto um momento para que falassem sobre a história e as consequências de mentir, bem como desenhar os valores que acreditam ser importante e assim, encontramos dois DSC.

Mentir é muito feio e como acontece com o Pinóquio, pode me causar problemas. É melhor ser verdadeiro e ser honesto com as pessoas, assim elas acreditam na gente (NICOLAS).

Eu vou desenhar meus amigos, porque gosto da amizade deles e também a minha família, mãe, irmãos, porque gosto de todos também (ALICE).

Neste primeiro discurso, podemos encontrar uma reflexão direta acerca da história do Pinóquio, o fato das crianças considerarem a mentira como um fator problemático já denota que este assunto já foi abordado anteriormente, seja pelos professores que passaram por estas crianças, seja em casa ou por um acordo coletivo, no qual é expressamente proibido o ato de mentir. Neste ponto, surge uma inquietação: Para as crianças, a proibição de mentir vem com alguma possibilidade de reflexão ou apenas com o conceito de bom ou mau, feio e bonito? Novamente voltamos nossos olhares ao que DeVries e Zan apontam:

[...] quando falamos de crianças morais, não queremos dizer crianças que têm hábitos de boa educação, tais como dizer “por favor”, “obrigado” e “desculpe-me”. Os pais e professores frequentemente impõem demandas sobre as crianças para que usem essas expressões [...] (1998, p. 39).

No que tange à mentira, encontramos a mesma imposição sem que seja possível uma reflexão sobre as consequências de mentir, que são as punições que frequentemente são usadas como forma de coibir, em contrapartida, quando o ambiente escolar ou familiar é extremamente punitivo, este recurso pode ser reforçado, conforme Gomide (2010) aponta que quando o ambiente é extremamente punitivo, as crianças podem desenvolver o comportamento de mentir para evitar castigos. Dessa forma, é reiterada a necessidade da democracia, em que ideias, dúvidas e críticas sejam acolhidas, bem como um espaço onde possa ser possível esclarecer eventuais dúvidas e clarificar valores.

Ao pautarmos a honestidade, este valor é eventualmente atribuído ao ato de não mentir e dizer sempre a verdade (GOMIDE, 2010), “entretanto, seu significado é muito mais amplo que isto, e faz referência à qualidade ou caráter de ser honesto,

ao atributo individual de integridade e honradez, que é pautado segundo certas normas morais socialmente válidas” (ENGELMANN; VIEIRA; SICURO, 2010, p. 115). Assim, ao falarmos sobre a honestidade, é importante termos em mente que não se trata somente sobre não mentir, mas da disposição de caráter, principalmente em relação às crianças em pleno desenvolvimento.

Quanto ao segundo discurso e a sua referência acerca de valores morais, encontramos família e amigos, que refletem o que de fato acontece em sala de aula e os laços familiares que, embora não sejam todos que os tenham, a grande maioria sim. A família é concebida como um espaço de transmissão de valores morais e isso nos mostra que estes laços são reforçados em casa e pela presença dos pais na comunidade escolar, se mostrando participativos na vida de seus filhos. Conforme Cacciacarro e Macedo (2018), podemos entender que

[...] educar é, sobretudo, uma arte que se configura com base na expressão de atos de amor, respeito e confiança, que envolvem ensinar a criança a desenvolver julgamento moral, refletir sobre seus próprios erros, aprender com eles, adquirir consciência ética, a saber conviver em harmonia, a saber agir e pensar com responsabilidade e liberdade. Enfim, é desenvolver habilidades sociais e ensinar cidadania calcada em valores positivos, visando a possibilitar aos filhos atuação ética de acordo com os princípios morais da sociedade em que se vive (2018, p. 398).

Portanto, esta participação na vida de seus filhos pode ser vista como um espaço de construção de valores morais e na construção de relação de confiança entre os membros da família. A amizade também se fez fortemente presente no DSC apresentado. Muito embora as crianças pequenas conservem o egocentrismo típico de sua faixa etária, elas consideram o fato de gostar de estar com aqueles que lhe são afins, em contrapartida, há os relacionamentos assimétricos e as imposições entre eles mesmos.

Piaget mostrou que as crianças pequenas ainda não conservam o relacionamento de igualdade. Assim, ele estendeu a noção de conservação para os sentimentos, valores e interesses. Ou seja, esclareceu que os sentimentos, valores, ideias e interesses das crianças são instáveis e tendem a não se manter ou não ser conservados de uma situação para a outra (VINHA, 2000, p. 67).

Isso explica as constantes mudanças nos pequenos grupos e as falas como “não sou mais amigo de fulano”, “não quero mais brincar com você” e minutos depois, mudam-se completamente as falas. Entretanto, de acordo com Vasquez



(1990), para que possa a amizade ser compreendida como valor moral, é necessário condições sociais favoráveis e que caso não exista, não poderá florescer no sujeito.

Desse modo, a moralização do indivíduo e a sua participação consciente na moralização da comunidade assumem a forma de aquisição e cultivo de certas virtudes morais, mas esta aquisição e este cultivo se verificam num contexto social concreto e, portanto, são favorecidas ou freadas pela existência de determinadas condições, relações e instituições sociais (VASQUEZ, 1990, p. 188).

Vale ressaltar que a comunidade escolar adquire papel de suma importância na possibilidade de desenvolvimento de valores morais, porque propicia, sem bem orientado, o convívio social e a aceitação de novas perspectivas e pontos de vista, além dos laços de amizade e afetividade.

Engelmann e Prust (2010, p. 82) trazem uma importante contribuição acerca da amizade ao refletir sobre Aristóteles.

[...] a função primordial dos seres humanos é atingir o “bem viver”; viver a vida em sua excelência, de forma honrosa, em toda e qualquer ação diária, o que levaria o indivíduo à felicidade. Este estado de “bem viver” só pode ser atingido através do desenvolvimento moral, do qual a amizade é fator essencial.

As relações sociais e a amizade são importantes para outro avanço no campo da moralidade, que é o da resolução de conflitos e pelo fato do egocentrismo, ou seja, não perceberem sentimentos e pontos de vista alheios, podem ocorrer brigas e discussões, logo a amizade pode surgir como uma aliada nesta contenda, uma vez que o campo das relações sociais faz com que a criança se depare com diversas situações e opiniões que nem sempre são as mesmas que a dela.

Entretanto, discordâncias também podem existir nesta relação, mas a ação individual diante destas deve ser de “tranquilidade, moderação”. Amigos podem concordar com aquelas coisas que estejam corretas e discordar das que assim se deve, isto, permeado por uma relação de emoção e afeição. Ao discordar e concordar, amigos fortalecem os laços que os unem, e quando um dos indivíduos necessita tomar uma decisão, é ao amigo que vai pedir auxílio. Este pode ser valioso na deliberação sobre assuntos importantes da vida, pois às vezes a capacidade individual de decidir pode ser frágil (ENGELMANN; PRUST, 2010, p. 83)

A tomada de consciência permite que, nestas relações sociais, haja a autorregulação e a aceitação de novos pontos de vista e a resolução de eventuais conflitos. Por isso, o professor pode favorecer ou dificultar estas relações de acordo

com sua postura. DeVries e Zan (1998) afirma que uma postura que medie conflitos e que possibilite que as duas partes apresentem seus argumentos sobre o problema em si, pode favorecer no processo autorregulatório das crianças.

A atividade seis contida na SD tem como proposta a dramatização ou *Role Playing*. Para tal, escolhemos uma historieta (vide Produto Educacional) contida no livro “O Juízo Moral na Criança” de Piaget (1994) e a transformamos em um breve teatro que possibilita que os dilemas contidos se tornem finais possíveis para a história. Em um primeiro momento, o professor conta a historieta e dialoga com os alunos sobre. Desta forma, prepara-se o ambiente para o teatro e, logo após, convida-se os alunos a participarem do teatro cuja história é introduzida pelo professor e os atores escolhem os finais que acreditam ser correto.

O convite para dramatizar é feito para todos e aqueles que não se sentem à vontade para participar, ficam em volta ajudando na discussão. A partir desta atividade, encontramos três DSCs. Todavia, vale ressaltar que aqueles que participaram do teatro escolheram dividir por igual, mesmo que na discussão anterior tenha apontado outra forma de divisão.

Eu dividiria por igual, meio para o irmão mais velho e meio para o menor, porque todos têm que comer igualmente (PEDRO; DAVI)<sup>3</sup>.

Eu já dividiria mais para o irmão maior, como ele é grande, precisa comer mais para continuar a caminhar (LORENA MIRIÃ).

Eu dividiria mais para o menor, porque ele é pequeno e precisa mais para crescer e o maior aguenta mais (HYAGO).

De acordo com Piaget (1994), neste primeiro discurso, encontramos o igualitarismo, que está subordinado às leis do adulto, que define a divisão por igual, seja de brinquedos, comida e que, por sua vez, é reproduzido nas escolas pelos professores e consequentemente pelos alunos. Corroborando com os estudos de Piaget, mesmo aqueles que apontaram para uma divisão diferente no momento em que a discussão ocorria, durante a dramatização, acabaram acatando ao igualitarismo condizente com a idade estudada.

Os dois discursos seguintes, nos quais a divisão se dá de forma não igualitária, podem ser vistos com a distribuição de acordo com as circunstâncias (PIAGET, 1994), haja visto que ambas trazem uma perspectiva de divisão e uma

---

<sup>3</sup> Os nomes atribuídos ao DSC representam a crianças que tiveram falas nas quais os demais tomaram como base na construção coletiva

resposta que converge na explicação do porque a divisão deve acontecer, ou seja, “[...] tal atitude conduz a tornar a igualdade mais efetiva do que era antes” (PIAGET, 1994, p. 238). Embora não seja explicitamente efetivada por atitudes, podemos conceber um avanço no juízo moral destas crianças.

Vale salientar que houve participação ativa de todos, seja por aqueles que quiseram dramatizar, seja por aqueles que estiveram analisando e auxiliando na contação da história dramatizada. Desta forma, o papel do professor em promover uma discussão que faça as crianças refletirem é de suma importância na formação do juízo moral delas (ANTUNES, 2017).

As atividades sete e oito nos apresentam a brincadeira “Me abraça”, que é um tipo de pega-pega em duas versões. A regra para se salvar é simples, precisa estar abraçado com um amigo, aqueles que são pegos saem da brincadeira até que sobre um apenas e que por sua vez, será o pegador. Após esta primeira jogada, questionamos a ideia de excluir pessoas e prontamente, começamos a refletir em uma regra não excludente e chegamos ao consenso da troca de pegadores. Assim repetimos a brincadeira de forma que não houvesse crianças saindo.

Durante a roda de conversa, questionamos qual das duas versões da brincadeira eles acharam mais interessante e prazerosa em brincar e, a partir do relato, encontramos o seguinte discurso:

É divertido correr e brincar de abraçar, mas o chato é ter que sair quando eu sou pego. Mas podemos brincar de uma forma que não precisa sair ninguém, é só trocar o pegador quando ele pegar alguém, aí ninguém sai e todos continuam brincando (LARA).

Brincadeiras excludentes nem sempre são bem aceitas pelas crianças e fomentam o estigma de incapacidade perante às propostas competitivas que já lhe são impostas pela sociedade desde cedo, Brotto (2013) apontam que em jogos competitivos nem sempre há diversão por aqueles que participam, desta maneira, o referido discurso já se refere à cooperação como forma de diversão coletiva.

Seguindo esta mesma direção, DeVries e Zan refletem:

Por que a cooperação é tão desejável? A reduzida pressão para a obediência, combinada com encorajamento à autorregulação, leva a resultados benéficos para o desenvolvimento infantil. Emocionalmente, as crianças sentem aceitação e aprovação e podem responder à cooperação com uma atitude de cooperação, sentimentos de igualdade e confiança, e reflexão cuidadosa e ativa sobre as razões para as regras. Intelectualmente, a criança pode reagir com uma orientação ativa para ideias próprias e de

outros, uma atitude de questionamento e avaliação crítica e motivação para pensar sobre causas, implicações e explicações (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 59).

Ao criarmos um espaço seguro onde cooperar é possível, a criança sente-se capaz de refletir sobre as propostas de brincadeiras e sugerir intervenções, sugestões, regras, bem como apontar o desagrado em relação a regras punitivas e/ou excludentes. Tal reflexão permite avançar no desenvolvimento da moralidade, principalmente por proporcionar o contato com novos pontos de vista, conseqüentemente, possibilitando a autorregulação necessária. “Com efeito, a verdade, como todo bem moral, só é conquistada pelo esforço livre, e o esforço livre na criança tem por condição natural a colaboração e a ajuda recíproca” (PIAGET, 1998, p. 140).

Neste panorama, retornamos à prática docente e a forma em que a proposta pedagógica está organizada. Quando há a incidência de algo muito fechado, imposto de forma unilateral, sem que haja diálogo antes e após com a classe, não estará sendo proporcionado um espaço cooperativo.

De nada adianta haver um discurso sobre a moral quando há distanciamento entre a prática e o que se fala. Neste sentido, Antunes traz a seguinte reflexão:

É nesse contexto que, ainda uma vez, ressalta-se o papel do educador infantil, constituindo-se como uma saudável ponte entre a brincadeira e as reflexões sobre a mesma e, assim agindo, jamais perde a oportunidade de atuar como facilitador de discussões entre os jogadores, que coletivamente construirão sua aprendizagem (2017, p. 22).

Portanto, o professor deve promover um espaço emancipatório e que medie as situações de forma a não responder, mas sim, dar subsídios para as crianças possam construir suas respostas. Nesta mesma propositura, a cooperação deve acontecer não pelos impositivos docentes, mas porque há exemplos de que ao cooperar, pode-se avançar nos demais conhecimentos, além de afinar os laços afetivos entre todos.

E desta forma, “a solidariedade aparece entre iguais aparece, uma vez mais, como a origem de um conjunto de noções morais complementares e coerentes, que caracterizam a mentalidade racional” (PIAGET, 1994, p. 243). Ou seja, ao organizar um espaço onde há cooperação, o professor não somente promove avanços nos campos afetivos, sociais e morais, mas também no campo cognitivo e intelectual das crianças.

Nas atividades nove e dez, trouxemos as brincadeiras “Barra-manteiga” e “Ajuda-ajuda”, que tem como objetivo o desenvolvimento do trabalho em equipe e a interação social de forma que haja cooperação entre os participantes para um mesmo fim. Piaget (1994) ressalta que é na interação com o outro que a moralidade pode ser de fato desenvolvida. A brincadeira “Barra-manteiga” consiste basicamente em dividir em duas equipes, afastadas entre si por uns 5 a 10 metros de distância. Uma das equipes permanece com a palma da mão voltada para cima e a outra deve se deslocar e bater em suas mãos e falar “Barra-manteiga” ao mesmo tempo que deve correr de volta ao seu local inicial, as crianças que são pegas passam a fazer parte da equipe pegadora, troca-se a ordem.

Já a brincadeira “Ajuda-ajuda” foi executada de duas formas. A primeira foi feita com um pegador inicial e a cada criança que era pega, passava a ajudar, assim até que todos fossem pegos e o último passava a ser o novo pegador. A segunda forma foi o “Ajuda-ajuda corrente”, no qual diminuimos o espaço possível de correr e cada criança que era pega passava a fazer parte de uma corrente.

Ao encerrarmos, fizemos uma roda de conversa para refletir acerca das duas propostas e sobre o respeito aos outros, bem como o respeito às regras e, conseqüentemente, chegamos a dois discursos que seguem:

É importante respeitar os amigos e respeitar as regras do jogo para que todos possam brincar sem que se machuquem (ANA SOPHIA).

Precisamos ser honestos com todos, porque quando mentimos, prejudicamos nossos amigos e é importante fazer o bem as pessoas. E é importante ser justo também, sem ofender, sem pegar as coisas escondidas (SOPHIA).

A partir desta atividade, chegamos à metade do processo da aplicação da SD e, neste ponto, as crianças já se sentem muito mais à vontade para sugerir, apontar, questionar e interagir com todos e com as propostas ofertadas.

Houve um aumento quanto à compreensão da existência das regras e de sua importância para a manutenção da ordem do jogo, porém, também há espaço para questionamentos e dúvidas, bem como sugestões, como foi o caso do “Ajuda-ajuda corrente”, que inicialmente estava fora da SD e que pelo fato das crianças acharem que a sua primeira versão acabava muito rapidamente, sugerimos esta forma, que precisou passar primeiro pelo crivo das crianças antes de ser completamente aceito.

De acordo com Vinha (2000) e Piaget (1994), a moralidade não está propriamente no fato de obedecer determinada regra, mas no porquê desta regra existir e sua função social. Portanto, a aplicação de uma nova variação de uma brincadeira leva, além da ampliação dos aspectos culturais, promove uma reflexão que deve levar em conta, não somente sua opinião ou o fato de gostar ou não, mas de um todo que constitui o elo que promoverá a ação lúdica proposta.

Há o fator responsabilidade coletiva, pois todos assumiram a possibilidade de brincar de uma nova forma e, portanto,

Se a moral é constituída a partir da vivência diária, das interações entre as pessoas e das experiências com as situações em que se desenvolvem os julgamentos e a consciência das regras e leis, é preciso que o educador proporcione à criança um ambiente adequado para que ela possa fazer experiências necessárias e construa seus próprios valores morais (VINHA, 2000, p. 41).

Um detalhe que também se faz pertinente observar é que houve uma crescente preocupação com o bem-estar dos demais participantes, uma vez que por ser uma atividade que envolve uma gama de regras e que há um deslocamento amplo ao correr, se faz necessário redobrar a atenção e cuidados, embora seja implícita a possibilidade de acidentes.

Assim, “com a regra, o grande avanço da criança dentro do social é constituído, permitindo exercitar regras de convivência, de parceria com o grupo. Aqui se estabelecem pactos, normas lúdicas[...]” (VASCONCELOS, 2003, p. 59). A partir desta preocupação, conseguimos observar que há uma preferência em brincadeiras cooperativas, pois embora ainda se refiram ao fato de ganhar ou perder, não há disputa ou apontamentos a respeito. E com isso, há também os questionamentos acerca da justiça, já que para que a brincadeira em si transcorra corretamente e todos possam desfrutar da diversão proporcionada, há de fato a necessidade de seguirem regras.

A décima primeira e décima segunda atividades são da mesma brincadeira, a “Polícia e ladrão”. A atividade basicamente é um grupo que está denominado como ladrão se esconder pela escola e outro denominado polícia, sai em busca dos ladrões para “prendê-los”, depois trocam-se os papéis. Fizemos uma roda de conversa a respeito da brincadeira, uma vez que a expectativa para ela era alta desde a organização da SD.

A princípio, estávamos com as regras básicas da brincadeira, porém, as crianças acharam por bem criar uma cadeia e o professor pesquisador questionou como fariam. Nicolas sugeriu usarmos as mesas em um local específico na área externa da escola, que segundo ele, daria certo. Apresentamos a proposta para a sala que prontamente aderiu à ideia.

Sobre a iniciativa de propor mudanças e/ou acréscimo de regras à atividade, vale salientar que é significativo este avanço, bem como a sensação de pertencer ativamente à construção de todo um ambiente favorável ao desenrolar da atividade. A respeito disso, DeVries e Zan nos dizem que:

Emocionalmente, as crianças sentem aceitação e aprovação e podem responder à cooperação como uma atitude de cooperação, sentimentos de igualdade e confiança, e reflexão cuidadosa e ativa sobre as razões para as regras. Intellectualmente, a criança pode reagir com uma orientação ativa para ideias próprias e de outros, uma atitude de questionamento e avaliação crítica e motivação para pensar sobre causas, implicações e explicações (1998, p. 59).

Estas interações entre crianças e professor, entre crianças e crianças demonstram que elas precisam sim de normas e regras, porém, este processo de conscientização precisa ser ativo, o que vale para os jogos e brincadeiras. Permitir ideias e sugestões e colocar em pauta as mudanças permitem que todos possam, em maior ou menor escala, refletirem e, conseqüentemente, regularem-se sobre determinado ponto.

Seguindo, anotada esta sugestão, distribuímos na primeira aula o material de apoio máscara de ladrão e o quepe de policial e pedimos para que pintassem da forma que desejassem, com as cores que eles acreditam representar cada papel. Logo após, colocamos os elásticos para usarem na aula seguinte.

A segunda aula começou com as crianças organizando as equipes, o professor pesquisador propôs que eles mesmos se dividissem de forma que as equipes estivessem mais ou menos iguais. Para definir quem começava, fizeram o “Jogo de pedra, papel ou tesoura” e, então, iniciou-se a brincadeira e a troca de papéis.

Encerrada a brincadeira, nos reunimos em roda para dialogar sobre a atividade e os elementos envolvidos nela. Chegamos a este DSC:

Os policiais são pessoas que ajudam a prender os ladrões que roubam, traficam drogas. Ser ladrão é muito feio e pode trazer muitos problemas. A

polícia prende o ladrão e protege a gente. Também não acho certo prender as pessoas sem que elas tenham feito coisa errada, ela precisa ser solta. Também não acho certo pegar nada de ninguém escondido, é feio roubar as coisas dos outros (NICOLAS; ALICE).

Observando o contexto deste discurso, é notável a compreensão das crianças acerca do que cada um dos papéis da brincadeira exerce de verdade, dissociando assim o elemento real do fictício. Neste caso, as crianças compreendem que ser ladrão, roubar, traficar são atitudes erradas e nocivas, a sua contraparte também, a polícia vem para proteger, pender, evitar as ações do ladrão. Em relação a esta compreensão, vistos os argumentos utilizados no DSC, encontramos em Puig interessante afirmação que reitera aquilo que trouxemos

E, portanto, neste sentido que afirmamos que a compreensão deve ser um tipo de reflexão moral que ajude a razão moral que é expressa no juízo. Assim, somada a um saber moral que determina incondicionalmente o que é correto, há a proposta de um saber moral complementar, que conhece aquilo que é possível realizar e aquilo que a situação permite e exige (PUIG, 1988, p. 107).

Já na sequência do discurso, podemos notar que há uma colocação sobre alguém ser preso indevidamente e evidencia-se o pensamento pautado na Justiça Retributiva, ou seja, “uma sanção é injusta quando pune um inocente, recompensa um culpado ou, em geral, não é dosada na proporção exata do mérito ou da falta” (PIAGET, 1994, p.157). Para Piaget, a noção de justiça é uma condição que vem a equilibrar as relações sociais, tal qual podemos notar neste discurso, que deixa claro a necessidade de um equilíbrio, uma vez que condena a ação do ladrão, bem como aponta o erro em condenar um inocente, sendo necessária a reparação, ou neste caso, a soltura da pessoa.

Partimos então para a brincadeira “Cabra-cega” e “Vendado I” e “Vendado II”. A primeira, uma brincadeira tradicional que visa vender um participante e este, guiado pelos sons dos demais, tenta pegá-los, caso consiga, troca-se o pegador. “Vendado I” consiste basicamente em organizar em duplas e um de cada dupla deve estar vendado e o outro o guia pela escola, colocando-o em uma situação análoga a uma pessoa deficiente visual. “Vendado II” é uma atividade em que há um objeto bem empacotado que todos querem, pode ser bala, pirulito, etc., que é o objetivo de conquista do grupo. Com uma criança vendada ao centro e as demais em círculo, o objetivo é abrir o pacote com o mínimo de som possível e passando por todos. A



criança ao centro, ao ouvir, deve apontar para a direção, ela acertando, troca-se quem está ao meio.

A partir deste resumo, analisaremos os seguintes DSCs obtidos durante e após a atividade.

É necessário cuidar do amigo para ele não cair ou se machucar (KAUAN).

Tem que fazer silêncio e todo mundo tem que ajudar abrir o pacote bem quietinho. Para dividir, tem que dar um cada um (KAUAN).

Tanto na primeira como na segunda atividade, obtivemos o mesmo discurso e em especial na “Cabra-cega” em que este discurso foi precedido de uma ação solidária e espontânea de um aluno, que ao observar que sua amiga estava a ponto de colidir com a parede, correu em auxílio, evitando um acidente. Esta atitude exprime uma ação solidária, de cuidado para além de si, em que o outro importa para o coletivo. Tognetta (2003, p. 57) nos esclarece que a solidariedade “exprime, em sua íntegra, um fator determinante: ser ato espontâneo se não for preciso estar ligada a um princípio de justiça, mas ao cuidado com o outro”, a autora caracteriza nestes princípios apresentados, a solidariedade como virtude.

Comte-Sponville (2009) afirma que a solidariedade é um estado, é o sentir-se pertencente a um grupo e ao pertencer a este, cuidar de seus membros é algo compreensível, o que nos leva diretamente não só ao discurso, mas ao ato em si. Neste caso, pertencer a um grupo significa que todos são importantes para que a atividade aconteça.

Faz-se importante reconhecer os aspectos afetivos que os jogos cooperativos podem promover, uma vez que afastados os princípios competitivos e de superação do outro, ao cooperar, nos afinamos com o próximo, passamos a observá-lo como um igual e a superar obstáculos conjuntamente. Dessa forma, a solidariedade vai ao encontro de sua lapidação, tornando-se generosidade (TOGNETTA, 2003).

E de acordo com Comte-Sponville (2009), a generosidade nos leva em direção ao outro com respeito, com amor, possibilitando que o ponto de vista do outro seja considerado, respeitado e levado em conta ao contexto, aqui em específico, do jogo cooperativo em função do seu fim. Ainda de acordo com o autor, a generosidade se torna plural, ou seja, somada à outras virtudes, toma nova roupagem. Assim,

[...] generosidade, como todas as virtudes, é plural, tanto em seu conteúdo como nos nomes que lhe prestamos ou que servem para designá-la. Somada à coragem, pode ser heroísmo. Somada à justiça, faz-se equidade. Somada à compaixão, torna-se benevolência. Somada à misericórdia, vira indulgência. Mas seu mais belo nome é seu segredo, que todos conhecem: somada à doçura, ela se chama bondade (COMTE-SPONVILLE, 2009, p. 113).

Não se trata de não haver conflitos de ideias e desejos, mas sim de superá-los para um bem comum, que é a convivência ética entre todos os membros deste coletivo.

A décima quinta e décima sexta aulas são respectivamente uma brincadeira cantada chamada “História da serpente” e o “Jogo dos iguais”. A primeira consiste em fazer um círculo com todos da sala e uma criança ao meio, todos cantam a música e ao final dela, aponta-se para um dos alunos, que deverá passar por entre as pernas da criança no meio e segurar em sua camiseta, formando uma serpente. A brincadeira vai até que todos sejam parte da serpente. A segunda tem como dinâmica fazer diversas perguntas em que demonstram que as crianças, embora diferentes, têm coisas parecidas, inclusive sentimentos, diferindo em si os motivos que fomentam o aparecimento destes. A proposta visa mobilizar os alunos ao acolhimento e reconhecimento dos diferentes sentimentos e o respeito às situações, se reconhecendo no outro.

Para refletirmos melhor, encontramos os seguintes DSCs:

Para nos ajudarmos nesta brincadeira, temos de ficar com a perna aberta para não atrapalhar e chegar até o final (KELVIN).

Tem que respeitar os sentimentos. Eu quando fico com saudades da Lorena, dou um abraço e beijo. Quando vemos gente triste, temos que ajudar e fazer carinho (LUANA; NICOLLE).

Notamos que na brincadeira cantada, a observação geral foi em direção à estruturação da atividade, uma vez que durante a aplicação, algumas crianças faziam algumas “peripécias”, como sentar nas costas do amigo, fazer cócegas, que embora todos estivessem rindo e gostando, no momento da roda, apontaram este detalhe.

Brotto (2013) reflete que o jogo cooperativo permite um espaço seguro para expressar ideias, sentimentos e como neste caso, apontar uma eventual “falha” na atividade. Propusemos uma nova rodada após discutirmos a forma mais justa de brincar e desta vez, a cooperação foi geral, facilitando até o desenrolar da

brincadeira cantada. Concomitante a este DSC, Mattos e Neira (2005) reforçam o processo de tomada de consciência para a ação corporal, ou seja, após a primeira rodada da brincadeira, as crianças se propuseram a refletir a partir da sua ação motora e o desenrolar da atividade.

Queremos todos aqueles movimentos que eles trabalham inserindo-os em uma situação onde a criança se veja obrigada a pensar e planejar sua movimentação, [...] vivendo cada movimento não só com os músculos, nervos e tendões, mas também e principalmente, com o “coração e cabeça” (MATTOS; NEIRA, 2005, p. 17)

Além da tomada de consciência acerca da estrutura do jogo, podemos refletir sobre a forma justa de brincar envolvida, embora não diretamente, houve apontamento pelo discurso sobre a forma não ser correta, afetando o coletivo em si.

Piaget (1994) e DeVries e Zan (1998) apontam que não é pelo fato de seguirem um certo regramento que faz com que as crianças sejam morais, mas pelo respeito e consciência deste regramento em si.

Na sequência, podemos observar um discurso sobre a relação afetiva que há entre os membros deste coletivo e o impacto positivo da abertura para diálogos e falas abertas sobre seus anseios, medos, saudades, enfim, possibilitando que estas crianças consigam se expressar. Piaget (2014) e La Taille (2006) nos esclarecem que não há divisão entre o desenvolvimento cognitivo e afetivo, ambos acontecem concomitantemente, porém, se o ambiente for cerceador, rígido, sem relações de cooperação, ou onde ainda expressar sentimentos é visto como fraqueza, dificilmente esta criança poderá se desenvolver plenamente.

O reconhecimento do outro é de suma importância, principalmente nesta fase de desenvolvimento das crianças, desmistificando mitos, tais quais, “homem não chora”, revendo conceitos que socialmente inaceitáveis que podem estar consolidados no íntimo destas crianças, talvez por trazer uma cultura transmitida pela família que teve sua formação nestes parâmetros de senso comum.

DeVries e Zan (1998) também faz uma importante consideração, durante estes momentos de fala, o professor deve fazer o possível para não fazer juízo de valor destas crianças, estes momentos tem relevante importância para desenvolver as potencialidades (LA TAILLE, 2006) ou conforme a BNCC (BRASIL, 2018), as capacidades socioemocionais, que possibilitarão o desenvolvimento integral desta criança.

Chegamos à décima sétima e décima oitava atividades, sendo estas a “Queimada maluca” e “Casa-Terremoto”. A primeira é uma variação do jogo da queimada, em que há divisão em duas equipes, uma fica dentro de uma área delimitada e a outra em volta, a que está em volta queima quem está dentro, quem é queimado passa a ser do time que está fora. Depois troca-se a ordem para jogar. A segunda lembra a atividade “Olha o Tubarão”, aliás, tem os mesmos princípios, em que há diversos arcos (bambolês) espalhados pela quadra e as crianças permanecem dentro de cada um, ao sinal do professor falando “Terremoto”, todos devem entrar em arcos, sendo estes as Casas, ao sinal novamente, as crianças trocam de local. A cada rodada, remove-se um arco.

Durante as rodas de conversa a respeito de cada atividade, encontramos os seguintes discursos:

Essa brincadeira é mais difícil, mas é legal. Tem que ajudar a equipe pra queimar (NICOLAS).

É legal brincar sozinho, mas é mais legal brincar junto, mas é importante ajudar o amigo na brincadeira, sem empurrar, se abraçando e ajudando (HYAGO).

Dentro deste primeiro discurso, podemos observar uma reflexão sobre a regra do jogo e o que ela incide na criança e a necessidade de cooperar para que a regra seja cumprida e o processo cooperativo efetivado. É importante ressaltar que Piaget (1994) já afirmava que o processo de desenvolvimento da moralidade se dá no respeito que o sujeito tem pelas regras, sem o processo de imposição e/ou coação atrelado a elas. Brotto (2013) reafirma a colocação de Piaget ao apontar que ao jogar cooperativamente, possibilitamos o aperfeiçoamento da habilidade de cooperar com os demais.

Não adianta apenas promover o jogo cooperativo, é necessário praticá-lo, ter disposição e, acima de tudo, promover reflexões constantes acerca do processo de cooperação. Para Piaget (1998, p.140), “Com efeito, a verdade, como todo bem moral, só é conquistada pelo esforço livre, e o esforço livre na criança tem por condição natural a colaboração e a ajuda recíproca”, ou seja, a cooperação é o instrumento com que a criança formará o pensamento intelectual.

Tal ideia nos mostra que não basta apenas dispor de jogos em dado momento, mas nos remete ao processo ativo com que a criança atua e a tomada de consciência para que novas estruturas sejam criadas, ou seja, reafirmando o já

trazido acima, sem que haja reflexão do processo do jogo cooperativo, sem a mediação do professor para a compreensão das regras, formas de jogar e como participar, sem refletir após o término da atividade, a criança estará alijada da possibilidade de acomodar novos conhecimentos.

Brotto (2013) aponta para o professor tendo um papel importante, pois não somente pode direcionar o jogo, mas também propor intervenções, mediações, diálogos construtivos, uma vez que cooperar é co-operar junto, realizar uma operação com o outro (ARAÚJO, 1996; VINHA, 2000). Brotto (2013) também afirma que o professor está sempre envolvido em um processo de aprender e ensinar e em um processo construtivista, esta postura permite sempre uma retomada para favorecer o desenvolvimento dos processos cognitivos, uma vez que o professor não se vê apenas como o detentor do saber e se coloca como parte do processo cooperativo.

Portanto, para que haja compreensão sobre as regras, sobre a necessidade de cooperar, há toda uma construção efetuada paulatinamente que acontece deste a roda de conversa e a apresentação da proposta, das mediações feitas durante o jogo e a retomada da proposta como forma de reflexão, sem contar a participação ativa destes sujeitos em operar conjuntamente com o professor.

O segundo discurso nos mostra uma reflexão ativa da criança sobre o brincar e a possibilidade de brincar sozinho. Estar junto, em vida social, é importante, mas respeitar a possibilidade de brincar sozinho é tão importante e através desta reflexão, foi possível notar que brincar junto traz muito mais satisfação à criança.

Estes momentos de reflexão solitária devem ser respeitados pelo professor, uma vez que, ao se obrigar que esta criança participe sem que ela tenha a motivação para tal, estaremos indo de encontro com a proposta piagetiana, base de nosso estudo, para agir na coação e imposição, afetando negativamente a tomada de consciência deste sujeito. É válido colocar em voga que, não estamos nos referindo a uma proposta em que a criança permanece livre e faz o que quer, isso seria, conforme Becker (2001) uma proposta apriorística, onde acredita-se que a criança aprende por si só pela bagagem hereditária que traz.

Ainda de acordo com o discurso, podemos notar um crescente sentimento de respeito pelos amigos de sala, uma vez ressaltada a importância do respeito mútuo e do caminho para com outrem. Posto isto, é possível asseverar que o comportamento das crianças está voltado para um desenvolvimento deste

comportamento moral, uma vez que, segundo Vasquez (1990), embora haja a obrigatoriedade, esta está permeada pela liberdade de escolher, sem a coação da autoridade da sala, em suma, as crianças escolhem esta via da convivência ética sem os impositivos do professor por perceberem as vantagens que tal escolha provê.

Ainda de acordo com Vasques (1990), este comportamento moral vai ao encontro da autorregulação, já que as crianças passam a controlar seus impulsos para que haja harmonia nas atividades e no convívio social entre eles.

Chegamos à décima nona e vigésima atividades, sendo as duas últimas da proposta inicial da SD. Na décima nona atividade aplicamos novamente as historietas morais utilizadas no início desta SD e anotamos as respostas a título de análise. Já a vigésima atividade consiste em uma roda de conversa em que as crianças falarão das atividades que mais gostaram e as desenharão. Ao fim, elegemos qual foi a mais votada para assim brincar.

Sobre a primeira historieta, encontramos o seguinte discurso.

É importante falar a verdade e arrumar o carrinho. Mentir traz problemas e as pessoas não confiam mais na gente (Lara).

Durante a aplicação inicial, notamos que os discursos ficaram mais direcionados a encontrar um culpado pelo medo da punição do professor, mesmo que para isso, tivesse que ter uma punição coletiva até que o culpado se entregasse, entretanto, neste discurso, feito após a aplicação final, é possível notar um avanço quanto à compreensão da ação em si e suas consequências.

Neste caso, vamos ao encontro daquilo que Piaget (1994) definiu como sanção restitutiva, que vem a ser a restituição do objeto quebrado, no caso em questão, arrumando o carrinho. Este discurso vem atrelado a outro tipo de sanção, que é a situação da consequência direta, uma vez que a mentira fará com que a confiança na criança seja rompida.

Tal discurso representa bem a característica já trazida anos atrás por Piaget (1994) sobre a Justiça Retributiva, porém tivemos avanços no que tange à compreensão da ação em si, optando mais pelas sanções por reciprocidade do que as sanções pela coação.

Este avanço pode acontecer pela troca nas relações sociais e pelas mediações entre pontos de vista diferentes, permitindo que as crianças refletissem não somente sobre a ação em si, mas como seria se estivessem envolvidas no ato.

[...] parece-nos demonstrado que os educadores cujo ideal é que a cooperação tenha primazia sobre a coação, conseguem cumprir sua tarefa sem usar sanções expiatórias e provam, assim, que a sanção por reciprocidade é profundamente compreendida pela criança (PIAGET, 1994, p. 170).

Portanto, se não houver intencionalidade clara na prática pedagógica em promover um espaço em que a cooperação e o respeito mútuo imperem, pouco avançaremos na mudança de uma educação baseada na coação para uma em que a criança seja respeitada e possa refletir sobre suas ações, avançado em seu desenvolvimento moral.

A seguir, há mais um discurso que aconteceu após o término da gravação, o aluno em questão quis relatar qual seria sua atitude referente a segunda historietta.

Eu ia esperar meu pai chegar para pedir a folha para desenhar já que pegar escondido é errado (KELVIN).

Refletir acerca dos impulsos, coordená-los e suprimi-los para uma ação coerente é um dos principais pontos abordados por Piaget (1977, 1978b), em que a tomada de consciência da criança já correlaciona uma ação e a sua consequência, baseada nas experiências vividas.

Portanto, ao suprimir o impulso de pegar a folha e ainda apontar o erro de fazê-lo escondido, demonstra também o princípio da reciprocidade, conforme Piaget (1994) afirma em seu estudo.

Dessa forma, compreender seus próprios impulsos, analisar as consequências e ainda sim, tomar uma atitude coerente, significa relevante avanço, principalmente por estarmos falando de crianças de 5 anos.

Dentro dos tópicos abordados: Generosidade, Capacidade Dialógica, Respeito com o outro, Justiça e Interação Social, notamos um grande avanço em todos, em especial em relação a participação ativa das crianças após a aplicação. As atividades se apresentaram em sua maioria efetivas para os objetivos traçados, apenas a “Queimada Maluca”, não atingiu os objetivos traçados em sua plenitude.

Creemos que as regras definidas, embora tenham sido compreendidas, no ato do jogo em si, ficou aquém, em sua execução uma vez que mais de uma regra em si era executada ao mesmo tempo, o que causou confusão.

Em síntese, foi possível constatar que os jogos cooperativos, desde que aplicados dentro de um contexto, de forma intencional e sistematizada, pode favorecer o desenvolvimento da moralidade na criança, em especial, possibilitando a descentração e conseqüentemente, avançando gradativamente para formas mais refinadas da Justiça Retributiva, além da construção de valores morais.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo os jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças na educação infantil, para além deste, visamos proporcionar um ambiente lúdico e pautado no respeito mútuo como meio para o desenvolvimento da moralidade infantil.

Ao longo destes quase três meses, diversas atividades foram apresentadas, criadas, elaboradas e modificadas para e pelas crianças. Assim, fica evidente que o educador tem influência direta nesta percepção, ou seja, se este professor tem como característica uma rigidez disciplinar, baseada na coação, teremos a heteronomia sendo reforçada, entretanto, quando o ambiente é aberto às falas das crianças, levando em conta suas expressões e suas observações, respeitando-as, estarão mais próximos de desenvolver a autonomia moral.

Dentre os temas avaliados: Generosidade, Capacidade Dialógica, Respeito com o outro, Justiça e Interação Social, foi possível notar um grande avanço após a aplicação dos jogos cooperativos. Um ponto em especial foi o desenvolvimento da capacidade dialógica, sendo usado não somente na resolução de conflitos por meio do diálogo, mas também na elaboração de respostas como em um momento ao final da aplicação, durante a roda de conversa, as crianças elaboravam estratégias para tentar descobrir quem foi a criança que quebrou o carrinho na historieta, de forma que descobrisse o culpado não a título de penalizá-lo, mas de sugerir que conserte o carrinho, já que é obrigação brincar sem quebrar.

Através do desenvolvimento da capacidade dialógica, as crianças puderam desenvolver a capacidade de resolução de problemas através do diálogo, na construção de momentos de reciprocidade, de respeito mútuo, emitindo seus pontos de vista, e também ouvindo. De acordo com Gaidargi (2019, p. 250):

Falar e ouvir, esta é a base do diálogo, da educação dialógica, e da ausência de violência no processo educativo. Mas não apenas falar e ouvir. O diálogo exige troca, entre quem fala e quem ouve, entre quem aprende e quem ensina, todos tem algo grandioso a oferecer. Não só falar, como se a verdade fosse propriedade. Muito menos só ouvir, como se não houvesse nada a ser entregue ao outro.

Para além das relações entre alunos, a classe também oportunizou a possibilidade de participar de forma ativa na construção das aulas, não somente aquelas que envolviam a aplicação do produto educacional. Permitindo uma troca de

saberes mais intensa, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem, bem como a mediação do professor na sala de aula (FREIRE, 2004).

Ao longo da aplicação, também pudemos notar a diminuição da escolha de punições mais severas, optando em sua maioria em dar novas chances aos alunos que rompiam com os combinados da sala.

Ficou evidente que uma proposta educacional sistematizada e intencional, com objetivos claros de desenvolver a moralidade na educação infantil é possível, embasada nos jogos cooperativos como instrumento que favorece a criação de um ambiente lúdico em que o respeito, o diálogo e a justiça estejam presentes. Claro que não estamos afirmando que os jogos competitivos devem ser excluídos, mas sim que a cooperação deve ser utilizada em maior escala, permitindo que as crianças compreendam que existe um caminho de avançar em todos os campos da sociedade sem precisar derrotar o outro.

Utilizar uma proposta voltada para os jogos cooperativos mostrou-se ser efetiva na construção de valores morais e também na percepção da justiça retributiva na criança.

Acreditamos na convivência ética e os resultados desta pesquisa refletiram ao longo dos demais meses, dessa forma, foi possível desenvolver o germe da autonomia, da reciprocidade, do respeito e da cooperação.

Por fim, a educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, isso perpassa por todas as dimensões e educar em valores deveria ser um dos pilares da educação nacional, visando uma sociedade mais justa, ética e moralmente desenvolvida para conviver com humanos com olhares sensíveis, em uma verdadeira comunidade.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. **A participação de crianças e adolescentes e os Planos de Educação**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

ANTUNES, C. **O jogo e a Educação Infantil**: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir, fascículo 15. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARAÚJO, U. F. O ambiente escolar cooperativo e o desenvolvimento do juízo moral infantil. *In*: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 103-134.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas: Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015. (Coleção a obra-prima de cada autor, 53).

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EgendF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EgendF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 4. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2013.

BUXARRAIS, M. R. **Educación en valores y democracia**. 1. ed. Ciudad del México: Instituto Nacional Electoral, 2020.

CACCIACARRO, M. F.; MACEDO, R. M. S. A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. **Psicol. rev. (Belo Horizonte) [online]**, v. 24, n. 2, p. 381-401, 2018. ISSN 1677-1168. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p381-401>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COSTA, D. E.; GONÇALVES, T. O. Compreensões, Abordagens, Conceitos e Definições de Sequência Didática na área de Educação Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática [online]**, v. 36, n. 72, p. 358-388, 2022. ISSN 1980-4415. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v36n72a16>. Acesso em: 04 maio 2022.

DEMETRIO, V.; RIBEIRO, E. A. W.; PLÁCIDO, R. L. Planejamento de uma sequência didática na perspectiva da formação integrada e da construção do

conhecimento por constelação de Theodor Adorno. **Educação em Revista [online]**, v. 38, e26146, 2022. ISSN 1982-6621. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469826146>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na Educação Infantil**: o ambiente sócio-moral na escola. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DIAZ-AGUADO, M. J. **Construção Moral e Educação**: Uma aproximação construtivista para trabalhar os conteúdos transversais. 2. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

DURKHEIM, E. **Filosofia moral**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

DURLI, Z.; APARECIDA BRASIL, M. R. Ambiente e espaço na educação infantil: concepção nos documentos oficiais. **Roteiro**, v. 37, n. 1, p. 111–126, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/1433>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ENGELMANN, A. S; VIEIRA, L. A; SICURO, C. G. Honestidade. In: GOMIDE, P. I. C. (org.). **Comportamento moral**: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá, 2010. p. 115-133.

ENGELMANN, A. S; PRUST, L. W. Amizade. In: GOMIDE, P. I. C. (org.). **Comportamento moral**: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá, 2010. p. 81-97.

FIGUEIREDO, M. X. B. **A corporeidade na escola**: brincadeiras, jogos e desenhos. 6. ed. Pelotas: Editora Universitária-UFPEl, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148p.

FREIRE, J. B. **Educação como prática corporal**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2011. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FRIEDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil**: observação, adequação e inclusão. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012. (Cotidiano escolar: ação docente).

GAIDARGI, A. M. M. Educação infantil dialógica e não-violenta. **Dialogia**, n. 33, p. 246-262, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13668>. Acesso em: 2 jan. 2023.

GOMIDE, P. I. C. (org.). **Comportamento moral**: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá, 2010.

HELENO, J. M. M. **Hermenêutica e ontologia em Paul Ricouer**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o Jogo como Elemento na Cultura (1938). São Paulo: Perspectiva, 2008.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa; desdobramentos. Porto Alegre: EDUCS, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação infantil**: construindo o movimento na escola. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

MENDONÇA MENEZES, K. *et al.* A pesquisa-ação como articuladora das práticas pedagógicas de professores do ensino fundamental. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 9, n. 2, 2020. DOI: 10.35819/tear.v9.n2.a4427. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4427> . Acesso em: 8 jul. 2022.

ORLICK, T. **Vencendo a Competição**: como usar a cooperação. Tradução: Fernando José Martins. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1989.

OSTETTO, L. E. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. *In*: OSTETTO, L. E. (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papirus, 2000. p. 175-200.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion [online]**, v. 55, n.130, p. 483-498, 2014. ISSN 0100-512X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000200002>. Acesso em: jan. 2022.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. Tradução: Nathanael C. Caixeira. Petrópolis: Vozes, 1971. 110p.

PIAGET, J. **A tomada de consciência**. - São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Tradução: Alvaro Cabral. (public. orig. 1945). Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.

PIAGET, J. **Fazer e compreender**. (public. orig. 1964). São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978b.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. (public. orig. 1932). São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. **Sobre a Pedagogia**: textos inéditos. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1998.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. (public. orig. 1967). Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PIAGET, J. **A psicologia da inteligência**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

PUIG, J. M. **Ética e valores**: métodos para um ensino transversal. Tradução: Ana Venite Fuzatto. Revisão técnica: Ulisses Ferreira de Araújo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

SOMMERHALDER, A.; ALVES, F. D. **Jogo e a educação da infância**: muito prazer em aprender. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

STRAZZACAPPA, M. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola. **Cadernos CEDES [online]**, v. 21, n. 53, p. 69-83, 2001. ISSN 1678-7110. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000100005>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas, SP: Mercado das letras; São Paulo: Fapesp, 2003. (Coleção Educação e Psicologia em Debate)

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VASCONCELOS, P. A. C. **O jogo e Piaget**. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2010.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução: João Dell' Ana. (public. orig. 1969). Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira S.A., 1990.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 207-216, dez. 2014.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. (public. orig. 1998). Porto Alegre: ArtMed, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao Responsável pelo aluno

Prezado(a) Responsável pelo(a) Aluno(a) \_\_\_\_\_

Seu filho(a) está convidado(a) a participar da pesquisa “DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL EM CRIANÇAS PEQUENAS (4 a 5 anos e 11 meses) POR MEIO DO MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as possibilidades do desenvolvimento do juízo moral de crianças pequenas por meio do movimento, com vistas à elaboração de sequências didáticas voltadas a esse fim.

Para tanto, seu(sua) filho(a) participará de 03 momentos da pesquisa: o pré-teste, a intervenção e o pós-teste. O pré e o pós-teste são compostos por uma conversa com a criança na qual contamos algumas historietas que envolvem temas morais como justiça e mentira e pedimos sua opinião. A intervenção será composta pelo desenvolvimento de atividades rítmicas, brincadeiras, jogos e outros que envolvam movimentos corporais e interação entre as crianças.

A participação do(a) seu(sua) filho(a) é totalmente voluntária, assim, a família e/ou a criança não receberão qualquer tipo de pagamento, assim como não haverá qualquer ônus financeiro. A coleta de dados será realizada na unidade escolar, em dia de aula, com o professor pesquisador, não alterando a rotina.

Os riscos da participação na pesquisa envolvem o deslocamento do corpo durante as atividades, o que pode eventualmente ocasionar pequenas quedas, riscos emocionais, ou desconforto em responder as historietas. Entretanto, seu(sua) filho(a) poderá desistir a qualquer momento da pesquisa.

Conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, assegura-se total sigilo de suas informações em todas as etapas da pesquisa e com a garantia de plena liberdade em se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer etapa da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma. **Ressalta-se que as fotos e vídeos que serão coletados serão utilizados como parte do Produto Educacional, resultado da pesquisa supracitada.**

Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao Responsável pelo(a) Aluno(a) assinada por ambas as partes (pesquisador e participante).

Qualquer dúvida ou informação que necessitar, durante ou após o processo de pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores, Eduardo Silva Benetti, e-mail – [eduardo.benetti@unesp.br](mailto:eduardo.benetti@unesp.br), telefone: 17 991296130 e/ou Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre, e-mail – [melissa.lepre@unesp.br](mailto:melissa.lepre@unesp.br) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências/UNESP/Bauru – **Contato do Comitê de Ética em Pesquisa** - Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Vargem Limpa, CEP: 17033-360, Bauru-SP, Telefone: **(14) 3103-6075 (Ramal: 9400), E-mail: [cepesquisa@fc.unesp.br](mailto:cepesquisa@fc.unesp.br)**

Agradecemos a disposição e a colaboração por autorizar a participação de seu(sua) filho(a) em nosso estudo. Registramos a importância da colaboração da comunidade escolar com os estudos e pesquisas que almejam novos conhecimentos na área do ensino e da educação. Obrigado!

### IDENTIFICAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

Nome do(a) Aluno(a) participante: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável: Eduardo Silva Benetti ([eduardo.benetti@unesp.br](mailto:eduardo.benetti@unesp.br)),  
telefone: (17 – 991296130).

Pesquisadora Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre ([melissa.lepre@unesp.br](mailto:melissa.lepre@unesp.br))

Declaro ter sido informado(a) de maneira clara e detalhada sobre as justificativas, os objetivos e a metodologia da pesquisa intitulada “DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL EM CRIANÇAS PEQUENAS (4 a 5 anos e 11 meses) POR MEIO DO MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”, bem como as atividades envolvidas.

Estou ciente de que a privacidade de meu(minha) filho(a) será respeitada, ou seja, o sigilo de informações sobre a vida pessoal, e, também a não divulgação do nome próprio.

Estou ciente de que posso recusar a participação, retirar meu consentimento, ou interromper a participação dele (a) a qualquer momento, sem precisar justificar.

Estou ciente de que a participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Declaro que concordo com a participação de meu(minha) filho(a) como voluntário(a)



e permito a realização de fotos, vídeos em aula ou via *online* de forma síncrona, que não o(a) coloque em risco ou perigo e que será utilizada ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DA PESQUISA, SEM REPRODUÇÃO EXTERNA, ASSEGURANDO O SIGILO DA CRIANÇA.

Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu certifico que li o texto de consentimento e entendi seu conteúdo. Minha assinatura demonstra que concordei livremente que meu(minha) filho(a) participe deste estudo.

Bauru, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo(a) aluno(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Principal

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Vargem Limpa, CEP: 17033-360, Bauru-SP,  
Telefone: (14) 3103-6075 (Ramal: 9400), E-mail: [cepesquisa@fc.unesp.br](mailto:cepesquisa@fc.unesp.br)  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP-Bauru - Faculdade de Ciências.

**APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – alunos**

| IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| <b>Pesquisa:</b> DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL EM CRIANÇAS PEQUENAS (4 a 5 anos e 11 meses) POR MEIO DO MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL                                                                                                                                                                      |                                                                         |
| <b>Orientadora:</b> Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rita Melissa Lepre                                                                                                                                                                                                                                   | <b>Instituição/Departamento:</b> UNESP/Bauru – Departamento de Educação |
| <b>Telefone:</b> (14) 3103-6081- ramal 9565                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>E-mail:</b> melissa.lepre@unesp.br                                   |
| <b>Aluno responsável:</b> Eduardo Silva Benetti                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Instituição/Departamento:</b> UNESP/Bauru – Departamento de Educação |
| <b>Telefone:</b> (17) 99129-6130                                                                                                                                                                                                                                                                             | <b>E-mail:</b> Eduardo.unesp@unesp.br                                   |
| <b>Comitê de Ética em Pesquisa:</b><br>Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Vargem Limpa, CEP: 17033-360, Bauru-SP, Telefone: (14) 3103-6075 (Ramal: 9400), E-mail: cepesquisa@fc.unesp.br<br>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP-Bauru - Faculdade de Ciências. |                                                                         |

| IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome do participante:</b>                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Nome do responsável:</b>                                                                                                                                                                                                            |
| <b>RG:</b>                                                                                                                                                                                                                             |
| <p>OLÁ, EU SOU O PROFESSOR EDUARDO!</p>  <p>VOCE JÁ ME CONHECE! PRECISO DA SUA AJUDA PARA REALIZAR UMA PESQUISA E FAREMOS ATIVIDADES QUE TERÃO</p> |

MUITOS JOGOS COOPERATIVOS, JOGOS COMPETITIVOS, RODAS CANTADAS, CIRCUITO MOTOR, BRINCADEIRAS E MOVIMENTO.



VOCÊ VAI PODER ME AJUDAR EM CADA ATIVIDADE PRINCIPALMENTE PARTICIPANDO E INTERAGINDO, ASSIM SABEREMOS QUAIS ATIVIDADES VOCÊ E SEUS AMIGOS MAIS SE INTERESSARÃO.

PARA ISSO EU PRECISO,



**OBSERVAR**



**ANOTAR**



**FOTOGRAFAR**

ENQUANTO VOCÊ FAZ AS ATIVIDADES.

ENTÃO, EU GOSTARIA DE SABER....

VOCÊ ME AJUDA?



**SIM**



**NÃO**

VOCÊ NÃO VAI PAGAR NADA POR PARTICIPAR E NEM IRÁ RECEBER VALOR ALGUM. A PARTICIPAÇÃO É ESPONTÂNEA.



**NINGUÉM VAI FICAR BRAVO SE VOCÊ NÃO PARTICIPAR.**

SE VOCÊ ACEITAR PARTICIPAR, NÃO FALAREMOS PARA OUTRAS PESSOAS INFORMAÇÕES SOBRE SUA VIDA.

VOCÊ PODE DIZER “**SIM**” AGORA E DEPOIS MUDAR DE IDEIA E TUDO CONTINUARÁ BEM. TAMBÉM PODERÁ CONVERSAR E TIRAR SUAS DÚVIDAS COMIGO SEMPRE.

EU ENTENDI QUE A PESQUISA É SOBRE BRINCADEIRA E JOGOS.

SEI QUE POSSO PERGUNTAR SE OUTRAS DÚVIDAS SURGIREM E QUE O RESPONSÁVEL POR MIM PODE MUDAR DE IDEIA QUANDO QUISER.

JÁ QUE MEU RESPONSÁVEL ACEITOU E EU LI, ENTENDI E TIREI  
MINHAS DÚVIDAS, CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA.

BAURU, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Vargem Limpa, CEP: 17033-360, Bauru-SP,  
Telefone: (14) 3103-6075 (Ramal: 9400), E-mail: [cepesquisa@fc.unesp.br](mailto:cepesquisa@fc.unesp.br)  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP-Bauru - Faculdade de Ciências.

**APÊNDICE C – Autorização do uso de imagem e voz**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG/CPF de n.º \_\_\_\_\_, autorizo o uso da imagem e voz de meu (minha) filho (a) \_\_\_\_\_ para compor o Produto Educacional denominado **“Jogos Morais”**, resultado da pesquisa de Mestrado intitulado **“Desenvolvimento do Juízo Moral em crianças pequenas (4 e 5 anos) por meio do movimento na Educação Infantil”**, sob o número **Parecer Ético: 5.101.911**.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável



# JOGOS MORAIS

**Eduardo Silva Benetti**

**Rita Melissa Lepre**



Capa e edição: Eduardo Silva Benetti

Fonte das imagens: Canva e arquivo pessoal do autor

O autor possui autorização para uso da imagem e voz dos colaboradores.

Demais imagens: arquivo Canva

**Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética - Número do Parecer: 5.101.911**

## Ficha Catalográfica

B465j

Benetti, Eduardo Silva

Jogos Morais / Eduardo Silva Benetti. -- Bauru, 2023

75 p. : il., tabs., fotos + e-book

Dissertação (Mestrado profissional - Docência para a Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru

Orientadora: Rita Melissa Lepre

1. Educação Infantil. 2. Jogos Cooperativos. 3. Justiça Retributiva. 4. Moralidade. I. Título.

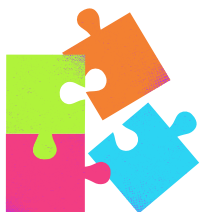
Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Distribuição Gratuita









# Sequência Didática a partir de jogos e brincadeiras cooperativas para construção de Valores Morais

O presente e-book visa proporcionar a construção de Valores Morais e a percepção da Justiça Retributiva na criança por meio da aplicação de diversos jogos e brincadeiras em especial, pelos jogos cooperativos. Dessa forma, surge o Produto Educacional denominado Jogos Morais, que deriva da pesquisa intitulada "Jogos Cooperativos e a percepção da Justiça Retributiva em crianças na Educação Infantil", que tem em sua base epistemológica, Jean Piaget e seus relevantes estudos sobre a moralidade.

Juntamente com a Sequência Didática voltada aos professores, há uma parte direcionada diretamente aos alunos que, em especial, são o foco de todo o trabalho apresentado.

Disponibilizamos links com as referências usadas, bem como a dissertação e vídeos explicativos com a interação e explicação dos alunos acerca de cada atividade elaborada.



*Façam um excelente uso e, acima de tudo, proporcionem o melhor aos seus alunos*





# Sumário



|           |                                        |           |
|-----------|----------------------------------------|-----------|
| <b>07</b> | Olha o Tubarão                         |           |
|           | Construção de regras                   | <b>11</b> |
| <b>17</b> | Dança das Cadeiras                     |           |
|           | Jogo do Adivinha                       | <b>21</b> |
| <b>25</b> | Teatro e Dramatização                  |           |
|           | Me abraça                              | <b>29</b> |
| <b>34</b> | Barra-manteiga e Ajuda-ajuda           |           |
|           | Polícia e Ladrão                       | <b>40</b> |
| <b>45</b> | Cabra Cega e Vendado                   |           |
|           | História da Serpente e Jogo dos iguais | <b>50</b> |
| <b>55</b> | Casa/Terremoto e Queimada Maluca       |           |
|           | Encerramento                           | <b>59</b> |







# 1- SENSIBILIZAÇÃO



# OLHA O TUBARÃO



**O vídeo apresenta a  
parte final da atividade**





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 1

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Sensibilização ao tema moral e moralidade

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO01): Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

(EI03CG02): Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.

Objetivos ampliados: INCENTIVAR O RESPEITO AO OUTRO, CAPACIDADE DIALÓGICA, INTERAÇÃO SOCIAL; FALAR EM PÚBLICO; SUPERAR A TIMIDEZ; EXPRESSAR-SE LIVREMENTE, ATENÇÃO.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 1 AULA/60 min

OBJETIVOS: Conhecer o que os alunos sabem a respeito da moral e moralidade, favorecer a interação com o tema da aula, sensibilizar para a proposta de pesquisa que se inicia.

MATERIAL UTILIZADO: E-book - “A semente da verdade”

*Observe sempre os objetivos!*





## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

Inicialmente, o professor fará uma breve apresentação sobre o tema, abrindo a possibilidade para que as crianças possam colocar suas referências acerca do tema. Nesse momento, o professor não irá incidir em correções, apenas continuará com a interação com os alunos.

Detalhe: os alunos estarão em roda (em caso do COVID-19, o círculo será feito com as cadeiras e mesas, mantendo o afastamento social).

Feito isso, o professor irá perguntar se eles conhecem alguma história que fale sobre determinado tema moral (pode-se exemplificar: mentira, generosidade, cooperação, etc.), depois convidará a todos para que ouçam a história “A semente da verdade”.

Após a contação, será aberto o momento para recontagem dos alunos. Depois que tiverem recontado, é aberta a roda de conversa para dialogar sobre a história e retomada do tema, de forma que possam estar ambientados ao que se seguirá nas demais semanas.

Após isso, será feita uma brincadeira chamada “Olha o tubarão”, em que cada criança estará com um arco (bambolê) como se fosse um barco ou prancha. Ao sinal do professor “OLHA O TUBARÃO!”, todos devem trocar de lugar, enquanto o professor remove um arco. É importante salientar que ninguém pode ficar de fora. Segue a brincadeira até que reste um arco e que todos estejam dentro ou em cima do mesmo.

O objetivo da brincadeira é instigar a cooperação para que todos estejam inseridos nela e comecem a entender que não precisa haver um ganhador para haver diversão.

**AVALIAÇÃO:** O processo de avaliação será feito de forma processual e formativa e não da criança em específico. Para isso, serão disponibilizadas as fichas de avaliação, que nesse caso, sim, são específicas para cada criança e acompanharão todo o processo da Sequência Didática.

- As crianças se mostraram entusiasmadas com a brincadeira?
- Recontaram a história com facilidade?

## 2-CONSTRUÇÃO DE REGRAS



# CONSTRUÇÃO DE REGRAS



PARTECIPA DA  
CONSTRUÇÃO DAS REGRAS

Pedir para sair da sala  
Conversar para não latir  
Quando for agitado, não rir, chorar  
e suspirar  
Na sala, brincar sem correr  
Falar desculpa quando trember por acidente  
Não tocar no amigo sem ele deixar  
Brincar com os brinquedos sem quebrar  
Para durar o material - deixar sem estragar  
não deixar rabiscos, guardar depois de usar  
Ao ver o lixo, não jogar, sem estragar  
Quando tiver lixo no chão, pegar e  
jogar no lixo  
Usar o banheiro para molhar o chão  
Não pode jogar coisa de banheiro, molhar  
o chão e também outros alimentos



## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 2

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Construção das regras da sala

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO07:) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

(EI03CG01): Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.

Objetivos ampliados: DESENVOLVER O RESPEITO AO OUTRO, A CAPACIDADE DIALÓGICA, A INTERAÇÃO SOCIAL, A GENEROSIDADE, A JUSTIÇA, A NOÇÃO DE REGRAS E NORMAS; FALAR EM PÚBLICO; SUPERAR A TIMIDEZ; EXPRESSAR-SE LIVREMENTE; INCENTIVAR A ATENÇÃO, PERTENCIMENTO E TRABALHO COOPERATIVO.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 1 AULA/60 min

OBJETIVOS: Construir regras e normas de convivência ética, baseadas na participação ativa dos alunos.

MATERIAL UTILIZADO: Livro – “A ética na Educação Infantil: o ambiente socio-moral na escola” – Rheta DeVries e Betty Zan (o livro é de uso do professor, entretanto, na falta, serão disponibilizadas algumas estratégias que as autoras utilizam).

*Observe sempre os objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

As autoras do livro supracitado trazem diversas formas de construção de regras e normas em sala de aula na Educação Infantil, portanto, utilizaremos tais estratégias para adequá-las à realidade da escola.

O professor convocará uma assembleia (é necessário explicar o que significa, ou adequar para uma concepção mais próxima dos alunos, muito embora o aumento do vocabulário seja muito bem visto nessa faixa etária), passando em seguida a uma explicação da necessidade das regras e normas de convivência, ou regras sociais para que haja uma harmonia na sociedade.

Nesse primeiro momento, o professor se valerá da estratégia de não definir o que é certo e errado aos alunos, a exemplo: Ao invés de utilizar “Não devemos bater no amigo”, utilizará: “Como poderemos fazer para resolver problemas sem agredir o outro?”, isso se segue até que haja um leque de regras construídas pelos alunos.

É importante que o professor anote em uma folha grande ou na lousa, de forma que possa ser retomada sempre que necessário. Outro ponto a ser pensado é que as regras não são verdades absolutas e se uma delas não parecer justa, o combinado de realizar nova assembleia deve ser tácito.

Durante a elaboração das regras, o professor será o escriba, repetindo tudo o que fora apresentado pelos alunos e dialogando, para auxiliar no refinamento dessa construção.

**AVALIAÇÃO:** - As crianças se mostraram entusiasmadas com a brincadeira?  
- Recontaram a história com facilidade?

**OS ALUNOS PODEM  
SUGERIR FORMAS  
DE ANOTAÇÃO  
DAS REGRAS  
E AUXILIAR  
NA PRODUÇÃO  
DESSE MATERIAL.**





# DANÇA DAS CADEIRAS



Dança das cadeiras -  
Partes do corpo



Dança das  
cadeiras  
cooperativa





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 3 E 4

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Criação de jogos pelas crianças

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):

(EI03EF02): Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmo.

(EI03CG03): Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

Objetivos ampliados: INCENTIVAR A JUSTIÇA, A COOPERAÇÃO, O RESPEITO MÚTUO; POSSIBILITAR QUE A CRIANÇA CRIE SEUS PRÓPRIOS JOGOS E REGRAS; AMPLIAR A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO, CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Conhecer a percepção da moralidade das crianças na construção de jogos, utilizando o Método Clínico Piagetiano para análise.

MATERIAL UTILIZADO: Diversos (os alunos escolherão quais materiais serão utilizados)

*Observe sempre os objetivos!*

**OBSERVAÇÃO:  
REGISTRAR AS  
ATIVIDADES  
CRIADAS PARA  
DEBATE  
POSTERIOR**



## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

A aula inicia-se novamente em uma roda de conversa e o professor retomará as regras anteriormente elaboradas pelas crianças, dialogando novamente sobre a efetividade das mesmas, principalmente no que tange à justiça e ao respeito mútuo para o bem-estar da sala de aula.

Feito inicialmente esse intercâmbio, será apresentada a brincadeira “Dança das Cadeiras”, nesse momento, o professor irá perguntar se todos conhecem a brincadeira e quais as regras do jogo (é aguardado que as crianças saibam basicamente as regras, mas caso não, o professor irá explicar a todos).

Feito esse primeiro contato, as crianças irão brincar e a cada fase da brincadeira (retirada de cadeiras), o professor solicitará que prestem atenção ao que acontece com a criança que fica em pé.

Ao encerrar (após perderem a motivação em brincar), será retomada a roda de conversa, momento esse que será de questionamento sobre ser justo que a criança saia da brincadeira e qual o motivo da saída (espera-se que as crianças correlacionem as regras para a saída das crianças).

Durante o debate, o professor irá questionar se existe uma forma de criarem uma regra que possibilite que todos brinquem sem sair e qual seria. (Anote todas as sugestões). O professor irá retomar cada regra, de forma que fique claro aos alunos e voltem à brincadeira já com as novas regras estipuladas.

Para que haja maior motivação, o professor irá apresentar mais uma variação da brincadeira, a chamada “Dança das Cadeiras Cooperativa” que consiste basicamente nas mesmas regras da anterior, diferenciando-se exclusivamente pelo fato de que apenas a cadeira é removida, as crianças não saem e o objetivo delas é organizarem-se de forma que todos estejam na cadeira, cooperando para todos conseguirem.

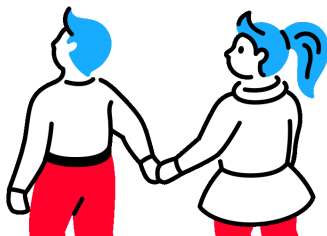
Ao final, o professor deverá perguntar aos alunos qual é a avaliação deles sobre as regras criadas, se possibilitaram com que todos brincassem sem serem excluídas e anotar a avaliação deles e qual é a avaliação dos alunos para com a brincadeira “Dança das Cadeiras Cooperativa”?

**AVALIAÇÃO: -**  
**Conseguiram compreender que a primeira variação da brincadeira é excludente?**  
**- Qual a percepção dos alunos entre a primeira e a segunda brincadeira? Qual eles se divertiram mais?**





## JOGO DO ADIVINHA





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 5

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Valores Morais (Clarificação de Valores e Jogo do Adivinha)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EF01): Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

(EI03TS02): Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.

Objetivos ampliados: PROMOVER A JUSTIÇA, A COOPERAÇÃO, O RESPEITO AOS OUTROS, A GENEROSIDADE, A INTERAÇÃO SOCIAL E A CAPACIDADE DIALÓGICA; REFLETIR ACERCA DOS VALORES MORAIS DIVERSOS; EXPRESSAR SEU ENTENDIMENTO; PROMOVER A CLARIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS IDEIAS TORPES ACERCA DOS VALORES MORAIS.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Conhecer a percepção da moralidade das crianças na construção de jogos e brincadeiras, utilizando o Método Clínico Piagetiano para análise.

MATERIAL UTILIZADO: Imagens (Google), Som, folhas de sulfite, giz de cera ou lápis de cor.

*Observe sempre os objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

O objetivo dessa aula é clarificar algumas ideias acerca dos valores morais que abrangemos na construção das regras da sala, além de possibilitar que os alunos reflitam de forma mais constante sobre o tema. Para a aula, será apresentada uma história infantil – “Pinóquio”, pois no conteúdo da história, podemos utilizar diversos valores morais e, além dela, utilizaremos algumas imagens que representam alguns valores morais (de preferência, ligados à história).

Será solicitada a recontagem da história de quantas crianças quiserem, bem como a dramatização da história, após isso, abriremos a roda de conversa para dialogarmos sobre o que ocorreu durante a história contada. O professor deverá se valer de questionamentos que façam com que os alunos reflitam, evitando posturas deterministas, onde simplesmente concebe sua verdade como a única a ser aceita.

Após feito esse “aquecimento”, serão apresentadas diversas figuras que representam os valores morais (contidos ou não na história) e será perguntado o que entendem através da leitura da imagem. Novamente, o professor fará questionamentos que mais trarão incertezas e momentos de reflexão do que assentimentos sobre o tema.



Para encerrar, o professor entregará uma folha em branco para cada aluno e pedirá para que eles representem, através do desenho, qualquer um dos valores apresentados.



**AVALIAÇÃO: - AS CRIANÇAS SE MOSTRARAM ENTUSIASMADAS COM A BRINCADEIRA?  
- RECONTARAM A HISTÓRIA COM FACILIDADE?**





# TEATRO E DRAMATIZAÇÃO



Foi utilizada uma história de Justiça Distributiva apenas para analisarmos a concepção de justiça das crianças referente à dramatização





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 6

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Dilemas Morais e Dramatização

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO04): Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.

(EI03EF04): Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.

Objetivos ampliados: DESENVOLVER A JUSTIÇA, A COOPERAÇÃO, O RESPEITO AOS OUTROS, A GENEROSIDADE, A INTERAÇÃO SOCIAL E A CAPACIDADE DIALÓGICA; SUPERAR A TIMIDEZ; REFLETIR ACERCA DA MORALIDADE, CRIATIVIDADE, IMAGINAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Conhecer a percepção da moralidade das crianças na construção de jogos e brincadeiras, utilizando o método clínico piagetiano para análise.

MATERIAL UTILIZADO: Diversos (roupas, som, mesas e cadeiras).

*Observe sempre os objetivos!*



Para que essa aula possa prosseguir, utilizaremos a dinâmica das dramatizações ou *Role Playing* para atingirmos os objetivos propostos. O professor selecionará um dilema moral que possa ser dramatizado ou se adapte de forma que assim aconteça. Nesse caso, utilizaremos uma historieta moral contida no livro “O Juízo Moral na Criança” de Jean Piaget (1932/1994) que será adaptada na forma de diálogos.

### HISTORIETA MORAL

Dois meninos, um pequeno e um grande, fizeram uma longa caminhada até a montanha. Ao meio-dia tinham muita fome e tiraram suas provisões da mochila. Mas viram que havia muito pouco para os dois. O que era preciso fazer, dar mais ao maior, mais ao pequeno ou a mesma coisa aos dois?

O professor irá apresentar os três finais, de acordo com a historieta moral e estimular o diálogo para a escola de um dos finais. Após esse momento, será encenada com o máximo de participantes que quiserem, ou até mesmo com todos os finais. Será pedido para que prestem muita atenção a cada momento para que possam opinar após o final da encenação.

**OBSERVAÇÃO:  
ABAIXO, ESTÃO  
DISPONIBILIZADAS,  
JUNTO AO MATERIAL  
DE APOIO,  
EXPLICAÇÕES SOBRE  
O QUE É O ROLE  
PLAYING E AS  
FORMAS DE  
UTILIZAÇÃO.**



Ao final será questionado qual dos finais da dramatização é o mais justo e o porquê?

**AVALIAÇÃO: - DURANTE  
TODO O PROCESSO DE  
DRAMATIZAÇÃO, AS  
CRIANÇAS ESTIVERAM  
MOTIVADAS?  
- QUAL FOI O FINAL  
CONSIDERADO MAIS JUSTO?  
POR QUÊ?**





# ME ABRAÇA



Me abraça - 1



Me abraça - 2





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 7 E 8

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Cooperação e Respeito aos outros

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO01): Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

(EI03EO07): Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

Objetivos ampliados: DESENVOLVER A JUSTIÇA, A COOPERAÇÃO, O RESPEITO AOS OUTROS, A INTERAÇÃO SOCIAL, A CAPACIDADE DIALÓGICA; RESOLVER CONFLITOS; CONSTRUIR REGRAS COM ENTENDIMENTO SOBRE VALORES MORAIS

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Por meio da brincadeira, perceber que jogos cooperativos são até mais divertidos do que os competitivos e permitem o desenvolvimento da empatia.

MATERIAL UTILIZADO: Nenhum

*Observe  
sempre os  
objetivos!*

**ME ABRAÇA (AULA 1) –**

A brincadeira consiste em selecionar um pegador e as demais crianças estarão espalhadas pela quadra ou pátio. Ao sinal do professor, ou ao final da contagem de 1 a 10 (estimulando a contagem numérica), o pegador tentará pegar os alunos. Estes, para não serem pegos, deverão se abraçar. Enquanto estiverem abraçados, não poderão ser pegos. Como regra básica, não podem ficar o tempo todo abraçados, nem ficar repetindo o mesmo parceiro.

Cada criança, ao ser pego, deverá sair da brincadeira, até que resulte apenas em uma criança, que será o novo pegador. Outro ponto a ser adaptado é que algumas crianças não se sentem confortáveis com abraços, para isso, podemos utilizar as mãos dadas.

O professor deverá ser enfático em mostrar que há crianças que ao longo da brincadeira ficaram excluídas por terem sido pegas, em seguida, lançará o desafio de criarem uma regra para que todos possam brincar sem sair. Então, o professor, em sala de aula, organizará a roda de conversa em que todos irão refletir sobre as formas de brincar sem exclusão, o debate encerra quando houver consenso acerca da regra criada.

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### ME ABRAÇA (AULA 2) –

O professor, ao ter anotado a regra nova da brincadeira, repassa novamente as regras iniciais e acrescenta a regra nova, criação das crianças, e não haverá exclusão de nenhum participante ao ser pego.

A brincadeira transcorre normalmente pelo tempo em que durar toda a motivação ou pelo tempo previamente combinado em sala de aula. Encerrando, o professor lançará as seguintes questões:

“Foi mais divertido brincar na primeira forma, na qual as crianças eram excluídas ou na segunda forma, quando todos participavam? Por quê?”  
“Qual forma de brincar é mais justa, a primeira, onde as crianças eram excluídas da brincadeira ao serem pegadas ou na segunda, onde todos permaneciam? Por quê?”



O professor irá apresentar os três finais, de acordo com a historieta moral e estimular o diálogo para a escola de um dos finais, após esse momento, será encenada com o máximo de participantes que quiserem, ou até mesmo com todos os finais. Será pedido para que prestem muita atenção a cada momento para que possam opinar após o final da encenação.

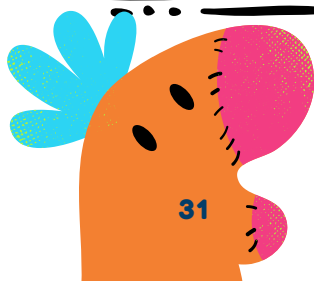


Ao final, será questionado qual dos finais da dramatização é o mais justo e o porquê.



**AVALIAÇÃO:** Qual das formas foi mais divertido brincar?

- Foi necessário adequar a brincadeira em algum momento?







## BARRA-MANTEIGA E AJUDA-AJUDA



Barra-manteiga



Ajuda-ajuda



Corrente





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 9 E 10

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Interação Social e Trabalho em equipe

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03CG02): Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.

(EI03EF01): Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

Objetivos ampliados: PROMOVER A JUSTIÇA, A INTERAÇÃO SOCIAL  
DESENVOLVER O SENSO DE EQUIPE;  
CONSTRUIR NOÇÕES DE JUSTIÇA E HONESTIDADE, EQUIDADE NAS AÇÕES DO JOGO.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

*Observe sempre os objetivos!*

OBJETIVOS: Compreender que mesmo em jogos coletivos, ainda existem as competições e elas podem acontecer de forma justa, momento em que todos de uma equipe contribuem para a conquista do objetivo determinado, portanto, deve haver uma equidade nas ações, bem como honestidade ao jogar.

MATERIAL UTILIZADO: Nenhum

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### BARRA-MANTEIGA

A proposta será dividida em duas aulas. Nessa primeira aula, o professor perguntará aos alunos o que eles entendem sobre justiça, honestidade e interação social, obviamente, todas as falas devem ser adequadas ao nível de entendimento da turma, possibilitando a autorregulagem do aprendizado.

Passado o momento das explanações apresentadas pelos alunos, o professor apresentará os Jogos Ajuda-ajuda e Barra-manteiga. Após a apresentação das regras, será proposto jogarem por mais ou menos 30 minutos, tempo que todos possam ter passado de desafiante a desafiado e participado da brincadeira.

Ainda na quadra, após todos terem participado, o professor perguntará se há alguma relação entre o jogo e o que foi abordado em sala, deixando o momento para que os alunos reflitam acerca da proposta.

### AJUDA -AJUDA e AJUDA-AJUDA CORRENTE

Nessa próxima aula, será reforçada a proposta anterior (até jogando novamente Barra-manteiga), possibilitando que os alunos apresentem suas colocações, de forma que possa ser clarificado quaisquer dúvidas que surjam ao longo do diálogo.

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○



O professor então convidará a todos para a brincadeira Ajuda-ajuda. O professor irá explicar as regras da brincadeira e, após isso, todos poderão brincar até que a motivação se esgote ou quando as crianças começarem a dispersar, nesse momento, será convocada a assembleia da sala para discutirem as semelhanças e diferenças entre as duas atividades propostas e qual, para eles, é a que mais propicia justiça e equidade?

### REGRAS:

#### BARRA- MANTEIGA

Serão traçadas duas linhas paralelas, com distancia aproximada de 15 metros, ou se preferir, use as linhas da quadra. Após isso, a classe será dividida em duas equipes e serão posicionadas, cada uma atrás de uma linha.

Em seguida, será decidido o grupo que iniciará o jogo e este grupo, por sua vez, irá escolher um de seus membros que iniciará. Os jogadores da equipe adversária deverão estar com as mãos estendidas, voltadas para cima e preparados para uma possível perseguição.

O jogador escolhido irá se direcionar até a equipe que está com as mãos estendidas e ao chegar, passará batendo levemente na palma da mão dos

AJUDA-AJUDA

jogadores da equipe adversária dizendo “barra-manteiga”, até que ela decida quem irá desafiar, nesse momento, ela baterá um pouco mais forte na mão do desafiado e correrá para sua fila.

Será determinado um pegador e as demais crianças estarão espalhadas pela quadra, após o sinal, o pegador corre na tentativa de pegar as demais crianças, ao pegar a primeira, deverá ser dito a palavra “ajuda”, então agora terá dois pegadores. A brincadeira continua até que todos passem a ajudar. O último a ser pego, iniciará a brincadeira como pegador.

O jogador que teve a mão batida, perseguirá o desafiante. Se o jogador desafiante conseguir ultrapassar a linha de sua equipe, estará salvo, se for pego, passará para a equipe de quem o pegou. O jogo encerra após o término do tempo estipulado e o vencedor é a equipe com maior número de jogadores.



## AJUDA-AJUDA CORRENTE

Diminui-se o espaço de locomoção para facilitar a brincadeira. Ela consiste em um ser o pegador e a cada um que for pego, passará a integrar a corrente. Somente as extremidades podem pegar. É importante que não se soltem para que a brincadeira seja ainda mais dinâmica. Durante a brincadeira, é usada uma música:



A corrente  
Pega gente  
Quem tem medo  
Sai da frente

AVALIAÇÃO: - HOUVE  
COMPREENSÃO ACERCA  
DAS REGRAS E A  
BRINCADEIRA?  
- QUAL BRINCADEIRA  
FOI MAIS DIVERTIDA  
PARA A MAIORIA?



## POLÍCIA E LADRÃO





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 11 E 12

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Resolução de conflitos, Cooperação, Trabalho em equipe

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.

(EI03EO07): Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

Objetivos Ampliados: DESENVOLVER A JUSTIÇA, A COOPERAÇÃO, O RESPEITO AOS OUTROS; CONSTRUIR A CRITICIDADE SOBRE AS AÇÕES ILEGAIS E SENSO DE EQUIPE; POSSIBILITAR A REFLEXÃO SOBRE AÇÕES JUSTAS NA SOCIEDADE.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Compreender o conceito de justiça, desenvolver a criticidade e o conceito de certo e errado.

MATERIAL UTILIZADO: Folha de cartolina, modelo de máscara e quepe policial, elástico, giz de cera ou lápis de cor. (vide material de apoio)

*Observe sempre os objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### POLÍCIA E LADRÃO

A aula será iniciada com uma roda de conversa, em seguida, o professor perguntará aos alunos o que eles compreendem sobre a corporação da Polícia e sobre o que significa ser ladrão. Passadas as impressões iniciais dos alunos, o professor deverá esclarecer as eventuais dúvidas e reforçar os pontos importantes sobre a corporação da polícia existir para garantir a segurança pública e que os ladrões, por sua vez, acabam por romper com as leis ao roubar determinada coisa.



Nesse momento, deve ser esclarecido também que ao se encontrar algo que não seja seu, deve ser devolvido ao dono e no caso de não encontrar o respectivo dono, deve ser entregue a responsável da sala, no caso, o professor.

Já ao fim da roda de conversa, o professor irá perguntar se as crianças conhecem a brincadeira chamada “Polícia e ladrão” e pedirá para que expliquem as regras. Ao longo da explicação, o professor estará pontuando alguns equívocos e fazendo com que cheguem à regra conhecida, sem impor nada. Essa construção fará com que reflitam sobre o que foi dito anteriormente e a sua correlação com a atividade.



## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○



Em seguida, será entregue um desenho de uma máscara e um quepe de policial para as crianças pintarem. Ao final, todos reverão recortar e com a ajuda do professor, terminar de confeccionar a máscara e o quepe.

**OBS.:** Possibilite que os alunos com maiores habilidades ajudem os demais na confecção, fortalecendo o senso de cooperação e trabalho em equipe.

### A BRINCADEIRA

Antes de iniciar a brincadeira, o professor relembrará as regras, de forma que todos possam estar cientes, feito isso, todos os alunos em posse tanto da máscara de ladrão, quanto do quepe de policial serão divididos em dois grupos, sendo um que interpretará o papel de ladrão e o outro, por sua vez, serão os policiais. Todos se adequarão com as respectivas máscaras e quepes. Para deixar a brincadeira mais interessante e motivada, pode ser ambientada por uma história que ficará a critério do professor.



A brincadeira começa com os policiais afastados, de forma que não vejam onde estão os ladrões, que por sua vez, se esconderão. A perseguição se iniciará após a “ligação” para o departamento de polícia, avisando sobre um “roubo”. Os policiais irão perseguir os ladrões. Previamente, será definido onde estará fixada a cadeia, que pode ser feita com mesas ou apenas um local na quadra. A brincadeira continua até que todos os ladrões sejam pegos, depois troca-se as funções, quem era ladrão, vira policial e vice-versa.



Estará salvo, se for pego, passará para a equipe de quem o pegou. O jogo encerra após o término do tempo estipulado e o vencedor é a equipe com maior número de jogadores.

Para colocar mais fogo na brincadeira, poderá ser colocada a regra de “E se os ladrões conseguissem resgatar os presos? Como ficaria a brincadeira?”

Ao final, peça para que os alunos relembrem as funções da corporação da polícia e qual a percepção deles sobre roubar e ser ladrão.

AVALIAÇÃO: - DURANTE A CONFEÇÃO DAS MÁSCARAS E QUEPES, HOUVE MOMENTOS DE COOPERAÇÃO?  
- QUAL DAS FORMAS QUE AS CRIANÇAS MAIS GOSTARAM DE BRINCAR, LADRÕES OU POLICIAIS?





## CABRA CEGA E VENDADO



Cabra-cega



Vendado - Parte I



Vendado - Parte II



## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 13 E 14

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Altruísmo, Solidariedade e Cooperação

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO01): Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

(EI03EO03): Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.

(EI03CG05): Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.

OBJETIVOS AMPLIADOS: PROMOVER A COOPERAÇÃO, O RESPEITO AOS OUTROS E A GENEROSIDADE; POSSIBILITAR O TRABALHO EM EQUIPE, O ALTRUÍSMO E A CAPACIDADE DE EMPATIA.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Adotar hábitos de empatia para com as diferenças, respeitar o próximo, estar disposto a auxiliar.

MATERIAL UTILIZADO: Vendas, pacote de balas (ou outra prenda), papel pardo, fita crepe.

*Observe sempre os objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### CABRA-CEGA

Essa é uma brincadeira muito dinâmica, que pode durar alguns minutos, como pode durar muito mais tempo, vai depender muito da motivação da sala e a forma com que o professor conduzirá a proposta.

O professor fará a roda de conversa e disparará qual o sentido responsável por ver as coisas, essa pergunta já trará uma base sobre os conhecimentos prévios dos alunos, momento que poderá ser lembrado a posteriori para promover maior conhecimento.

Mediando as falas, até que consigam responder “Visão”, então passará a apresentar as vendas e perguntar para que servem.

O professor deverá deixar que explorem as possibilidades até que observe alguma criança usando a venda como tal, nesse momento, chamará a atenção de todos para este uso e convidará todos para a brincadeira "Cabra-cega".

O professor deverá perguntar se sabem brincar e como se faz para brincar, sempre direcionando os diálogos para um esclarecimento geral e apropriação das regras gerais da brincadeira. Após esse esclarecimento, será selecionada uma criança, que será vendada, os demais ficarão em volta e emitirão pequenos sons, a criança vendada deverá se guiar pelos sons até conseguir pegar alguém. Quem for pego, será vendado e a brincadeira se reinicia.

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

É extremamente importante colocar uma regra específica que, ao observar a criança vendada próxima a algo que a machuque ou que a leve a cair, as crianças deverão avisá-la ou auxiliá-la para evitar a contusão.

### VENDADO - PARTE I

Ao apresentar a dinâmica, o professor deverá ressaltar a importância de auxiliar as pessoas, sejam elas plenas em sua saúde ou com alguma deficiência, como nesse caso em questão.

O professor pedirá que se formem duplas, observando para que não haja sempre os mesmos grupos, o objetivo é que haja troca de experiências entre todos.

Aqui também há uma situação de Justiça Distributiva, porém, o objetivo é proporcionar a reflexão das crianças.

Com as mesmas vendas utilizadas na aula anterior, uma das crianças de cada dupla será vendada e a outra será o seu guia, conduzindo-a por toda a sala e se possível, por ambientes externos. A criança vendada deverá se valer do tato, olfato e audição para perceber os objetos na escola. Após um determinado tempo, troca-se a venda e aquele que estava vendado, passa a ser o guia e repete a experiência.

### VENDADO - PARTE II

É necessário que o professor tenha feito o embrulho não muito difícil de ser aberto, porém não tão fácil a ponto de a brincadeira acabar rapidamente, também é interessante que as crianças não saibam o que há dentro, o que será um forte motivador para a continuidade da brincadeira.

Serão afastadas todas as cadeiras e mesas e será posto um embrulho ao centro, envolta desse embrulho, as crianças farão um círculo. O professor dirá que é necessário extremo silêncio para que possam brincar.

Nesse momento, o professor explica a brincadeira e seleciona aleatoriamente uma criança que será vendada e ficará no centro, próximo ao embrulho.

O professor explicará que o embrulho deverá ser aberto sem que a criança que está no meio ouça de onde vem o barulho e que tem de passar por todas as crianças para tentarem abrir, novamente, tudo no maior silêncio possível.

A criança que está vendada, ao ouvir o barulho do embrulho sendo aberto, apontará a direção, caso esteja certo, a criança que está com o embrulho passará a ficar no lugar da que estava vendada.

A brincadeira continua até que se abra o embrulho. Nesse momento, quem abriu, será instruído a dividir por igual, uma vez que todos contribuíram para a brincadeira, devendo os demais auxiliarem na resolução desse problema de forma que todos recebam igualmente a prenda.

AValiação: - NOS MOMENTOS DE POSSÍVEL QUEDA OU PERIGO, HOUVE AÇÃO DAS CRIANÇAS?  
- CONSEGUIRAM COMPREENDER QUE EXISTEM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E QUE É POSSÍVEL QUE TODOS PARTICIPEM DAS BRINCADEIRAS DENTRO DE SUAS LIMITAÇÕES?







## HISTORIA DA SERPENTE E JOGO DOS IGUAIS



História da serpente



Jogo dos iguais





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 15 E 16

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Generosidade, Empatia e Repúdio à discriminação

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO02): Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.

(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.

(EI03CG02): Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.

OBJETIVOS AMPLIADOS: PROMOVER A GENEROSIDADE E A CAPACIDADE DIALÓGICA; AMPLIAR O REPERTÓRIO VOCÁLICO; DESENVOLVER EMPATIA E REPUDIAR DISCRIMINAÇÃO, OFENSAS E ETC.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Possibilitar que as crianças percebam que existem diferenças entre cada uma, mas em um ambiente onde todos podem manifestar suas ideias livremente, há uma certa igualdade entre todos.

MATERIAL UTILIZADO: FITA CREPE

*Observe sempre os objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### HISTÓRIA DA SERPENTE

A aula será iniciada de uma forma diferente, com uma brincadeira chamada História da Serpente, que começa da seguinte forma: O professor começa a cantar, andando pela sala:

“Essa é a história da serpente;  
que desceu do morro;  
para procurar um pedacinho do seu rabo...  
Hei, você também,  
Faz parte do meu rabão”.

Os alunos devem estar dispostos em roda por toda a sala/pátio/quadra e ao final da música, o professor irá apontar para uma das crianças, que deverá passar por baixo de suas pernas e segurar na cintura do professor.

A música transcorre até que todos façam parte do “rabão” da serpente.

Ao encerrar essa primeira parte, o professor deverá perguntar se para que o “rabão” da serpente ficasse bem grande, era necessário que todos participassem? E para que a música ficasse bem legal, era necessário que todos cantassem?

Nesse momento, o professor irá reforçar que todos dentro da sala são importantes e desempenham papéis iguais para que as brincadeiras e jogos possam ser realizados. Abrindo espaço para o diálogo e entendimento de todos os alunos.

## JOGO DOS IGUAIS

Ao iniciar a aula, o professor irá chamar duas crianças, pode ser um menino e uma menina, dois meninos, enfim, duas crianças e perguntará se elas são iguais, se tem alguma semelhança e irá anotando no quadro o que há de diferente e de igual entre as crianças. Ao dar por encerrado, o professor irá adentrar no campo das emoções e perguntará se a tristeza é diferente entre quem sente e por quê?

O mesmo para a alegria, para a surpresa, para a raiva. Por todas as emoções que fogem surgindo e deverá anotar todas as respostas, ao final, deverá repassar, fazendo pontuações para esclarecer as eventuais dúvidas.

Esse é um momento muito favorável para o surgimento da empatia e respeito aos outros, além da capacidade de colocar suas emoções e de dialogar de forma clara e efetiva.

Após isso, o professor demarcará o chão, dividindo em iguais partes. De um lado, permanecerão todas as crianças e com o professor, haverá uma caixa com diversas situações, a exemplo: “Quem tem cabelo? Quem tem dois braços? Quem já ficou triste? Quem fica alegre com um abraço?” A diversidade de opções varia dentro de cada contexto da própria sala, mas é importante haver muitas opções. A cada resposta sim, a criança passará para o outro lado da fita.

No momento em que todas as crianças já estejam do outro lado da fita, o professor irá perguntar: “Conseguiram perceber que embora diferentes, todos tem semelhanças em determinados pontos?”. E convidará os alunos a refletirem sobre suas semelhanças e diferenças, sempre pontuando a necessidade do respeito, do uso do diálogo e da comunicação não violenta, proporcionando um ambiente seguro para expressarem-se e aprenderem.



AS CRIANÇAS CONSEGUIRAM  
COMPREENDER QUE EMBORA  
DIFERENTES, HÁ SITUAÇÕES QUE  
NOS DEIXAM EM PÉ DE  
IGUALDADE, COMO NOS  
MOMENTOS DE TRISTEZA, DE  
ALEGRIA?

- QUAL É A PERCEPÇÃO DELES EM  
FAZER PARTE DE UM COLETIVO?





## CASA/TERREMOTO E QUEIMADA MALUCA



Casa/Terremoto



Queimada maluca



## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 17 E 18

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: Capacidade de resolução de problemas,  
Respeito aos outros

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM (BNCC):  
(EI03EO07): Usar estratégias pautadas no  
respeito mútuo para lidar com conflitos nas  
interações com crianças e adultos.

(EI03CG05) Coordenar suas habilidades  
manuais no atendimento adequado a seus  
interesses e necessidades em situações  
diversas.

(EI03EF06): Produzir suas próprias histórias  
orais e escritas (escrita espontânea), em  
situações com função social significativa.

OBJETIVOS AMPLIADOS: DESENVOLVER O  
RESPEITO AOS OUTROS, A GENEROSIDADE, A  
INTERAÇÃO SOCIAL E A JUSTIÇA; ESTIMULAR  
A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA,  
EMPATIA E A CAPACIDADE DE RESOLUÇÃO  
DE PROBLEMAS ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO  
NÃO VIOLENTA.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Promover condições para que as  
crianças concebam as injustiças e possam se  
posicionar contra, utilizando o diálogo e  
formas não violentas de agir, desenvolvimento  
do juízo moral, desenvolvimento das  
capacidades motoras.

MATERIAL UTILIZADO: ARCOS E BOLAS DE  
BORRACHA.

*Observe  
sempre os  
objetivos!*

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### CASA/TERREMOTO

Inicialmente, o professor irá explicar as regras da brincadeira, que consiste em a cada sinal do professor, deve-se trocar de arco e com a diminuição gradativa dos mesmos, deve-se cooperar para que ninguém fique de fora.

Para essa brincadeira, serão necessários arcos (bambolês) para todas as crianças, que serão colocados de forma aleatória por toda a quadra/pátio. Todos devem estar dentro de seus respectivos arcos e ao sinal do professor “TERREMOTO”, todos devem correr e trocar de arco.

No momento das trocas, o professor irá retirar um dos arcos e lembra que ninguém pode ficar de fora.

A brincadeira continua até que sobre apenas um arco e que todos devem estar dentro ou cooperando de forma que todos consigam participar.

### QUEIMADA MALUCA

Ao iniciar a aula, o professor deve explicar as regras dessa queimada: Serão divididos em duas equipes, uma ficará dentro da quadra de vôlei e a outra, espalhada em volta. Será disponibilizada uma bola para a equipe que está fora, que irá criar uma estratégia para queimar os alunos que estão dentro da quadra de vôlei. A criança que for queimada, passará para a equipe que queimou.

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

Caso a bola fique dentro da quadra de vôlei, ou alguma criança consiga pegá-la. Trocam-se os lados, quem está fora, fica dentro da quadra e quem estava dentro, se espalha em torno da quadra.

É uma atividade que será necessária várias tentativas, por haver muitas regras e necessidade de diálogo. O jogo dura pelo tempo que a motivação existir.

Ganha a equipe que conseguir ter mais crianças em sua equipe



- HOUVE ALGUM  
MOMENTO DE CONFLITO?  
CONSEGUIRAM RESOLVER?  
- QUAL BRINCADEIRA  
MOTIVOU MAIS A TURMA?







## ENCERRAMENTO





## SEQUÊNCIA DIDÁTICA – AULA 19 E 20

### ETAPA – EDUCAÇÃO INFANTIL

TEMA: FECHAMENTO/AVALIAÇÃO

Objetivos principais: PROMOVER O RESPEITO AOS OUTROS, A GENEROSIDADE E A CAPACIDADE DIALÓGICA; ESTIMULAR A INTERAÇÃO SOCIAL E A JUSTIÇA.

Objetivos ampliados: AVALIAR A PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA RETRIBUTIVA E A CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS ATRAVÉS DOS JOGOS COOPERATIVOS COM BASE NOS PARÂMETROS ESTIPULADOS.

AULAS PREVISTAS /TEMPO – 2 AULAS/120 min

OBJETIVOS: Avaliar o desenvolvimento da moralidade da classe.

MATERIAL UTILIZADO: Folha de sulfite, lápis de cor ou giz de cera.

HISTORIETA MORAL

HISTÓRIA IV. Num pátio de escola, o professor permitiu às crianças de uma classe brincarem com o que havia num celeiro., mas com a condição de recolocarem tudo em boa ordem antes de saírem. Um apanhou um ancinho, outro uma pá e cada um saiu para seu lado. Um menino pegou um carrinho de mão e foi brincar sozinho num caminho, de modo que quebrou o carrinho. Voltou então, sem que o vissem, e escondeu o carrinho de mão no celeiro. À noite, quando o professor olhou se tudo estava em ordem, encontrou o carrinho de mão quebrado e perguntou quem fora

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

. Aquele que o fizera não disse nada e os outros não sabiam quem era. Que deveria fazer o professor? (Punir toda a classe ou ninguém?).

É CERTO PUNIR TODA A CLASSE OU SE DEVE PUNIR APENAS QUEM COMETEU A FALTA?  
E SE NÃO FOR ENCONTRADO QUEM COMETEU A FALTA, AINDA COMETE O PROFESSOR?  
SIM É JUSTO PUNIR TODA A SALA?



## HISTORIETA MORAL

HISTÓRIA I. a) “Um menino brincava em seu quarto, enquanto seu pai trabalhava na cidade. Depois de algum tempo, teve vontade de desenhar. Mas não tinha papel. Lembrou-se então que na escrivaninha de seu pai havia belas folhas brancas numa gaveta. Foi sorrateiramente procura-las, encontrou-as e tirou todas. Quando o pai voltou, verificou que a gaveta estava em desordem e acabou por descobrir que haviam roubado o papel. Foi, logo em seguida, ao quarto do menino e viu no chão todas as folhas rabiscadas com lápis de cor. Então, muito zangado, deu uma boa surra no menino”.

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

b) “Eu vou contar agora uma história, que é quase a mesma, mas não totalmente (repetimo-la em traços gerais, salvo a última frase), pois, aqui acaba de outra maneira. O pai não o puniu. Explicou-lhe apenas que não estava certo. Disse-lhe: “Quando vocês não está, quando vai à escola, se eu roubasse brinquedos de seu armário, você não gostaria. Então, quando eu não estiver, você não deve nunca mais roubar meu papel. Isso não me agrada. Não é bonito fazer isso”.

“Agora, estes dois meninos, depois de alguns dias, brincavam cada um em seu jardim. Aquele que fora punido estava em seu próprio jardim e aquele que não fora punido também brincava em seu próprio jardim. Então, cada um encontrou um lápis de cor. Era o lápis de cor do pai deles. Lembraram-se imediatamente de que o pai dissera, ao meio-dia, que perdera o lápis de cor na rua e estava aborrecido, porque não poderia mais achá-lo. Pensaram então que, se escondessem o lápis de cor, ninguém saberia de nada e não haveria punição.”

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

“Muito bem! Um dos dois guardou para si o lápis de cor e o outro o levou ao pai.

Adivinhe qual foi que o devolveu: será que foi aquele que fora bem punido devido ao papel ou aquele ao qual apenas foi explicado? Podemos pegar escondidos coisas que não são nossas? Por quê?

Se fosse você, o que faria no lugar dos meninos?

O professor reaplicará as historietas morais, da mesma forma que fora feito antes de iniciar a sequência didática.

Nesse momento, é importante que o professor esteja com as fichas individuais em mãos, pois embora o Método Clínico Piagetiano tenha sido aplicado coletivamente, as observações e anotações são individuais.

SE FOSSE  
VOCÊ, O QUE  
FARIA NO  
LUGAR DOS  
MENINOS?



RELEMBRANDO QUE NÃO  
É A UTILIZAÇÃO DE UM  
ROTEIRO PRÉ-  
ESTABELECIDO, MAS A  
INTERAÇÃO DOS ALUNOS  
E ENGAJAMENTO PARA  
COM AS RESPOSTAS.



## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

“Muito bem! Um dos dois guardou para si o lápis de cor e o outro o levou ao pai.

Adivinhe qual foi que o devolveu: será que foi aquele que fora bem punido devido ao papel ou aquele ao qual apenas foi explicado? Podemos pegar escondidos coisas que não são nossas? Por quê?

Se fosse você, o que faria no lugar dos meninos?

O professor reaplicará as historietas morais, da mesma forma que fora feito antes de iniciar a sequência didática.

Nesse momento, é importante que o professor esteja com as fichas individuais em mãos, pois embora o Método Clínico Piagetiano tenha sido aplicado coletivamente, as observações e anotações são individuais.

**RELEMBRANDO QUE NÃO É A UTILIZAÇÃO DE UM ROTEIRO PRÉ-ESTABELECIDO, MAS A INTERAÇÃO DOS ALUNOS E ENGAJAMENTO PARA COM AS RESPOSTAS.**

**SE FOSSE VOCÊ, O QUE FARIA NO LUGAR DOS MENINOS?**

## ! DESCRIÇÃO DA AULA: ○

### ENCERRAMENTO

Para fechar a Sequência Didática, o professor entregará uma folha em branco a cada aluno, bem como lápis de cor e/ou giz de cera e pedirá que cada um desenhe à sua maneira o que acreditam ser pessoas com atitudes justas, ou pessoas que respeitam os outros, etc. Ao final, reunirá novamente a roda de conversa e perguntará qual das brincadeiras ou jogos eles mais gostaram e anotará.

Assim que tiver uma quantidade razoável de opções, fará a votação de qual brincadeira ou jogo eles gostariam de realizar para encerrar a sequência didática.

Feita a votação, é deslocar-se até o espaço adequado e partir para a diversão.

ABAIXO, DISPONIBILIZO UM MATERIAL ORIENTADOR PARA CONHECEREM O MÉTODO CLÍNICO PIAGETIANO.



# ATIVIDADES PREFERIDAS



**ALEX CERQUEIRA ESTEVO JUNIOR**

**ALICE MANUELA ALVES GARCIA**

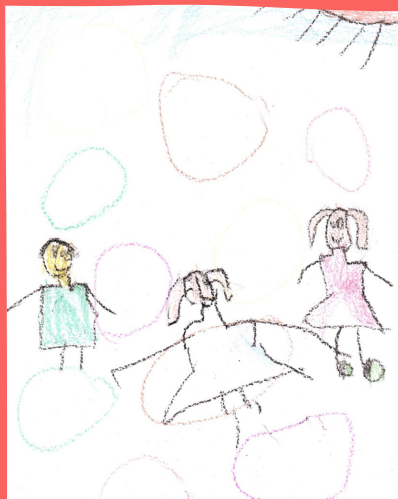


**ANA SOPHIA PEREIRA CASTRO**



# ATIVIDADES PREFERIDAS

DAVI LEONEL LEMES TEIXEIRA



DAFNY VITÓRIA BENTO GONDIN



ELIAS HENRIQUE FLORINDO MACIEL

# ATIVIDADES PREFERIDAS

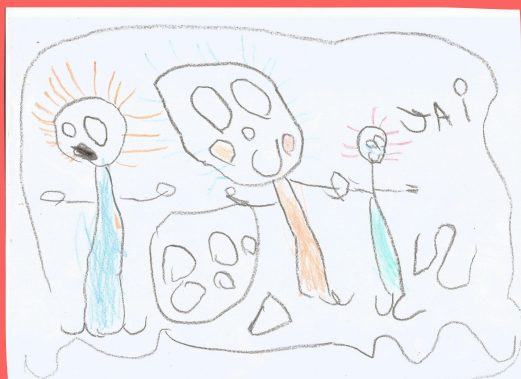
**KAUAN GUILHERME FERREIRA PAULINO**



**HYAGO HENRIQUE COELHO RODRIGUES**



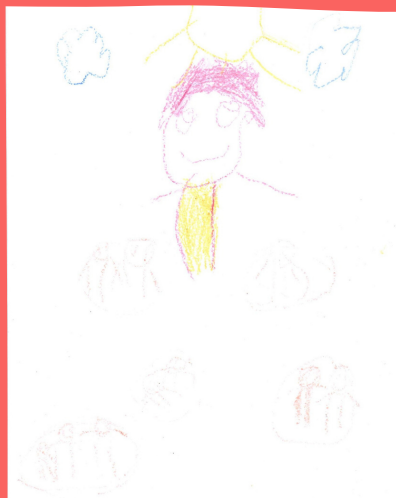
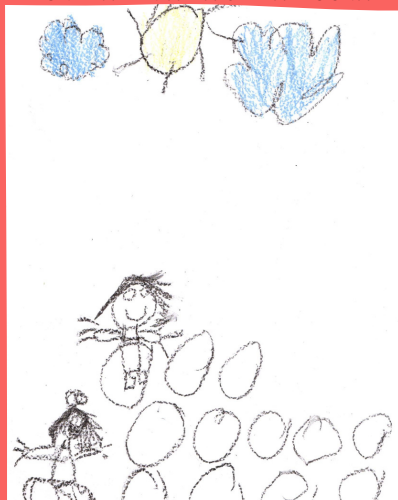
**KELVIN GABRIEL DOS SANTOS**



**JULIA LETICIA VAZ DE SOUZA**

# ATIVIDADES PREFERIDAS

**LORENA MIRIA DA SILVA MOURA**



**LARA VITORIA SAMARA**

**LORENA VITORIA EVARISTO**



# ATIVIDADES PREFERIDAS



**LUANA ARIANE MOREIRA**



**NICOLAS FERNANDO DA SILVA**

**NICOLLE VITORIA SILVA**



# ATIVIDADES PREFERIDAS

**PEDRO HENRIQUE FERASSI LANSA**



**POLIANA PATRÍCIA DOS SANTOS**



**SOPHIA GABRIELLY GUIMARAES**



# MODELO FICHA AVALIATIVA

| NOME DA CRIANÇA | RESPEITO COM O OUTRO | ANTES | DURANTE | DEPOIS |
|-----------------|----------------------|-------|---------|--------|
|                 | OBSERVAÇÕES          |       |         |        |

OBSERVAÇÃO GERAL:

| NOME DA CRIANÇA | JUSTIÇA     | ANTES | DURANTE | DEPOIS |
|-----------------|-------------|-------|---------|--------|
|                 | OBSERVAÇÕES |       |         |        |

OBSERVAÇÃO GERAL:

| NOME DA CRIANÇA | INTERAÇÃO SOCIAL | ANTES | DURANTE | DEPOIS |
|-----------------|------------------|-------|---------|--------|
|                 | OBSERVAÇÕES      |       |         |        |

OBSERVAÇÃO GERAL:

| NOME DA CRIANÇA | CAPACIDADE DIALÓGICA | ANTES | DURANTE | DEPOIS |
|-----------------|----------------------|-------|---------|--------|
|                 | OBSERVAÇÕES          |       |         |        |

OBSERVAÇÃO GERAL:

| NOME DA CRIANÇA | GENEROSIDADE | ANTES | DURANTE | DEPOIS |
|-----------------|--------------|-------|---------|--------|
|                 | OBSERVAÇÕES  |       |         |        |

OBSERVAÇÃO GERAL:





# COLABORADORES



ALEX CERQUEIRA  
ESTEVO JUNIOR



ALICE MANUELA  
ALVES GARCIA



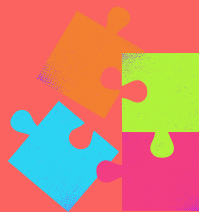
ANA SOPHIA  
PEREIRA CASTRO



DAFNY VITORIA BENTO  
GONDIN



DAVI LEONEL  
LEMES TEIXEIRA





# COLABORADORES



ELIAS HENRIQUE  
FLORINDO MACIEL



HYAGO HENRIQUE  
COELHO RODRIGUES



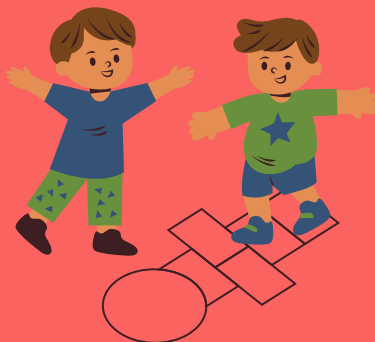
JULIA LETICIA  
VAZ DE SOUZA



KAUAN GUILHERME FERREIRA  
PAULINO



KELVIN GABRIEL  
DOS SANTOS







# COLABORADORES



LARA VITORIA  
SAMARA



LORENA MIRIÃ  
DA SILVA MOURA



LORENA VITORIA  
EVARISTO



LUANA ARIANE  
MOREIRA



NICOLAS FERNANDO  
DA SILVA





# COLABORADORES



NICOLLE VITORIA  
SILVA



PEDRO HENRIQUE  
FERASSI LANSA



POLIANA PATRÍCIA  
DOS SANTOS



SOPHIA GABRIELLY  
GUIMARAES

Um agradecimento especial às crianças que, ao longo da aplicação do Produto, foram transferidas:  
ANA BEATRIZ CAMPOS DE CARVALHO , KIMBERLLY VILLELA  
BERNARDO DE CARVALHO, SAFYRA FERREIRA e STELLA  
HELOYSA SANTOS SILVA



## REFERÊNCIAS

DEVRIES, Rheta – **A ética na Educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola.** Rheta DeVries, Betty Zan; tradução Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 1998.

LEPRE, Rita Melissa; BENETTI, Eduardo Silva; OLIVEIRA, Bianca - **Entre o Sim e o Não** - Material orientador para utilização do método-clínico piagetiano por professores. Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/716848>>

PIAGET, Jean. - **O juízo moral na criança.** Jean Piaget [tradução: Elzon Lenardon]. São Paulo: Summus, 1994.

PUIG, Joseph Maria. **Ética e valores:** métodos para um ensino transversal; tradução Ana Venite Fuzatto; revisão técnica Ulisses Ferreira de Araújo.- São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.



